IPLAN/IPEA - UNICEF - FIPLAN-PB

O MENOR E A POBREZA

Série Instrumentos para a Ação

5

O MENOR E A POBREZA

Elizeu Francisco Calsing (IPLAN/IPEA)
Benício Viero Schmidt (UnB)
Ramonaval Augusto Costa (MTb)

Brasília, agosto de 1986

IPLAN/IPEA
Ed. BNDES, 15º andar, sala 16
70.076 - Brasília, DF - Tel.: 223-7533

UNICEF
Ed. Seguradoras, 13º andar
70.072 - Brasília, DF - Tel.: 224-7145 e 224-7195

Os trabalhos apresentados são da inteira responsabilidade de seus respectivos autores. Suas opiniões não exprimem, necessariamente, o ponto de vista das instituições a que pertencem e que financiam a presente publicação.

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO 13

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DOS MENORES NO BRASIL E NO NORDESTE 15

INTRODUÇÃO 17

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 21
   1.1 - Crescimento da população e fecundidade 21
   1.2 - Proporção de menores nas famílias 23
   1.3 - Estrutura etária dos menores 25
   1.4 - Comentários finais 26
   Tabelas 28

2. SITUAÇÃO OCUPACIONAL E DO RENDIMENTO DO MENOR 39
   2.1 - Características do mercado de trabalho 39
   2.2 - Estrutura da atividade e da ocupação 42
   2.3 - Estrutura do rendimento 44
   2.4 - Comentários finais 46
   Tabelas 48

3. SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS MENORES 57
   3.1 - A prioridade educacional 57
   3.2 - O analfabetismo 58
   3.3 - Taxas de escolarização 60
   3.4 - Rendimento do sistema educacional 62
   3.5 - Considerações finais 64
   Tabelas 66

4. SITUAÇÃO DA SAÚDE E SANEAMENTO 79
   4.1 - Esperança de vida ao nascer 79
   4.2 - Mortalidade infantil 80
   4.3 - Mortalidade proporcional 87
   4.4 - Vacinação 88
   4.5 - Aspectos nutricionais 89
   4.6 - Condições habitacionais 92
   Tabelas 93

5. O MENOR NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS 109
   5.1 - Atendimento alimentar e nutricional 110
   5.2 - Atendimento à saúde 112
   5.3 - Atendimento educacional 114

BIBLIOGRAFIA CITADA E UTILIZADA 117

POBREZA NO BRASIL: UMA ANÁLISE RECENTE 123

INTRODUÇÃO 125

1. POBREZA: CONCEITOS E VISÃO GERAL 126

2. JUSTIFICATIVAS METODOLÓGICAS 128

3. A POPULAÇÃO POBRE 129

3.1 - Linha de pobreza de um salário mínimo 129

3.2 - Linha de pobreza de dois salários mínimos 131

3.3 - Linha de pobreza de três salários mínimos 133

3.4 - O grande país pobre 133

4. POBREZA: ANÁLISE RECENTE 134

4.1 - Brasil Total 135

4.2 - Região Rica 136

4.3 - Região Pobre 137

5. VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO E DA RENDA 141

5.1 - Variações da população 141

5.2 - Variações de renda 142

6. POBREZA E DESIGUALDADE 145

6.1 - Considerações gerais 145

6.2 - Comportamento recente da desigualdade 148

7. RESUMO E CONCLUSÕES 151

BIBLIOGRAFIA CITADA E UTILIZADA 155

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DOS MENORES NO BRASIL E NO NORDESTE

Lista de Quadros

1.1 - Taxa de fecundidade total das mulheres de 15 a 49 anos, para o Brasil, Região Nordeste e Estado de São Paulo, por situação do domicílio, segundo classes de rendimento familiar "per capita" e anos de estudo-1970 e 1977

1.2 - Proporção de menores de 0 a 17 anos de idade, por rendimento familiar "per capita", para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1980

1.3 - Proporção de menores de 0 a 17 anos na população total, por rendimento familiar "per capita", para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1980

1.4 - Número médio de pessoas e número médio de menores na família, por rendimento familiar "per capita", para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1980

1.5 - Distribuição percentual da população, por grupos de idade, para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1970

1.6 - Distribuição percentual da população, por grupos de idade, para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1980

1.7 - Distribuição percentual dos menores de 0 a 17 anos, por grupos de idade, para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1970

1.8 - Distribuição percentual dos menores de 0 a 17 anos, por grupos de idade, para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1980

1.9 - Número e distribuição percentual dos menores de 0 a 17 anos, por grupos de idade, para o Brasil, Nordeste e rendimento familiar "per capita" - 1980

1.10- Número de menores e crescimento na década 1970/1980, para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio

2.1 - Pessoas economicamente ativas (PEA)e proporção de pessoas de 10 a 17 anos de idade ocupadas sobre o total da PEA, para o Brasil, Nordeste, sexo e grupos de idade: 1973 a 1983

2.2 - Taxa de atividade das pessoas de 10 anos e mais de idade, para o Brasil e Nordeste, sexo e grupos de idade: 1973 a 1983

2.3 - Taxa de desocupação das pessoas de 10 a 17 anos de idade residentes em área urbana, para o Brasil e Nordeste, e sexo: 1977 a 1983

2.4 - Distribuição das pessoas ocupadas de 10 a 19 anos de idade por setores de atividade, para o Brasil e Nordeste : 1980

2.5 - Distribuição das pessoas ocupadas de 10 a 19 anos de idade, por posição da ocupação, para o Brasil e Nordeste : 1980

2.6 - Proporção de empregados de 10 a 17 anos de idade que possuem Carteira Profissional assinada pelo atual empregador para o Brasil, Nordeste e grupos de idade: 1977-1983

2.7 - Proporção de pessoas ocupadas de 10 a 17 anos de idade que contribuem para Instituto de Previdência Social, para o Brasil, Nordeste, sexo e idade: 1979-1983

2.8 - Distribuição do rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas de 10 a 19 anos de idade, por rendimento médio mensal, para o Brasil e Nordeste: 1980

2.9 - Pessoas ocupadas e menores de 10 a 17 anos ocupados, segundo o sexo e classes de rendimento mensal em todos os trabalhos: Brasil - 1977, 1979 e 1981

2.10- Valor médio, proporção do rendimento de cada classe em relação ao total e índice de Gini da distribuição do rendimento mensal da PEA com rendimento de 10 a 17 anos de idade: Brasil - 1970, 1977, 1979 e 1981

2.11- Menores de 10 a 17 anos, por grupos de idade e situação do domicílio, segundo o rendimento familiar "per capita" e situação de estudo e trabalho - Brasil: 1980

2.12- Menores de 10 a 17 anos, por grupos de idade e situação do domicílio, segundo o rendimento familiar "per capita" e situação de estudo e trabalho - Nordeste: 1980

3.1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, para o Brasil, Nordeste e grupos de idade: 1977-1983

3.2 - Taxa de alfabetização da população de 10 a 17 anos de idade, por grupos de idade e rendimento familiar "per capita", pa-

pa o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1980
3.3 - Taxa de escolarização da população de 7 a 17 anos de idade, por grupos de idade, Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1970 e 1980
3.4 - Taxa de escolarização da população de 7 a 17 anos de idade, por grupos de idade e rendimento familiar "per capita", para o Brasil, Nordeste e situação do domicílio - 1980
3.5 - Taxas de absenteísmo, escolarização, convergência e dispersão escolar, para as pessoas de 6 a 24 anos de idade, segundo os grupos de idade: Brasil - 1980
3.6 - População de 7 a 14 anos de idade fora da escola, por situação do domicílio, para o Brasil e Nordeste - 1970 e 1980
3.7 - Proporção de pessoas de 7 a 14 anos de idade fora da escola, por rendimento familiar "per capita", para o Brasil e Nordeste - 1980
3.8 - Proporção de pessoas de 7 a 24 anos de idade que nunca freqüentaram curso regular em relação às pessoas de 7 a 24 anos de idade, por sexo, para o Brasil, Nordeste e grupos de idade - 1982
3.9 - Pessoas de 7 a 24 anos de idade que nunca freqüentaram curso regular, por grupos de idade, segundo o sexo e o motivo de nunca terem freqüentado curso regular, para o Brasil e Nordeste - 1982
3.10- Evolução do fluxo escolar (retenção/evasão) do sistema de ensino, para o Brasil e Nordeste - 1961/1971 a 1975/1986
3.11- Rendimento do sistema educacional, por grau de ensino, para o Brasil e Nordeste - 1970, 1975 e 1978 (%)
3.12- Indicadores selecionados do ensino regular de 1º grau, para o Brasil e Nordeste - 1982 e 1983
3.13- Pessoas de até 6 anos de idade que freqüentavam estabelecimentos de educação pré-escolar, por classes de rendimento mensal familiar, e proporção de até 6 anos de idade que freqüentavam estabelecimentos de educação pré-escolar em relação às pessoas de até 6 anos de idade, segundo os grupos de idade - 1982

4.1 - Esperança de vida ao nascer, por sexo, Brasil: 1940-1980
4.2 - Esperança de vida ao nascer, segundo as grande regiões:1950-1980

4.3 - Esperança de vida ao nascer (em anos) - 1970 e 1980
4.4 - Esperança de vida ao nascer e probabilidade de morte antes de completar o primeiro ano de vida, segundo as classes de rendimento mensal familiar "per capita", Brasil - 1980
4.5 - Esperança de vida, por sexo, segundo as idades, Brasil - 1980
4.6 - Probabilidade de morte antes de completar o primeiro ano de vida e taxa de fecundidade total, Brasil: 1940-1980
4.7 - Probabilidade de morte antes de completar o primeiro ano de vida, segundo as grandes regiões: 1950-1980
4.8 - Probabilidade de morte antes de completar o primeiro ano de vida - 1970 e 1980
4.9 - Proporção de filhos falecidos em relação ao total de filhos nascidos vivos, de mulheres de 20 a 24 anos de idade, residentes em domicílios particulares urbanos, por grandes regiões, segundo o sistema de saneamento - 1980
4.10- Número de óbitos e mortalidade porporcional, para o Brasil e Nordeste: 1976-1983
4.11- Número de óbitos e mortalidade proporcional, para o Brasil e Nordeste - 1980 e 1981
4.12- Mortalidade proporcional, por grupos de idade, para o Brasil, Nordeste e grupos de causas de morte - 1981
4.14- Óbitos de menores de 1 ano, por instrução da mãe, para o Brasil e Nordeste - 1981
4.15- Menores de 10 anos de idade internados em clínica médica do INAMPS como proporção do total de internações em clínica médica e internações em clínica médica sobre 1.000 menores, para o Brasil e Nordeste - 1979
4.16- Proporção de crianças de até 5 anos de idade que não receberam qualquer dose da vacina especificada em relação às crianças de até 5 anos de idade, por tipo de vacina, segundo as grandes regiões e grupos de idade, Brasil: 1981
4.17- Distribuição percentual das famílias com crianças de 1 a 5 anos, por estrato, segundo a taxa de adequação energético-protéica (requerimento energético mínimo)
4.18- Proporção (%) de famílias com crianças de 1 a 5 anos com dietas inadequadas nos nutrientes especificados, por estrato
4.19- Distribuição das crianças de 1 a 5 anos pelas categorias das classificações de GOMEZ e WATERLOW, segundo o estrato

4.20 - Estado nutricional de crianças brasileiras, de 0 a 6 anos de idade, pelos sistemas de GOMEZ e WATERLOW, segundo a região, estimado para 1980

4.21 - Estimativa do total de crianças de 0 a 6 anos e das de baixa renda neste grupo etário - 1980 e 1985 - (em 1.000 crianças de 0 a 6 anos)

4.22 - Proporção de pessoas de 0 a 14 anos de idade residentes em domicílios particulares permanentes, por condições habitacionais e grupos de idade, segundo Brasil e Nordeste - 1980

4.23 - Proporção de pessoas urbanas de 0 a 14 anos de idade, por rendimento familiar "per capita", para o Brasil e Nordeste e condições habitacionais - 1980

POBREZA NO BRASIL: UMA ANÁLISE RECENTE

Lista dos Quadros

3.1 - Total de pobres por região, segundo diferentes linhas de pobreza: 1976/1984

4.1 - Quintis de renda da PEA-ocupada: Brasil Total
4.2 - Quintis de renda da PEA-ocupada: Região Rica
4.3 - Quintis de renda da PEA-ocupada: Região Pobre

5.1 - Variação percentual da PEA-ocupada em cada Quintil: 1980/1984
5.2 - PEA-ocupada em cada Quintil: 1980/1984
5.3 - Variações do valor dos Quintis segundo as regiões: 1980/1984
5.4 - Variações do valor dos Quintis segundo as regiões: 1980/1983
5.5 - Variações do valor dos Quintis segundo as regiões: 1983/1984

6.1 - Razão de Concentração de Gini - Brasil: 1960-1984
6.2 - Situação da desigualdade de renda da PEA-ocupada, Brasil Total: 1980 e 1984
6.3 - Situação da desigualdade de renda da PEA-ocupada, Região Rica: 1980 e 1984
6.4 - Situação da desigualdade de Renda da PEA-ocupada, Região Pobre: 1980 e 1984

Lista dos Gráficos

3.1 - Total de pobres e ricos até 1 Salário Mínimo: 1976 - 1984
3.2 - Total de pobres e ricos até 2 Salários Mínimos: 1976 - 1984
3.2 - Total de pobres e ricos até 3 Salários Mínimos: 1977 - 1984

4.1 - Quintis de renda da PEA-ocupada: Brasil total
4.2 - Quintis de renda da PEA-ocupada: Região Rica
4.3 - Quintis de renda da PEA-ocupada: Região Pobre

6.1 - Razão de Concentração de Gini: Brasil

7.1 - Salário Mínimo (Valor Real): 1964 - 1986

APRESENTAÇÃO

As questões relacionadas à pobreza, e em especial ao menor, representam preocupação dominante da política social da Nova República, claramente enfatizadas no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República e no Plano de Metas - Sustentação do Crescimento e Combate à Pobreza, documentos básicos da ação governamental no período 1986-89.

O Governo, consciente de seu papel na redução das desigualdades sociais e na elevação da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente dos mais pobres, busca reduzir drasticamente os níveis de pobreza existentes, para consolidar uma sociedade democrática e livre.

Além da política de atuação direta, com programas específicos voltados para o atendimento das populações carentes, há a firme decisão de promover a redistribuição de renda, através da recuperação dos salários e da elevação do nível de emprego, combinando, assim, estratégias emergenciais com políticas de mais longo prazo.

A atuação e presença do Estado na área social são temas complexos e polêmicos, necessitando, portanto, de debates e análises, como as apresentadas neste volume da SÉRIE INSTRUMENTOS PARA A AÇÃO. Incontestavelmente, os trabalhos são oportunos e de grande valia para a área de planejamento econômico e social, na medida em que focalizam as condições de vida da população brasileira e sistematizam um conjunto de informações e estatísticas.

Assim, o Convênio de Cooperação Técnica entre IPLAN/IPEA e o UNICEF pretende contribuir para a ação efetiva do planejamento no Brasil, sobretudo àquela voltada para o menor, que constitui quase a metade da população do país.

Esta publicação representa, ainda, instrumento de apoio indispensável às discussões e debates que a sociedade presentemente vem realizando, sobre a proteção que o Estado deve dispensar ao menor, principalmente à criança carente, na nova Constituição brasileira.

DANIEL RIBEIRO DE OLIVEIRA
Superintendente-Adjunto do IPLAN

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DOS MENORES NO BRASIL E NO NORDESTE

Elizeu Francisco Calsing
Benício Viero Schmidt

INTRODUÇÃO

Em torno de 45% da população brasileira é constituída por menores de 18 anos de idade, representando aproximadamente 60 milhões de pessoas em 1985. Trata-se de um contingente expressivo e que caracteriza o Brasil como um país muito jovem em termos demográficos.

Esta constatação parece não mais surpreender, nem surpreende talvez o fato de que o assim chamado "problema do menor" no país esteja associado à pobreza econômica, social, política, cultural, etc., de uma parcela ponderável das famílias brasileiras.

A realidade é bastante contundente e expressa facetas que são dignas de lembrança constante, face à gravidade da situação e à vulnerabilidade das crianças, jovens e adolescentes que são submetidos a condições adversas no que se refere ao atendimento de suas necessidades humanas mais elementares. E o que mostram algumas das informações econômico-sociais disponíveis? Mostram, por exemplo, que:

- em torno de 41 milhões de menores de 18 anos vivem em famílias que possuem um rendimento familiar "per capita" até 1/2 salário mínimo. Ou seja, pouco mais de 60% dos menores pertencem a famílias que vivem em situação de pobreza absoluta e relativa;

- de cada 5 crianças que nascem por dia, 4 nascem em famílias pobres, onde a taxa de fecundidade total costuma ser de 2,5 a 3 vezes superior à taxa nas famílias não-pobres;

- a taxa de mortalidade infantil revela que o equivalente a 8 00 crianças menores de 1 ano morrem por dia, metade delas com menos de 1 mês de idade, sendo que esta taxa é influenciada particularmente pelas condições nutricionais inadequadas e insuficientes e pelas precárias infra-estruturas domiciliares;

- um quarto das mortes verificadas são atribuídas a menores de 4 anos de idade. Por outro lado, estima-se que mais de 80% das mortes antes dos 5 (cinco) anos de idade acontecem em famílias pobres;

- das crianças de 0-6 anos consideradas desnutridas (e mais da metade o está), cerca de 90% são de famílias pobres. Estima-se que uma em cada quatro crianças brasileiras é portadora de desnutrição de 2º e 3º graus. Indicações mais recentes, por outro lado, apresentam uma deterioração das condições nutricionais no país, pelo menos até 1984, em função da política recessiva;

- mais da metade das crianças de 0 a 14 anos vive em domicílios com água inadequada e praticamente um terço em domicílios sem qualquer tipo de escoadouro, mesmo que rudimentar;

- para cerca de 20% das famílias brasileiras, boa parte da responsabilidade de mantê-las cabe a menores e jovens, e estes sobrevivem na pobreza extrema;

- praticamente um quinto dos menores que trabalhavam tiveram que abandonar a escola com a chegada da necessidade de trabalhar;

- dos quase 30% das famílias pobres nas quais falta um cônjuge, cerca de 20% dos filhos que trabalham têm menos de 10 anos de idade;

- não mais de 35 a 40% da população-alvo do Programa de Suplementação Alimentar (calculada em 10 milhões) conseguiu ser atendida até o presente momento pelo Programa;

- embora o Programa Nacional de Alimentação Escolar já tenha praticamente universalizada a distribuição da merenda escolar na rede pública de 1º grau, pesquisas têm detectado que faltou alguma vez esta merenda no segundo semestre de 1985 em 49% das escolas;

- atualmente 30% das internações na rede de hospitais da Previdência Social são de crianças menores de 2 anos (cerca de 1,5 milhão), elevando-se para 40% das internações quando se consideram as crianças até 10 anos de idade;

- o "déficit" escolar entre as crianças de 7 a 14 anos de idade atinge entre 7 e 8 milhões, determinando uma taxa de escolarização não muito superior a 70%;

- a seletividade do sistema escolar é muito acentuada. Não mais de um quarto dos menores de 4 a 6 anos freqüenta escola pré-escolar; enquanto cerca de 22% dos alunos de 1º grau repetem algum ano ao longo das 8 (oito) séries, nas duas primeiras atinge a mais da metade; ao redor de 10% evade da escola; a distorção idade/série atinge a mais de 75% dos alunos; apenas 20% dos que iniciam a 1ª série concluem o 1º grau em 8 (oito) anos;

- as estimativas de menores abandonados alcança a cifra de 7 milhões, a maioria normalmente fazendo da rua a sua própria casa e local de trabalho, embora outra parcela esteja sendo atendida por diferentes instituições criadas para tal finalidade.

As informações apresentadas traduzem parâmetros bastante claros para se entender a "questão do menor" no país. Não há porque procurar nos dados, coletados e divulgados em todo este trabalho, a verdade absoluta ou a única expressão da realidade. Mas são suficientes, sem qualquer dúvida, para exprimir que os menores, junto com suas famílias, em sua grande maioria, vivem em condições pouco dignas e humanas.

Junto com a pobreza familiar, o "problema do menor" deve ser percebido como um fenômeno resultante da estrutura sócio-econômica e política global, e que conforma uma das faces mais visíveis da apropriação extremamente desigual da riqueza nacional. Isto significa, sem sombra de dúvida, que existem no Brasil de hoje vários milhões de crianças, jovens e adolescentes considerados de alto risco, sob todos os aspectos: a) porque a pobreza afeta a saúde física e mental; b) porque a fome e a desnutrição prejudicam o desenvolvimento físico e intelectual; c) porque a

falta de um lar ou as condições habitacionais precárias e inadequadas tornam o viver amargo e difícil, seja em função das doenças que provoca e mesmo a morte, seja em função das dificuldades para o desenvolvimento das potencialidades já tão reduzidas dos menores; d) porque a vida se desenvolve numa vizinhança que provavelmente oferece poucas oportunidades de um verdadeiro lazer e de segurança, e muitas oportunidades de perigo, brutalidade, exposição a comportamentos desviados; e) porque a vida não oferece muitas esperanças e perspectivas e vai produzindo um sentimento de exclusão e rejeição, um senso de ódio por causa das injustiças, e até uma atitude de abandono e fuga; f) porque precisa recorrer a cuidados médicos de natureza em geral inferior; g) porque freqüenta escolas de qualidade reconhecidamente pior; h) porque têm perspectivas de vida muito limitadas e sombrias, até mesmo antes de sua vida começar. O que surpreende a todos, e surpreendeu a Comissão Nacional de Saúde Mental dos Estados Unidos em 1970, "não é que tantos pobres continuem a ter condições críticas de saúde e problemas correlatos ao longo de suas vidas; o que (...) surpreendeu é que, a despeito disso, eles se dispunham a continuar a fazer o que fazem e se queixam tão pouco, especialmente quando são continuamente expostos aos padrões de vida rico e exótico que são anunciados como o 'american way of life'" (COMISSÃO, 1970).

O panorama da pobreza no Brasil também pode ser apresentado desta maneira, senão de forma mais impressionante do que nos Estados Unidos. Aqui as carências são mais acentuadas e o índice de pobreza maior. A situação específica do Nordeste bem o confirma.

Existem hoje inúmeros programas governamentais que tratam desta situação dos menores brasileiros e da própria pobreza familiar dos menores. Observa-se, contudo, que a grande maioria das ações, além de executadas setorialmente, possui um caráter extremamente compensatório, residual, assistencial e emergencial, o que vem orientando a prática política, nos vários níveis de governo, desde longo tempo.

O momento político no país parece oportuno para demonstrar o nível de prioridade a ser conferido aos menores de 18 anos de idade, notadamente às crianças mais vulneráveis e de maior risco, que são aquelas de 0 a 6 anos. Em cada faixa etária há um tipo de preocupação dominante, que deve ser compreendida, e as necessidades humanas básicas satisfeitas.

O "problema do menor", certamente, não deve ser de atribuição exclusiva do Estado, mas também da sociedade como um todo, através do imprescindível envolvimento da comunidade, da família e do próprio menor. Ao Estado, contudo, cabe enfrentar, por meio de uma política social corajosa, firme e comprometida, a solução da questão sócio-econômica mais ampla, reorientando sua ação política de modo a eliminar as carências e injustiças existentes.

Por oportuno, é preciso lembrar que já existem estruturadas no país várias instituições de caráter governamental, associativo, comunitário,

religioso, etc., como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Pastoral da Criança da CNBB, a Frente Nacional dos Direitos da Criança, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Ordem dos Advogados do Brasil, que propõem soluções ao "problema do menor", tendo em vista não apenas o momento constituinte, mas também uma efetiva integração das ações desenvolvidas a nível nacional.

No que diz respeito basicamente à criança, o próprio UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância - vem propondo incansavelmente um conjunto de ações básicas de saúde, extremamente simples e barato, que pode salvar muitas vidas. Desgraçadamente, embora o quadro institucional e organizacional para implementar estas ações básicas já esteja estruturado no país, e bem por sinal, faltam recursos e vontade política suficiente para que os resultados sejam mais expressivos.

Os menores de 18 anos representam pouco menos da metade da população brasileira. Urge, por isso mesmo, conferir maior prioridade aos problemas que os afetam.

Este trabalho está estruturado em cinco partes distintas. Na primeira, apresenta-se um panorama das principais características demográficas dos menores e de suas famílias. Na segunda, faz-se uma análise da situação ocupacional e do rendimento do menor que participa da força de trabalho. Na terceira parte é discutida a situação educacional dos menores. A quarta parte trata das questões relacionadas à saúde e saneamento dos menores, com ênfase na análise da mortalidade infantil e dos aspectos nutricionais, uma vez que os indicadores retratam um quadro extremamente grave de mortes de menores. Na quinta e última parte procura-se mostrar algumas formas de atendimento das necessidades básicas dos menores, principalmente com a preocupação de salientar que a população-alvo ainda está longe de ser beneficiada e atendida integralmente pelos programas de alimentação e nutrição, de saúde e saneamento, e de educação.

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

1.1 - Crescimento da População e fecundidade

A população brasileira, em 1985, estava estimada em 134 milhões de pessoas, sendo que 45% dela constituída por menores de 18 anos de idade (em torno de 60 milhões).

Estas estimativas levam em conta uma taxa média geométrica de incremento anual da população de 2,19% a partir de 1980, quando, na década 1970/80, este incremento foi de 2,48% ao ano. Com o crescimento populacional que ora se verifica, registram-se em torno de 2,7 a 2,8 milhões de nascidos vivos /ano.

Para o Nordeste, a população era estimada em 38,6 milhões, com 42% de menores (16,2 milhões aproximadamente). A taxa média geométrica de incremento anual da população, que na década 1970/80 foi de 2,16%, está ao redor de 1,88%, e apresenta pouco mais de 1 milhão de nascidos vivos/ ano, o que equivale a 37% dos que ocorrem no país.

Esta tendência de crescimento está relacionada a uma mudança no comportamento reprodutivo das mulheres, na medida em que expressa uma tendência de fecundidade declinante, embora ainda se mantendo em níveis considerados bastante altos.

A taxa de fecundidade total, que exprime o número médio de filhos de uma mulher,[1] era de 4,35 em 1980 a nível de Brasil, e 6,13 no Nordeste, enquanto era, respectivamente, de 6,35 e 8,36 em 1970.

Esta variável demográfica, portanto, fornece um referencial fundamental tanto para a estimativa populacional de períodos subseqüentes, quanto, dependendo de seus níveis e padrões, reflete o modo de organização econômica e social das famílias.[2]

Não restam dúvidas de que a fecundidade total é influenciada por diferentes fenômenos, não só de natureza biológica (mudanças no comportamento reprodutivo, efeitos sobre a fertilidade, lactação, freqüência sexual, etc.), como também de natureza econômica e social (estratégias de organização econômica, comportamento de classe, transformações na sociedade, etc.) (IBGE e UNICEF, 1982b). Com relação a este último aspecto,

---

(1) A taxa de fecundidade total expressa o número de filhos que, em média, teria uma mulher pertencente a uma coorte hipotética de mulheres, caso elas durante o período fértil tivessem seus filhos de acordo com as taxas específicas de fecundidade (fecundidade por idade das mulheres) da população observada e não estivessem expostas ao risco de mortalidade durante o período fértil. (IBGE e UNICEF, 1982b, p. 32-33).

(2) "(...) a incidência de níveis de fecundidade altos ou baixos reflete-se sobre a estratégia de trabalho das mães e dos demais membros familiares, inclusive filhos, sobre a freqüência escolar dos filhos menores, sobre a divisão de tarefas domésticas e finalmente sobre a distribuição do orçamento familiar." (IBGE e UNICEF, 1982b, p.32).

vale registrar que diversas análises têm procurado explicar os níveis e padrões de fecundidade com características de renda familiar "per capita" e nível de instrução das mulheres em idade reprodutiva. Mesmo ressalvando o fato de que se verifica uma queda mais ou menos geral em todas as faixas de renda e níveis de instrução, fica claro que o comportamento reprodutivo é bem diferenciado segundo a condição social e econômica.

A Tabela 1.1, neste sentido, assinala com certa veemência as fortes desigualdades que se verificam em todos os sentidos: faixas de rendimento, níveis de instrução, situação do domicílio e situação regional.

Enquanto as mulheres brasileiras de famílias com rendimento familiar "per capita" até 1/2 salário mínimo apresentavam uma taxa de fecundidade de 8,19 em 1970 e de 7,13 em 1977, nas de mais de 2 salários mínimos, por exemplo, era de apenas 1,83 e 1,88 nos mesmos anos. As mulheres sem instrução e com até 3 anos de estudo possuiam níveis de fecundidade mais altos que as mulheres de 4 a 7 e 8 e mais anos de estudo. A Região Nordeste revela um comportamento reprodutivo muito peculiar quando comparado com o Estado de São Paulo, o que se deve, sem qualquer dúvida, às características do desenvolvimento econômico e social vigentes.

Estes resultados, no seu conjunto, revelam um comportamento bastante coerente, de diferenciação da fecundidade segundo variáveis de posição sócio-econômica. Do ponto de vista regional, quando se afirma que a fecundidade é ainda demasiadamente elevada para uma sociedade capitalista como a brasileira, percebe-se que diferentes condições de transformação das relações econômicas e sociais determinam bastante nitidamente as formas de organização familiar e o modo das famílias (e seus membros) se incorporarem à economia mercantil-capitalista que se estrutura rapidamente no país. Para formular este tipo de conclusão, basta analisar as principais características desse processo de redução da fecundidade, que são bem conhecidas: crescimento da população urbana, redução da força de trabalho agrícola, aumento da população feminina no mercado de trabalho, aumento da participação do setor industrial e de serviços na geração da renda interna, aumento da renda "per capita", etc. Na medida em que os benefícios do processo de desenvolvimento do país vão se estendendo a parcelas cada vez maiores da população, o padrão de fecundidade reverte sua tendência ascendente (MARTINE e CAMARGO, 1983).

Talvez possa ser um tanto quanto ocioso acentuar que as famílias pobres apresentam desempenhos econômicos e sociais que não correspondem ao que se espera de uma formação social no capitalismo. Ou, em outras palavras, cuja racionalidade e comportamento evidenciam uma falta de integração ao sistema capitalista. Daí, como se observou no caso da fecundidade, as famílias pobres chegarem a possuir uma taxa seis vezes superior à das famílias mais ricas (Tabela 1.1). O UNICEF e o IBGE, em estudo já citado, mostravam, por exemplo, que entre as mulheres inativas existe uma maior proporção de prolíferas, influindo o trabalho feminino

no comportamento reprodutivo. E mais, que o maior contingente de inativas encontrava-se nas famílias com menor rendimento familiar "per capita".

Análises vêm revelando que o principal fator, direto e decisivo, da queda generalizada da fecundidade teria sido o aumento do uso de meios anticoncepcionais e/ou aborto provocado (THOMÉ et allii, 1982). Na verdade, também com relação à utilização destes métodos de controle da prole verifica-se a existência de uma situação bastante desigual, seja pela menor proporção de mulheres pobres que tem acesso aos meios anticonceptivos, seja pela própria falta de conhecimento do seu uso adequado.

Neste sentido, valem as evidências que confirmam terem as famílias mais pobres — onde também as mulheres possuem níveis de instrução mais baixos, menor inserção no mercado de trabalho, etc. —, um maior número de filhos. A alta fecundidade, mesmo que declinante em todas as posições econômico-sociais, joga um fator decisivo para as altas taxas de crescimento da população brasileira, ocasionando o nascimento de quase 2,8 milhões de novos seres todo o ano, como já se assinalou. Destes, em torno de 2 milhões nascem em famílias pobres, que não têm condições satisfatórias de proporcionar um padrão de vida compatível com a dignidade humana, e cujos direitos estão expressos com toda a clareza na Declaração dos Direitos da Criança. E por que nascer tantas crianças, se destas morrem por ano em torno de 300 mil antes de completar 12 meses, ou mais de 800 a cada dia? De cada 10 crianças que morrem no continente latino-americano, quatro são brasileiras, segundo estimativas feitas pelo UNICEF (UNICEF, 1986a). A solução, sem qualquer dúvida, não é simplesmente instituir um programa de controle demográfico. Urgentes são as soluções estruturais — de caráter econômico, social, político etc. — que minorem os níveis de pobreza, uma verdadeira afronta à cidadania do povo brasileiro.

1.2 - Proporção de menores nas famílias

Das pessoas menores de 18 anos de idade, que em 1980 representavam quase 54 milhões, ou 45,3% da população total do país, 60% pertenciam a famílias consideradas pobres, isto é, onde o rendimento familiar "per capita" não ultrapassava a 1/2 salário mínimo (Tabela 1.2). Estimativas mais recentes, a partir da PNAD-84, revelam que o número de menores pertencentes a famílias pobres teria aumentado para 69%.

Sob a ótica do rendimento, alguns estudos têm proposto como medida de pobreza absoluta o rendimento familiar "per capita" até 1/4 do salário mínimo, e como pobreza relativa o rendimento familiar "per capita" de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (CALSING, 1983). Por estas definições, 35% dos menores brasileiros eram de famílias vivendo no estado de pobreza absoluta e 25,6% vivendo em estado de pobreza relativa. Considerando a área urbana, registrava-se um contingente de 46,7% de menores

pobres, enquanto na rural elevava-se para 84,4%, o que acentua a existência de uma pobreza rural intensa e deplorável.

A situação da Região Nordeste revela um quadro mais desanimador, indicando uma presença bem mais intensa de menores em famílias pobres. Se dos menores agrícolas a quase totalidade era de famílias de baixo rendimento familiar "per capita", dos menores urbanos, exceto na Bahia, não mais de 1/3 – e em vários casos bem menos – podiam acalentar um desejo maior de acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, uma vez que a disponibilidade orçamentária era maior em suas famílias.

As Tabelas 1.3 e 1.4 vêm corroborar que as famílias com rendimento familiar "per capita" mais baixo têm, efetivamente, seja em termos relativos ou mesmo absolutos, um maior número de menores do que as de rendimento mais alto. As famílias vivendo na pobreza absoluta tinham em 1980 em média 60% de menores entre seus componentes (isto é, 3,4 pessoas); as famílias vivendo na pobreza relativa eram constituídas de metade de menores (2,4 pessoas) e outra metade de pessoas de 18 anos e mais; e as famílias não-pobres (mais de 1/2 salário-mínimo "per capita") tinham apenas em torno de 1/3 de menores (1,4 pessoas).

Na verdade, isto significava dizer que, a nível do país, ocorrendo praticamente o mesmo na Região Nordeste e nos Estados que a compõem, entre as famílias extremamente pobres e as não-pobres havia uma diferença de 2 menores, e entre essas e as vivendo em estado de pobreza relativa, de 1 menor (Tabela 1.4).

Estas constatações, mesmo que não sejam surpreendentes de todo, colocam claramente os limites e as possibilidades de sobrevivência da população mais pobre, que passa a ter um maior peso econômico e social decorrente do maior número de dependentes e inativos. O que se observa, é que as famílias pobres têm um ônus maior, pois necessitam suportar as conseqüências dos altos padrões reprodutivos existentes entre elas.

Mesmo que isto seja possível, não convém de todo formular alguns determinantes desta concentração de menores nas famílias mais pobres, havendo a possibilidade, contudo, de levantar dois argumentos ou situações que ajudam a entender esta realidade. Em primeiro lugar, estas famílias são pobres precisamente porque possuem um elevado número de componentes. Considerando que os rendimentos ainda apresentam uma distribuição muito desigual no país e, notadamente na Região Nordeste, isto equivale a dizer que sua repartição diminui o montante que, teoricamente, estaria disponível para cada um. Em segundo lugar, estas famílias, sendo pobres, possuem conseqüentemente uma maior fecundidade. A própria relação que costumeiramente se elabora entre fecundidade e pobreza coloca que as famílias pobres dificilmente têm condições de sair desta situação enquanto tiverem um elevado número de filhos.

É muito pouco provável que as famílias pobres vivam pobremente porque assim o desejam, ou porque não têm qualquer aspiração para todos os

que a integram, notadamente para as crianças. As próprias crianças e jovens têm aspirações, desejos, necessidades e que na grande maioria das vezes não passará de um sonho. Os próprios pais têm aspirações, desejos e necessidades, e que na grande maioria dos casos não terão como satisfazer, simplesmente porque lhes faltam condições de se integrar produtivamente no universo social do capitalismo; ou porque seu comportamento social (por exemplo, o reprodutivo) não é coerente com as transformações que estão ocorrendo nas relações econômicas e sociais; ou porque não conseguem se articular face a uma economia onde o social quase sempre é tido como uma conseqüência do econômico; ou porque seu nível de participação sócio-política é restringido, e o nível de organização conseguido fica subordinado a outros grupos sociais com maior poder de pressão, e assim por diante.

Estudos recentes, que procuraram avaliar o impacto da crise e da recessão econômica sobre os níveis de sobrevivência e de bem-estar dos menores, têm constatado que tanto os gastos públicos até hoje têm sido limitados, quanto a tendência que se estaria verificando era de reduzir ainda mais estes gastos, fundamentalmente em razão do modelo econômico adotado, ou da estratégia de desenvolvimento selecionada (MACEDO, 1984).

Esta situação de pobreza, como é óbvio, significa que milhões de crianças são crianças de alto risco, em todos os sentidos, como já se acentuou.

1.3 - Estrutura etária dos menores

A queda da fecundidade, na intensidade em que se está processando, vem alterando gradativamente a estrutura etária da população e, como já foi registrado, tem significado a redução do número de menores na década 70 e 80. Tratá-se de uma alteração persistente, e que pode ser avaliada pelo índice de envelhecimento da população, que determina quantos velhos (pessoas com 65 anos ou mais de idade) existem para cada 100 jovens (pessoas de menos de 15 anos de idade), que era de 6,4 em 1960, 7,5 em 1970 e 10,5 em 1980, e pela razão de dependência por idade, que é uma medida que expressa o número de jovens e velhos (pessoas de menos de 15 anos de idade + pessoas de 65 anos ou mais de idade) que existem para cada 100 adultos (pessoas de 15 a 64 anos de idade), que foi de 83,2 em 1960, 82,6 em 1970 e 73,2 em 1980.

Tais medidas revelam principalmente a diminuição da população nas primeiras faixas de idade e, conseqüentemente, o envelhecimento da população brasileira.

De qualquer modo, a população do Brasil ainda é eminentemente jovem, uma vez que em torno de 45% dela está constituída por pessoas com menos de 18 anos de idade e, no Nordeste, em torno de 50% (Tabela 1.6).

As crianças de 0 a 3 anos, que constituem o grupo mais vulnerável da população, era também o maior em termos absolutos e relativos. Em torno de 11% a nível do país e 13% a nível da Região Nordeste era representado por estas crianças, o que significava, aproximadamente, 17,4 e 5,0 milhões de pessoas em 1985.

O grupo etário de 4 a 6 anos representava aquele mais típico do pré-escolar, perfazendo em torno de 7,7% e 8,9%, respectivamente a nível do Brasil e Nordeste. O de 7 a 10 anos perfazia 9,8% e 11,1% nos espaços amostráticos indicados. O de 11 a 14 anos representava proporções pouco menores: 9,5% e 10,5%. O de 15 a 17 anos era o mais reduzido, com mais de menos 7% tanto a nível do país quanto da Região Nordeste.

As diferenças por situação do domicílio revelam que a população rural era mais jovem do que a urbana (Tabela 1.6), da mesma forma que nas famílias com rendimento familiar "per capita" mais baixo (Tabela 1.9).

1.4 - Comentários finais

Muitas são as crianças e jovens no país (em torno de 60 milhões) e que merecem uma atenção prioritária por parte do governo e da sociedade. A pessoa humana, quando alcança seus 18, 20 ou 24 anos, já terá recebido todo o tipo de influência necessária para o seu crescimento e desenvolvimento, para a partir daí explorar todas as suas aptidões, potencialidades e conhecimentos.

Nenhuma das idades pode ser desprezada. É na faixa de 0 a 6 anos que todo se decide: a formação da base da personalidade; o cérebro atinge 80% de seu peso total aos 4 anos de idade; até os 3 anos a criança já adquiriu praticamente toda a estrutura de comunicação lingüística que usará como adulto; suas primeiras e mais marcantes experiências ja se fizeram antes dos 4 anos; já terá experimentado todo o tipo de vivência, e que determinará na formação de sua auto-imagem e desenvolvimento futuro, etc. (DIDONET, 1979). É na faixa de 7 a 14 anos que a criança começará a concretizar uma série de aspirações, desejos, sonhos; iniciará possivelmente uma vida de profissionalização; concluirá um ciclo de estudos que poderá marcar uma tendência futura em termos educacionais; aprenderá toda uma base cultural que orientará desempenhos subseqüentes; exercitará vivências e experimentará condutas sobre as quais terá que decidir quanto aos aspectos de adequação ou não, morais ou não, etc. É na faixa dos 15 a 17 anos que o jovem apresenta maiores potencialidades e as deseja concretizar; é um período de afirmação, de luta para obter resultados no campo educacional, profissional, pessoal, etc.

Enfim, não se trata de acentuar nenhum dos grupos etários. Mas é inegável que o de 0 a 6 anos é o mais desprotegido, mais vulnerável a toda sorte de problemas, principalmente quando tais crianças pertencem a famílias que vivem em precárias condições, no que se refere ao seu

bem-estar sócio-econômico. A mortalidade infantil reproduz precisamente esta vulnerabilidade da criança até os 6 anos de idade, como se verá adiante, no capítulo referente à situação de saúde.

Será que se trata de reduzir o número de nascimentos e, conseqüentemente, das crianças? Seria esta uma solução para o país, considerando toda a sorte de problemas econômico-sociais que o afligem? A queda da fecundidade é um fato, embora ainda esteja em níveis muito altos. É urgente, contudo, desenvolver ações emergenciais, ao lado de outras de caráter estrutural, primeiro para salvar a vida das crianças que já nasceram e, segundo, desenvolver influências para que o comportamento reprodutivo do casal represente uma decisão consciente a respeito do controle da prole.

O UNICEF vem-se dedicando a esta primeira ordem de ações, e deseja que, através de medidas simples, mas de comprovada eficácia, sejam reduzidos os atuais níveis de mortalidade infantil e se proteja o desenvolvimento das crianças (UNICEF, 1985; UNICEF,1986b). Entretanto, ainda pouco tem sido feito no sentido de proporcionar aos casais, principalmente aos mais pobres, condições para que efetivamente conheçam as vantagens do planejamento e controle da sua prole, e tenham motivações de utilizar eficazmente os conhecimentos e meios necessários para tal.

TABELA 1.1

TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL DAS MULHERES DE 15 A 49 ANOS, PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA" E ANOS DE ESTUDO -1970 E 1977

CLASSES DE RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA" E ANOS DE ESTUDO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL DAS MULHERES DE 15 A 49 ANOS									
	1 9 7 0							1 9 7 7		
	Brasil			Região Nordeste			Estado de São Paulo	Brasil	Região Nordeste	Estado de São Paulo
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Total	Total	Total
TOTAL (1)	6,35	5,06	8,31	8,36	7,00	9,44	4,38	4,35	6,22	2,87
Até 1/2 salário mínimo	8,19	7,60	8,74	9,26	8,62	9,67	7,08	7,13	7,73	6,31
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2,66	2,62	2,90	2,38	2,39	2,36	2,85	3,17	3,37	3,16
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2,22	2,25	2,10	2,83	2,79	3,59	2,17	2,27	2,43	2,10
Mais de 2 salários mínimos	1,83	1,82	-	2,83	2,83	-	1,79	1,88	2,91	1,93
TOTAL	6,20	4,88	8,28	8,25	6,83	9,44	4,25	4,26	6,15	2,93
Sem instrução e menos de 1 ano	8,33	7,41	8,95	9,21	8,29	9,60	6,77	6,93	8,00	4,28
1 a 3 anos	6,44	5,55	7,73	8,29	7,52	9,19	4,48	5,28	6,58	4,31
4 a 7 anos	4,31	4,07	5,74	6,36	6,14	7,72	3,45	3,65	5,24	2,73
8 e mais anos	2,21	2,16	3,55	2,46	2,50	1,42	1,96	1,75	1,84	1,71

FONTE: IBGE e UNICEF - "Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: características sócio-demográficas: 1970-1977". Rio de Janeiro, 1982.

Nota: Estimativas utilizando o método de Brass, tomando por base a amostra de 1% do Censo Demográfico de 1970 e dados da PNAD-77.

(1) As mulheres da classe sem rendimento estão incluídas no total geral.

TABELA 1.2

PROPORÇÃO DE MENORES DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA", PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO — 1980

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DISTRIBUIÇÃO DOS MENORES (%)			
	Total	Rendimento Familiar "Per Capita"		
		Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
BRASIL - Total	100,0	35,0	25,6	39,4
NORDESTE	100,0	59,1	23,3	17,6
Maranhão	100,0	64,9	22,5	12,6
Piauí	100,0	74,7	15,3	10,0
Ceará	100,0	64,1	20,1	15,8
Rio Grande do Norte	100,0	58,7	22,9	18,4
Paraíba	100,0	66,9	19,3	13,8
Pernambuco	100,0	52,6	26,3	21,1
Alagoas	100,0	60,8	24,4	14,8
Sergipe	100,0	55,6	25,2	19,2
Bahia	100,0	52,2	26,1	21,7
BRASIL - Urbana	100,0	20,9	25,8	53,3
NORDESTE	100,0	42,4	28,4	29,2
Maranhão	100,0	51,3	26,9	21,8
Piauí	100,0	54,7	24,4	20,9
Ceará	100,0	45,0	27,7	27,3
Rio Grande do Norte	100,0	44,1	28,1	27,8
Paraíba	100,0	49,4	27,2	23,4
Pernambuco	100,0	38,5	30,6	30,9
Alagoas	100,0	46,5	28,9	24,6
Sergipe	100,0	38,5	29,5	32,0
Bahia	100,0	36,0	28,5	35,5
BRASIL - Rural	100,0	59,2	25,2	15,6
NORDESTE	100,0	74,4	18,6	7,0
Maranhão	100,0	71,0	20,5	8,5
Piauí	100,0	88,1	9,3	2,6
Ceará	100,0	83,3	12,4	4,3
Rio Grande do Norte	100,0	77,1	16,4	6,5
Paraíba	100,0	83,8	11,7	4,5
Pernambuco	100,0	72,3	20,3	7,4
Alagoas	100,0	73,3	20,5	6,2
Sergipe	100,0	73,4	20,8	5,8
Bahia	100,0	66,6	24,0	9,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

NOTA: Os números absolutos de menores podem ser encontrados nas Tabelas 1.9 e 1.10.

TABELA 1.3

PROPORÇÃO DE MENORES DE 0 A 17 ANOS NA POPULAÇÃO TOTAL, POR RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA", PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1980

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	PROPORÇÃO DE MENORES (%)			
	TOTAL GERAL	Rendimento Familiar "Per Capita"		
		Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
BRASIL - Total	45,3	60,5	50,4	35,2
NORDESTE	50,8	60,2	46,6	36,2
Maranhão	52,4	59,4	46,4	38,3
Piauí	53,2	59,3	43,3	37,3
Ceará	50,3	59,1	43,8	35,5
Rio Grande do Norte	49,2	58,9	44,2	35,4
Paraíba	50,2	58,4	42,8	35,1
Pernambuco	49,2	60,4	47,3	34,9
Alagoas	51,9	61,1	46,9	36,1
Sergipe	51,8	63,3	47,9	36,4
Bahia	51,1	62,0	49,3	37,1
BRASIL - Urbana	42,5	60,8	52,4	35,1
NORDESTE	48,1	60,5	49,0	36,6
Maranhão	51,4	59,8	49,2	40,3
Piauí	50,9	61,1	47,2	38,0
Ceará	47,3	59,5	46,9	35,6
Rio Grande do Norte	46,7	58,7	46,4	35,5
Paraíba	47,3	58,5	45,4	35,0
Pernambuco	46,7	60,5	49,0	35,0
Alagoas	49,1	60,6	48,3	36,6
Sergipe	48,8	63,2	50,6	37,4
Bahia	48,7	62,4	52,6	38,1
BRASIL - Rural	51,3	60,2	47,3	35,9
NORDESTE	53,6	60,0	43,6	34,6
Maranhão	52,9	59,2	45,0	36,2
Piauí	54,8	58,6	37,9	34,0
Ceará	53,7	58,9	38,3	34,9
Rio Grande do Norte	52,7	59,1	40,0	35,0
Paraíba	53,4	58,3	37,8	35,8
Pernambuco	53,3	60,3	44,2	34,2
Alagoas	54,7	61,3	45,2	34,7
Sergipe	55,3	63,4	44,4	32,0
Bahia	53,4	61,8	46,2	34,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 1.4

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS E NÚMERO MÉDIO DE MENORES NA FAMÍLIA, POR RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA", PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1980

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL GERAL		RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA"					
			Até 1/4 do SM		Mais de 1/4 a 1/2 SM		Mais de 1/2 SM	
	Nº Médio de Pessoas	Nº Médio de Menores	Nº Médio de Pessoas	Nº Médio de Menores	Nº Médio de Pessoas	Nº Médio de Menores	Nº Médio de Pessoas	Nº Médio de Menores
BRASIL - Total	4,4	2,0	5,5	3,4	4,7	2,4	3,9	1,4
NORDESTE	4,8	2,5	5,6	3,4	4,4	2,1	4,1	1,5
Maranhão	4,9	2,6	5,5	3,3	4,4	2,0	4,1	1,6
Piauí	5,2	2,8	5,7	3,4	4,3	1,9	4,5	1,7
Ceará	5,0	2,5	5,7	3,3	4,4	1,9	4,3	1,5
Rio G. do Norte	4,8	2,3	5,5	3,2	4,3	1,9	4,1	1,5
Paraíba	4,8	2,4	5,5	3,2	4,1	1,8	4,1	1,4
Pernambuco	4,7	2,3	5,5	3,3	4,4	2,1	4,0	1,4
Alagoas	4,8	2,5	5,6	3,4	4,3	2,0	3,9	1,4
Sergipe	4,7	2,4	5,8	3,7	4,2	2,0	3,8	1,4
Bahia	4,9	2,5	5,8	3,6	4,7	2,3	4,1	1,5
BRASIL - Urbana	4,3	1,8	5,2	3,2	4,8	2,5	4,0	1,4
NORDESTE	4,7	2,3	5,4	3,3	4,7	2,3	4,2	1,5
Maranhão	5,0	2,6	5,5	3,3	4,8	2,4	4,6	1,8
Piauí	5,1	2,6	5,7	3,5	4,8	2,2	4,7	1,8
Ceará	4,7	2,2	5,4	3,2	4,6	2,2	4,3	1,5
Rio G. do Norte	4,6	2,1	5,2	3,1	4,5	2,1	4,2	1,5
Paraíba	4,6	2,2	5,2	3,1	4,3	2,0	4,2	1,4
Pernambuco	4,5	2,1	5,2	3,2	4,5	2,2	4,1	1,4
Alagoas	4,6	2,3	5,4	3,3	4,5	2,2	4,0	1,5
Sergipe	4,5	2,2	5,5	3,5	4,5	2,3	4,0	1,5
Bahia	4,7	2,3	5,5	3,5	4,9	2,6	4,3	1,6
BRASIL - Rural	4,9	2,5	5,8	3,5	4,5	2,1	3,9	1,4
NORDESTE	5,0	2,7	5,8	3,5	4,2	1,8	3,6	1,2
Maranhão	4,8	2,6	5,5	3,2	4,2	1,9	3,7	1,4
Piauí	5,2	2,9	5,7	3,3	3,9	1,5	3,7	1,3
Ceará	5,3	2,8	5,8	3,4	4,1	1,6	3,9	1,4
Rio G. do Norte	5,0	2,6	5,7	3,4	4,1	1,6	3,8	1,3
Paraíba	5,1	2,7	5,7	3,3	3,8	1,4	3,8	1,4
Pernambuco	4,9	2,6	5,7	3,5	4,2	1,8	3,5	1,2
Alagoas	5,0	2,7	5,8	3,5	4,1	1,9	3,5	1,2
Sergipe	4,9	2,7	6,0	3,8	4,0	1,8	3,1	1,0
Bahia	5,0	2,7	6,0	3,7	4,5	2,1	3,5	1,2

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 1.5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR GRUPOS DE IDADE, PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1970

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO (%)						
	TOTAL GERAL	Grupos de Idade					
		De 0 a 3 anos	De 4 a 6 anos	De 7 a 10 anos	De 11 a 14 anos	De 15 a 17 anos	De 18 anos e mais
BRASIL - Total	100,0	11,8	9,1	11,3	9,9	6,8	51,1
NORDESTE	100,0	13,4	10,0	11,9	9,9	6,8	48,0
Maranhão	100,0	13,3	10,0	12,4	9,9	6,8	47,6
Piauí	100,0	14,2	10,5	12,5	10,4	6,9	55,5
Ceará	100,0	13,7	10,2	11,9	9,8	6,7	47,7
Rio G. do Norte	100,0	13,6	10,0	11,8	9,7	6,4	48,5
Paraíba	100,0	13,2	9,9	11,7	9,7	6,8	48,7
Pernambuco	100,0	12,9	9,6	11,6	9,7	6,8	49,4
Alagoas	100,0	13,6	10,1	12,0	9,8	6,9	47,6
Sergipe	100,0	13,6	10,1	12,3	10,1	7,1	46,8
Bahia	100,0	13,3	10,0	12,0	10,0	6,7	48,0
BRASIL - Urbana	100,0	10,4	8,2	10,5	9,6	6,8	54,5
NORDESTE	100,0	12,4	9,3	11,4	9,9	7,0	50,0
Maranhão	100,0	12,5	9,3	11,9	10,8	7,7	47,8
Piauí	100,0	13,1	9,8	12,1	10,7	7,5	46,8
Ceará	100,0	12,3	9,4	11,2	9,6	6,9	50,6
Rio G. do Norte	100,0	12,6	9,4	11,5	9,8	6,6	50,1
Paraíba	100,0	12,4	9,3	11,1	9,5	6,9	50,8
Pernambuco	100,0	12,1	9,1	11,1	9,6	6,8	51,2
Alagoas	100,0	12,5	9,3	11,2	9,7	7,2	50,1
Sergipe	100,0	12,6	9,5	11,6	10,0	7,3	49,0
Bahia	100,0	12,4	9,3	11,5	10,1	6,9	49,8
BRASIL - Rural	100,0	13,6	10,2	12,2	10,3	6,8	46,9
NORDESTE	100,0	14,1	10,5	12,3	9,8	6,6	46,7
Maranhão	100,0	13,5	10,3	12,5	9,7	6,5	47,5
Piauí	100,00	14,7	10,8	12,7	10,2	6,6	45,0
Ceará	100,0	14,6	10,8	12,3	9,8	6,5	46,0
Rio G. do Norte	100,0	14,6	10,5	2,1	9,5	6,2	47,1
Paraíba	100,0	13,8	10,4	12,1	9,9	6,7	47,1
Pernambuco	100,0	13,8	10,2	12,1	9,9	6,8	47,2
Alagoas	100,0	14,3	10,6	12,5	9,8	6,8	46,0
Sergipe	100,0	14,5	10,6	12,8	10,1	6,9	45,1
Bahia	100,0	14,0	10,4	12,3	9,9	6,5	46,9

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1970.

TABELA 1.6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR GRUPOS DE IDADE, PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1980.

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	P O P U L A Ç Ã O (%)						
	TOTAL GERAL	Grupos de Idade					
		De 0 a 3 anos	De 4 a 6 anos	De 7 a 10 anos	De 11 a 14 anos	De 15 a 17 anos	De 18 anos e mais
BRASIL - Total	100,0	11,2	7,7	9,8	9,5	7,1	54,7
NORDESTE	100,0	12,8	8,9	11,1	10,5	7,4	49,3
Maranhão	100,0	14,4	9,3	11,5	10,2	7,1	47,5
Piauí	100,0	13,6	9,4	11,5	10,9	7,8	46,8
Ceará	100,0	12,3	8,6	10,9	10,7	7,9	49,6
Rio G. do Norte	100,0	11,9	8,3	10,5	10,7	7,8	50,8
Paraíba	100,0	12,2	8,8	11,0	10,6	7,6	49,8
Pernambuco	100,0	12,0	8,6	10,9	10,4	7,4	50,7
Alagoas	100,0	13,3	9,5	11,4	10,5	7,3	48,0
Sergipe	100,0	13,0	9,1	11,5	10,7	7,5	48,2
Bahia	100,0	13,2	9,1	11,2	10,4	7,2	48,9
BRASIL - Urbana	100,0	10,3	7,0	9,1	9,0	7,1	57,5
NORDESTE	100,0	11,7	8,0	10,4	10,3	7,8	51,8
Maranhão	100,0	12,5	8,4	11,2	11,1	8,1	48,7
Piauí	100,0	12,1	8,3	11,0	11,0	8,5	49,1
Ceará	100,0	11,2	7,5	10,1	10,4	8,1	52,7
Rio G. do Norte	100,0	11,0	7,4	9,8	10,4	8,1	53,3
Paraíba	100,0	11,2	7,9	10,2	10,3	7,7	52,7
Pernambuco	100,0	11,0	7,8	10,3	10,0	7,5	53,4
Alagoas	100,0	11,8	8,5	10,8	10,4	7,6	50,9
Sergipe	100,0	11,9	8,1	10,6	10,4	7,8	51,2
Bahia	100,0	12,4	8,3	10,5	10,1	7,5	51,2
BRASIL - Rural	100,0	12,9	9,2	11,4	10,5	7,2	48,8
NORDESTE	100,0	14,1	9,9	11,8	10,7	7,1	46,4
Maranhão	100,0	15,2	9,7	11,6	9,7	6,7	47,1
Piauí	100,0	14,6	10,1	11,9	10,8	7,3	45,3
Ceará	100,0	13,4	9,7	11,9	11,1	7,6	46,3
Rio G. do Norte	100,0	13,2	9,6	11,4	11,0	7,5	47,3
Paraíba	100,0	13,4	9,8	11,8	11,0	7,4	46,6
Pernambuco	100,0	13,5	9,8	11,9	10,9	7,2	46,7
Alagoas	100,0	14,7	10,4	12,0	10,6	7,0	45,3
Sergipe	100,0	14,3	10,3	12,5	11,1	6,7	45,1
Bahia	100,0	14,0	9,9	11,9	10,7	6,9	46,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 1.7

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MENORES DE 0 A 17 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE, PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1970.

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DISTRIBUIÇÃO DOS MENORES (%)					
	TOTAL GERAL	Grupos de Idade				
		De 0 a 3 anos	De 4 a 6 anos	De 7 a 10 anos	De 11 a 14 anos	De 15 a 17 anos
BRASIL - Total	100,0	24,1	18,6	23,0	20,3	14,0
NORDESTE	100,0	25,8	19,2	23,0	19,0	13,0
Maranhão	100,0	25,3	19,1	23,6	19,0	13,0
Piauí	100,0	26,0	19,3	23,0	19,1	12,6
Ceará	100,0	26,2	19,6	22,7	18,7	12,8
Rio G. do Norte	100,0	26,5	19,4	22,9	18,8	12,4
Paraíba	100,0	25,7	19,4	22,7	19,0	13,2
Pernambuco	100,0	25,5	19,0	22,8	19,2	13,5
Alagoas	100,0	25,9	19,2	22,9	18,7	13,3
Sergipe	100,0	25,6	19,0	23,1	18,9	13,4
Bahia	100,0	25,7	19,2	23,0	19,3	12,8
BRASIL - Urbana	100,0	22,8	18,1	23,1	21,1	14,9
NORDESTE	100,0	24,8	18,6	22,8	19,8	14,0
Maranhão	100,0	23,9	17,8	22,8	20,7	14,8
Piauí	100,0	24,6	18,5	22,6	20,2	14,1
Ceará	100,0	24,9	18,9	22,6	19,5	14,1
Rio G. do Norte	100,0	25,2	18,8	23,0	19,7	13,3
Paraíba	100,0	25,1	19,0	22,5	19,4	14,0
Pernambuco	100,0	24,8	18,7	22,8	19,6	14,1
Alagoas	100,0	25,1	18,6	22,5	19,5	14,3
Sergipe	100,0	24,7	18,6	22,8	19,6	14,3
Bahia	100,0	24,7	18,5	22,8	20,2	13,8
BRASIL - Rural	100,0	25,6	19,2	23,0	19,3	12,9
NORDESTE	100,0	26,5	19,6	23,1	18,4	12,4
Maranhão	100,0	25,8	19,5	23,9	18,4	12,4
Piauí	100,0	26,6	19,7	23,1	18,6	12,0
Ceará	100,0	27,0	20,0	22,8	18,2	12,0
Rio G. do Norte	100,0	27,5	19,9	22,9	18,0	11,7
Paraíba	100,0	26,1	19,6	22,9	18,7	12,7
Pernambuco	100,0	26,1	19,4	22,9	18,8	12,8
Alagoas	100,0	26,5	19,6	23,2	18,1	12,6
Sergipe	100,0	26,4	19,3	23,3	18,4	12,6
Bahia	100,0	26,3	19,6	23,2	18,7	12,2

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1970.

TABELA 1.8

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MENORES DE 0 A 17 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE, PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1980.

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DISTRIBUIÇÃO DOS MENORES (%)					
	TOTAL GERAL	Grupos de Idade				
		De 0 a 3 anos	De 4 a 6 anos	De 7 a 10 anos	De 11 a 14 anos	De 15 a 17 anos
BRASIL - Total	100,0	24,7	17,0	21,7	20,9	15,7
NORDESTE	100,0	25,3	17,5	21,9	20,6	14,7
Maranhão	100,0	27,4	17,7	21,9	19,4	13,6
Piauí	100,0	25,5	17,6	21,7	20,5	14,7
Ceará	100,0	24,4	17,0	21,7	21,3	15,6
Rio G. do Norte	100,0	24,2	16,9	21,3	21,7	15,9
Paraíba	100,0	24,3	17,5	21,9	21,2	15,1
Pernambuco	100,0	24,3	17,5	22,1	21,0	15,1
Alagoas	100,0	25,5	18,3	22,0	20,2	14,0
Sergipe	100,0	25,1	17,6	22,2	20,7	14,4
Bahia	100,0	25,8	17,8	22,0	20,3	14,1
BRASIL - Urbana	100,0	24,4	16,4	21,3	21,2	16,7
NORDESTE	100,0	24,2	16,6	21,7	21,4	16,1
Maranhão	100,0	24,4	16,4	21,8	21,5	15,9
Piauí	100,0	23,7	16,3	21,6	21,7	16,7
Ceará	100,0	23,7	15,9	21,3	22,0	17,1
Rio G. do Norte	100,0	23,6	15,9	21,0	22,3	17,2
Paraíba	100,0	23,6	16,7	21,6	21,8	16,3
Pernambuco	100,0	23,6	16,8	22,1	21,4	16,1
Alagoas	100,0	24,0	17,4	22,0	21,1	15,5
Sergipe	100,0	24,5	16,4	21,9	21,3	15,9
Bahia	100,0	25,4	16,9	21,6	20,7	15,4
BRASIL - Rural	100,0	25,2	18,0	22,3	20,4	14,1
NORDESTE	100,0	26,2	18,4	22,1	20,0	13,3
Maranhão	100,0	28,7	18,3	21,9	18,5	12,6
Piauí	100,0	26,7	18,5	21,7	19,8	13,3
Ceará	100,0	25,0	18,0	22,1	20,7	14,2
Rio G. do Norte	100,0	25,0	18,2	21,6	21,0	14,2
Paraíba	100,0	25,0	18,3	22,2	20,6	13,9
Pernambuco	100,0	25,3	18,4	22,3	20,5	13,5
Alagoas	100,0	26,9	19,1	21,9	19,4	12,7
Sergipe	100,0	25,9	18,6	22,5	20,1	12,9
Bahia	100,0	26,2	18,5	22,3	20,0	13,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 1.9

NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MENORES DE 0 A 17 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE, PARA O BRASIL, NORDESTE E RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA"- 1980

BRASIL, NORDESTE E E RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA"	MENORES						
	TOTAL GERAL		Grupos de Idade (%)				
	Números Absolutos	%	De 0 a 3 anos	De 4 a 6 anos	De 7 a 10 anos	De 11 a 14 anos	De 15 a 17 anos
BRASIL - Até 1/4 SM	18 854 613	100,0	26,1	19,4	23,8	19,7	11,0
NORDESTE	10 460 903	100,0	26,5	19,2	23,1	19,7	11,5
Maranhão	1 360 898	100,0	28,6	19,0	22,8	18,5	11,1
Piauí	848 898	100,0	26,6	18,8	22,5	19,7	12,4
Ceará	1 706 346	100,0	25,5	18,6	22,9	20,4	12,6
Rio Grande do Norte	547 957	100,0	25,4	18,7	22,6	20,8	12,5
Paraíba	930 260	100,0	25,3	19,0	23,0	20,3	12,4
Pernambuco	1 589 854	100,0	25,6	19,4	23,5	20,1	11,4
Alagoas	626 286	100,0	27,0	20,1	23,1	19,0	10,8
Sergipe	328 149	100,0	26,4	19,5	23,7	19,8	10,6
Bahia	2 522 255	100,0	27,1	19,7	23,5	19,3	10,4
BRASIL - Mais de 1/4 a 1/2 SM	13 802 829	100,0	24,4	16,9	22,2	21,4	15,1
NORDESTE	4 119 367	100,0	23,8	15,8	20,9	22,0	17,5
Maranhão	470 585	100,0	26,7	16,0	20,7	20,4	16,2
Piauí	174 322	100,0	22,6	14,8	19,8	23,0	19,8
Ceará	533 555	100,0	22,3	14,6	20,5	23,2	19,4
Rio Grande do Norte	214 229	100,0	22,6	14,9	20,2	23,1	19,2
Paraíba	268 954	100,0	21,9	15,1	20,4	23,2	19,4
Pernambuco	795 351	100,0	22,7	15,8	21,5	22,3	17,7
Alagoas	251 226	100,0	23,7	16,2	20,8	21,8	17,5
Sergipe	148 954	100,0	23,0	15,7	21,2	22,2	17,9
Bahia	1 262 191	100,0	24,9	16,5	21,2	21,4	16,0
BRASIL - Mais de 1/2 SM	21 281 195	100,0	23,6	15,0	19,5	21,6	20,3
NORDESTE	3 113 382	100,0	23,2	14,2	19,0	22,1	21,5
Maranhão	264 171	100,0	22,8	14,2	19,4	22,0	21,6
Piauí	113 760	100,0	21,6	12,8	18,4	23,3	23,9
Ceará	420 747	100,0	22,4	13,4	18,4	22,8	23,0
Rio Grande do Norte	171 636	100,0	22,6	13,9	18,3	22,7	22,5
Paraíba	192 142	100,0	23,0	14,1	18,6	22,4	21,9
Pernambuco	638 774	100,0	23,0	14,6	19,5	21,8	21,1
Alagoas	152 241	100,0	22,7	14,4	19,0	22,3	21,6
Sergipe	113 414	100,0	24,4	14,4	18,9	21,3	21,0
Bahia	1 046 297	100,0	23,9	14,6	19,1	21,7	20,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 1.10

NÚMERO DE MENORES E CRESCIMENTO NA DÉCADA 1970/1980, PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	NÚMERO DE MENORES		DIFERENÇA 1970 - 1980	
	1 9 7 0	1 9 8 0	NÚMEROS ABSOLUTOS	CRESCIMENTO NA DÉCADA
BRASIL - Total	45 485 222	53 938 637	8 453 415	18,6
NORDESTE	14 598 273	17 693 652	3 095 379	21,2
Maranhão	1 568 953	2 095 654	526 701	33,6
Piauí	915 008	1 136 980	221 972	24,3
Ceará	2 276 237	2 660 848	384 611	16,9
Rio Grande do Norte	798 169	993 822	135 653	17,0
Paraíba	1 222 745	1 391 356	168 611	13,8
Pernambuco	2 610 959	3 023 979	413 020	15,8
Alagoas	831 619	1 029 753	198 134	23,8
Sergipe	478 492	590 517	112 025	23,4
Bahia	3 896 091	4 830 743	934 652	24,0
BRASIL - Urbano	23 694 528	34 155 578	10 461 050	44,1
NORDESTE	5 869 895	8 457 066	2 587 171	44,1
Maranhão	392 296	644 709	252 413	64,3
Piauí	285 588	457 305	171 717	60,1
Ceará	879 355	1 329 734	450 379	51,2
Rio Grande do Norte	367 640	521 251	153 611	41,8
Paraíba	492 300	685 472	193 172	39,2
Pernambuco	1 372 499	1 765 949	393 450	28,7
Alagoas	315 552	479 511	163 959	52,0
Sergipe	211 977	301 411	89 434	42,2
Bahia	1 552 688	2 271 724	719 036	46,3
BRASIL - Rural	21 790 694	19 783 059	-2 007 635	-9,2
NORDESTE	8 728 378	9 236 586	508 208	5,8
Maranhão	1 176 657	1 450 945	274 288	23,3
Piauí	629 420	679 675	50 255	8,0
Ceará	1 396 882	1 331 114	-65 768	-4,7
Rio Grande do Norte	430 529	412 571	-17 958	-4,2
Paraíba	730 445	705 884	-24 561	-3,4
Pernambuco	1 238 460	1 258 030	19 570	1,6
Alagoas	516 067	550 242	34 175	6,6
Sergipe	266 515	289 106	22 591	8,5
Bahia	2 343 403	2 559 019	215 616	9,2

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.

2. SITUAÇÃO OCUPACIONAL E DO RENDIMENTO DO MENOR

2.1 - Características do mercado de trabalho

É necessário entender a dinâmica do trabalho dos menores (pessoas de 10 a 17 anos de idade) como uma decorrência mais geral da dinâmica do mercado de trabalho do país, especialmente levando em conta o próprio comportamento e desempenho da economia. Na verdade, é o movimento das forças produtivas que organiza a estrutura do mercado de trabalho, dadas as características da economia brasileira, tipicamente capitalista. Assim, a expansão do emprego, a geração de novos empregos, a diversificação setorial de empregos, sua composição por sexo e idades, etc., depende fundamentalmente do nível e da composição dos investimentos, o que requer do setor empresarial expectativas favoráveis sobre o comportamento da demanda.

Rigorosamente, tem-se aí descrito, de forma bem sumária, determinantes e/ou condicionantes da dinâmica do mercado de trabalho, não se podendo esquecer que, no Brasil, a intervenção do Estado pode ser configurada por um tríplice papel: a) de organizador da economia, na medida em que lhe cabe criar condições para a acumulação constante e ampliada do capital; b) de empresário, investindo em áreas de menor interesse para a iniciativa privada e em outras estratégias para garantir condições gerais de produção; e c) de regulador da força-de-trabalho, procurando assegurar sua reprodução.

Não cabe analisar neste relatório qualquer destes papéis, que, de alguma forma, já são bem conhecidos. Contudo, vale ressaltar que as condições impostas pelo modelo de acumulação do Brasil são bastante excludentes, voltadas basicamente para o mercado externo e, dadas as peculiaridades do mercado de trabalho (com mão-de-obra abundante e barata, por exemplo), verifica-se uma dilapidação da força de trabalho, uma vez que as leis que protegem sua reprodução estão longe de cumprir com suas finalidades específicas.

Não resta dúvida de que esta situação acaba por atingir de uma maneira peculiar os jovens - entre outros segmentos sociais -, tanto os que já estão incorporados ao mercado de trabalho, quanto os que querem e necessitam se incorporar produtivamente, para assegurar condições mais dignas de vida aos componentes de sua família.

As análises mais freqüentes têm procurado demonstrar que sempre houve um inegável dinamismo do mercado de trabalho não-agrícola ou urbano, enquanto nas atividades agropecuárias o emprego tem apresentado taxas de incremento decrescentes, impulsionando as migrações e a expulsão do campo, pelo excedente de população que se gera nas atividades tradicionais de subsistência e em função da modernização da agricultura mercantil.

A Tabela 2.1 oferece um panorama do total das pessoas economicamente ativas (PEA) no período 1973 a 1983. Segundo o Censo Demográfico, no período 1970-80 registrou-se uma taxa média geométrica de incremento anual da PEA da ordem de 40%, significando um alento em torno do potencial de absorção de mão-de-obra, notadamente considerando as graves dificuldades econômicas do país, a partir de 1973-75. Observando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, verifica-se, a partir de 1979/80, uma queda do ritmo da atividade e uma contração do mercado de trabalho, o que vem agravar as condições de ocupação da força de trabalho brasileira. O incremento anual do emprego entre 1977/79 foi de 3,4%, decaindo para 2,2% entre 1979/81, para depois apresentar nova recuperação entre 1981/83 (3,6%).

Este fato, ocorrido nos últimos anos da década de setenta e início de oitenta, reflete precisamente alguns dos efeitos mais marcantes da atual crise econômica e que, segundo análises recentes, significou um decréscimo da renda "per capita", uma elevação dos níveis de subutilização da força de trabalho (maior desemprego, por exemplo), uma diminuição das margens de sobrevivência das parcelas mais vulneráveis da população (no mercado informal, por exemplo) (SILVA et allii, 1984), e assim por diante. Mesmo o mercado de trabalho mais dinâmico, que é o moderno, foi duramente atingido pela recessão e pela crise, em função desta maior rigidez e redução das alternativas ocupacionais (MTb/BES) (3), tanto que a questão do emprego passa a assumir contornos até certo ponto traumáticos. A desocupação atinge números considerados elevados: 21% da P E A (em torno de 11 milhões de pessoas); o desemprego aberto (pessoas que não conseguem encontrar trabalho) chega a 4 milhões; o nível de desemprego é alto em todas as Áreas Metropolitanas: em torno de 10%; a FIESP informa que o número atual de trabalhadores na indústria paulista é aproximadamente o mesmo de 10 anos atrás, e que só em 1983 se atingirá o mesmo patamar de 1980, caso não se registrarem novos surtos recessivos e se o emprego crescer à taxa média anual de 2,5%, como ocorria em 1980 (CALSING, 1984a; LIMA, 1984).

Em tudo isso, como informa a Tabela 2.1, os menores de 10 a 17 anos de idade têm visto decrescer suas oportunidades e alternativas de emprego, principalmente aquele tipo de emprego captado pelos censos demográficos e pesquisas domiciliares. Em 1977, por exemplo, a PEA nesta idade equivale a 6.646,1 mil pessoas (ou 15,7% do total da PEA), tendo crescido para 7.138,0 mil em 1979. Já a partir de 1981 não só se reduz sua participação relativa no conjunto dos economicamente ativos (14,6%), que prossegue em 1983 (13,4%), como se reduz o número absoluto de pessoas, chegando nesse último ano a 6.805,9 mil menores

(3) Ver em diversos números, onde se analisam e apresentam os efeitos da crise sobre o nível de emprego. Este tema passou a ser dominante nas considerações mais recentes sobre o emprego no país.

Julga-se, por conseqüência, que mais de 30% das pessoas desocupadas e desempregadas existentes em 1983 (mais de 15 milhões) era constituída por menores de 10 a 17 anos, uma vez que se supõe a entrada de aproximadamente 1.500 mil pessoas no mercado de trabalho a todo ano, principalmente força de trabalho jovem.(4)

Este mesmo fenômeno se verifica na Região Nordeste, onde também os menores passam a ter reduzidas suas oportunidades no mercado de trabalho, principalmente no formal/organizado. O Banco do Nordeste do Brasil calcula que o custo de um programa de emprego para os 10 milhões de nordestinos subempregados e desempregados custaria o equivalente a US$ 300 bilhões, partindo da evidência histórica de um custo médio da ordem de US$ 30 mil por emprego gerado na Região (MACEDO, 1983; BARRETO, 1984). Destes nordestinos, mais de 1/3 é de menores de 10 a 17 anos de idade, segundo a PNAD.

De todo modo, segundo a Tabela 2.1, enquanto que de cada 7 (sete) pessoas ocupadas a nível de Brasil, 1 (uma) era memor, no Nordeste esta relação era de 1 (um) menor em cada 6 (seis) pessoas ocupadas, o que também é confirmado quando se utilizam outras fontes de dados, como a RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e pesquisas do Ministério do Trabalho/CDI (SPINDEL, 1985).

A "infantilização" do mercado de trabalho, ou a entrada precoce no mercado de trabalho tem, na verdade, uma relação muito forte e estreita com a situação de pobreza em que vive o núcleo familiar do menor. É que "a pobreza age como mola propulsora dos menores de idade ao mercado de trabalho", (DAL-ROSSO e RESENDE, 1986) constituindo-se numa explicação que vem sendo apresentada por inúmeros outros trabalhos (ZYLBERSTAJN et allii, 1985; SPINDEL, 1985; FERREIRA, 1979; BILAC, 1978; COUVEIA, 1982; MTb, 1981; IBGE e UNICEF, 1982b; MOURA, 1982; CALSING, 1984a).

O pressuposto é a situação de pobreza absoluta e relativa que atinge a mais de 40% das famílias brasileiras (CALSING, 1983; PASTORE et allii, 1982), o que orienta seu dia-a-dia para a sobrevivência. Em função disso, inexiste qualquer tipo de resistência moral ou social para incorporar mulheres, jovens e menores no mercado de trabalho. Os menores, principalmente, quando ocorre alguma dificuldade de emprego para o membro adulto, de imediato são introduzidos num ofício no mercado informal, constituindo-se "a rua no seu espaço de trabalho, de lazer, de consumo e, muitas vezes, até de moradia, pois são muitos os menores que, sem romper com a família, já não voltam diariamente ao lar por questão de praticidade e novo estilo de vida " (ZYLBERSTAJN, 1985; FERREIRA, 1979).

---

(4) O Ministério do Trabalho faz seguidas referências a este número, desde há algum tempo, como pode ser constatado, por exemplo, nas Mensagens do Presidente da República ao Congresso Nacional (desde 1977 a 1983). O I PND da Nova República estima que o emprego deva crescer em torno de 2,4% ao ano no período de 1986 a 1989, o que corresponderá a um acréscimo anual de 1,4 milhões de novos trabalhadores.

As famílias pobres contam realmente com o trabalho dos menores, abaixo ou acima dos 10 anos. Os menores com menos de 10 anos em geral não costumam ser considerados como força de trabalho pela maioria dos pesquisadores. Aliado a esses, muitos outros com 10 anos e mais também não entram nas estatísticas convencionais, o que realmente dificulta uma análise e compreensão mais global do problema. Um exemplo disso é que o Censo Demográfico de 1980 dava que 1.845.487 pessoas de 10 a 14 anos estavam na PEA e o Ministério do Trabalho indicava que cerca de 9 milhões de menores de 14 anos estavam trabalhando naquele ano (MTB, 1981). "O fato é que os menores e jovens, talvez mais do que os adultos, trabalham de inúmeras maneiras a tal ponto que, em muitas circunstâncias, a sua atividade não é considerada como trabalho e nem tampouco contribuição à força de trabalho familiar " (SYLBERSTAJN et allii, 1985).

É importante salientar que os menores ingressam no mercado de trabalho em qualquer etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro, e tudo indica que existem certas vantagens para as empresas os incorporarem. Como ficou demonstrado num estudo recente, o preço comparativo da força de trabalho do menor permite ao capitalista realizar uma taxa de ganhos mais elevada, ao mesmo tempo que esta estratégia faz parte de um quadro mais geral de rebaixamento do custo da força de trabalho, através de um controle político e ideológico sobre os trabalhadores (DAL-ROSSO e RESENDE, 1986).

Estas características mais gerais do mercado de trabalho no Brasil, e particularmente no Nordeste, sempre tiveram implícito o pressuposto de que o investimento é a variável independente do processo de acumulação de capital, principalmente a partir da grande indústria como forma predominante de organização da produção, e de que a expansão dos mercados em geral e do emprego em particular são variáveis dependentes, o que decorre da própria concepção da economia de mercado que se vem implantando no país (MACÊDO, 1981; CALSING, 1984a).

2.2 - Estrutura da atividade e da ocupação

Alguns estudos têm procurado mostrar que a participação dos menores de 10 a 17 anos de idade na força de trabalho não é nada desprezível, notadamente nos tempos mais recentes de recessão e crise econômica, e de perda do poder de compra dos salários, ao passo que outros minimizam esta participação, visto ser limitada e significar bem pouco enquanto contribuição à formação do rendimento familiar. Trata-se, na verdade, de óticas que privilegiam o aspecto estrito do rendimento; o menor é visto fundamentalmente como alguém que precisa de ou ganha um rendimento que deve ser transferido ao "bolo" do rendimento familiar, aumentando-o assim, de modo especial nas famílias mais pobres. O produto do trabalho teria um significado mais importante do que o próprio trabalho, visto que já se

convencionou que a criança e o jovem devem atuar numa faixa específica do mercado de trabalho, preferencialmente no meio agrícola, em atividades comerciais ou de prestação de serviços.

Vale considerar que o modo de inserção no mercado de trabalho das pessoas de 10 a 14 e de 15 a 17 anos apresenta peculiaridades próprias, e que nem sempre são fáceis de mensurar através de dados agregados. Contudo, quando se analisa comparativamente a taxa de atividade destes grupos, percebe-se imediatamente que a intensidade das pessoas ocupadas é bem distinta. Em primeiro lugar, os mais jovens (10 a 14 anos) apresentam um menor número de pessoas incorporadas à força de trabalho, revelando taxas decrescentes de 1973 a 1983 (23,2% e 18,5% nestes dois anos extremos), enquanto os de 15 a 17 anos mantêm taxas de atividade constantes, ao redor dos 50% a nível do país (Tabela 2.1). As pessoas de 10 a 14 anos do Nordeste, em comparação com a média brasileira, possuem taxas de atividade levemente superiores, indicando contudo que houve um declínio bastante acentuado entre os anos de 1973 e 1983: de 30,1% decresceu para 21,3%. Mas, as taxas são inferiores às do Brasil no grupo etário de 15 a 17 anos, mantendo-se entre 48% (1973) e 46% (1983).

Em segundo lugar, a população masculina apresenta uma intensidade maior de participação na força de trabalho do que a feminina, em geral duas vezes superior a nível de Brasil, e 2,5 vezes no Nordeste. Se em outras idades a inclusão da mulher na força de trabalho foi um fenômeno extensivo, tornando mais efetiva sua incorporação nos diversos segmentos do mercado de trabalho, não o foi nas faixas de 10 a 17 anos, segundo os dados da PNAD (Tabelas 2.1 e 2.2).

Em terceiro lugar, dessa população de menores que trabalha, praticamente a metade é do meio rural, refletindo assim um comportamento extremamente coerente com o tipo de estrutura e organização social e econômica do trabalho. A mão-de-obra jovem da zona rural, em virtude das características da vida do campo, necessita participar mais intensamente da estrutura produtiva do que o jovem urbano, o qual será encontrado em maior proporção na escola, por exemplo (Tabela 2.4).

É importante destacar que as alterações ocorridas na estrutura de emprego do país também penalizaram intensamente a população de 10 a 17 anos, tornando uma grande parcela disponível e mesmo ociosa no mercado de trabalho. Pelas estatísticas convencionais, fazem parte do desemprego aberto (11,4%, ou em torno de 920 mil pessoas), do desemprego oculto (a proporção dos desalentados deve ser de mais de 100 mil pessoas), do subemprego invisível ou desemprego disfarçado (aproximadamente 50%, ou 3,1 milhões de pessoas) e do subemprego visível ou ocupados em tempo parcial (20%, ou 1,357 mil pessoas). Na verdade, restam poucos menores em condições satisfatórias de trabalho, isto sem considerar todos aqueles que, pelas próprias dificuldades que já passaram, sequer se declaram disponíveis para o mercado de trabalho.

Cabe anotar que no Nordeste, face à sua especialização produtiva, mais de 77% dos menores de 10 a 14 anos trabalham no setor agrícola, enquanto que 55,5% dos menores de 15 a 17 anos trabalham no mesmo (Tabela 2.4). O emprego no campo, que está decrescendo, constitui um aspecto importante da dinâmica produtiva regional. A "desruralização" da PEA nordestina, quando comparada com outras regiões, processa-se de forma muito lenta, o que implica numa ampliação das desigualdades do nível de desenvolvimento, embora já se esteja verificando um novo padrão de utilização da força de trabalho no Nordeste (SUDENE, 1984). Como conseqüência da maior proporção de menores trabalhando em atividades agrícolas, tem-se, por outro lado, uma maior proporção de membros da família não remunerados, notadamente na faixa etária de 10 a 14 anos. No grupo de 15 a 17 anos predominam os desempregados, como pode ser observado pela Tabela 2.5.

Dos empregados, a Tabela 2.6 informa que é extremamente reduzido o número daqueles com carteira profissional assinada pelo atual empregador. A tendência é clara no sentido da redução do número dos que a possuem assinada, e assim mantêm um vínculo empregatício, com direitos trabalhistas. Também se reduz a proporção que contribui para algum instituto de previdência social (Tabela 2.7), o que lhe ocasiona a perda de alguns direitos previdenciários, como de aposentadoria e auxílios. Não necessariamente isto significa também a perda de direitos à assistência social, em função da universalização do atendimento proposto pelo sistema previdenciário federal.

No Nordeste são praticamente insignificantes aqueles menores que possuem carteira de trabalho assinada e contribuem para a previdência social.

Este conjunto de informações sobre a estrutura da atividade e da ocupação, considerando as características das pesquisas domiciliares do IBGE, revelam, portanto, que os menores não possuem uma grande presença no mercado de trabalho brasileiro e nordestino em especial, e que os efeitos da queda do ritmo da atividade econômica no país são acentuados sobre os menores de 10 a 17 anos, que perdem gradativamente participação na força de trabalho, engrossando o contingente de desempregados. Não é possível esquecer, por isso mesmo, todo um conjunto de informações não convencionais, e que traduzem de modo mais real a participação dos menores no mercado de trabalho no Brasil.

2.3 - Estrutura do rendimento

A análise da estrutura da atividade e da ocupação da força de trabalho constituída pelas pessoas de 10 a 17 anos de idade representa um referencial satisfatório para se compreender a estrutura do rendimento e sua evolução no período de 1977 a 1981. As Tabelas 2.8 e 2.9 fornecem

alguns subsídios importantes, revelando principalmente uma distribuição bastante insatisfatória do rendimento mensal produzido por todos os trabalhos executados pelos menores. Torna-se muito difícil afirmar, pela disponibilidades das informações, se ocorreu melhoria nos salários, ou se aumentou o grau de assalariamento – ou se aumentou a monetarização dos rendimentos dos menores. É possível que alguns destes fenômenos tenham realmente ocorrido, não só face à modernização das relações de trabalho – especialmente no campo –, como também pelo incremento do processo de urbanização, aos quais estes fenômenos se ligam estreitamente.

Ocorrem divergências entre o Censo Demográfico e a PNAD no que se refere à distribuição dos rendimentos deste grupo populacional, basicamente em função de se referirem, respectivamente, a pessoas economicamente ativas e seu rendimento proveniente do trabalho principal e as pessoas ocupadas e seus rendimentos de todas as ocupações. Há a ressaltar, contudo, que em torno de 1/3 das pessoas de 10 a 17 anos não possuem qualquer rendimento e aproximadamente a metade recebe até 1 salário mínimo. É extremamente insignificante, assim, o número daqueles que se beneficiam com mais de 1 salário mínimo, considerando que a legislação não prevê o pagamento de salário integral a este grupo etário e nem mesmo horário integral (de 8 horas diárias). Esta situação, certamente, cria muitos embaraços e mesmo entraves ao menor que quer e precisa dedicar-se mais intensamente ao trabalho, ficando submetido a toda a sorte de meios que significam uma verdadeira dilapidação desta força de trabalho.

Um conjunto de outras informações ajuda a compreender um pouco mais o modo de integração do menor no mercado de trabalho, especialmente do menor de famílias pobres (SYLBERSTAJN, 1985):

- É interessante observar que 1/3 das famílias brasileiras tinham sua renda formada total ou parcialmente em 1980 pelos ganhos dos membros não-disponíveis para o trabalho, dentre os quais se incluem os menores de 14 anos;

- Das famílias que recebiam como rendimento familiar "per capita" até 1/4 do salário-mínimo, vivendo portanto na extrema pobreza, em 22% delas o rendimento familiar era formado exclusivamente pelo trabalho precário dos menores, para os quais não existia escolha entre trabalhar e não-trabalhar, uma vez que todos os membros adultos estavam desempregados. Em outros 29% havia uma dependência em maior ou menor grau da contribuição dos menores, embora não exclusiva;

- Em 37% das famílias pobres, cujo chefe não trabalhava devido a doença ou acidente de trabalho, o trabalho dos menores era absolutamente crucial para a sua sobrevivência;

- Em 30% das famílias pobres a mulher era o chefe. Nelas, o trabalho dos menores era extremamente freqüente, sendo que 20% dos filhos que trabalhavam tinham menos de 10 anos;

- Dentre os menores que trabalhavam, cerca de 42% começaram a trabalhar depois de ter deixado a escola, e isto por necessidade de ganhar salário; 22% abandonaram a escola com a chegada da necessidade de trabalhar.

Como se observa, as demandas por trabalho para os menores constituem estratégias de sobrevivência importantes para garantir a reprodução da unidade familiar, apesar de nem sempre ser uma contribuição monetária elevada.

O valor médio do rendimento mensal da PEA de 10 a 17 anos com rendimento foi de Cr$ 6.197 em 1981 a nível do país, algo em torno de 73% do maior salário mínimo vigente no país na época (Tabela 2.10). É significativo observar que a distribuição do rendimento e o valor médio do rendimento por classes revela que também entre os menores de 10 a 17 anos ocorrem desigualdades bem acentuadas entre os mais pobres e os mais ricos. Por exemplo, os 50% mais pobres e os 10% mais ricos tinham praticamente a mesma participação no total do rendimento (em torno de 1/4 do total). Mas o valor médio do rendimento dos 10% mais ricos era 5,5 vezes superior aos 50% mais pobres.

Estes dados, sem sombra de dúvida, são indicações por vezes muito frágeis e até mesmo distantes do que revelam algumas pesquisas sobre o assunto. Aquelas que acentuam a limitada participação do menor na força de trabalho e a limitada contribuição do seu rendimento ao orçamento familiar, utilizam esta linha de apresentação do problema. Por outro lado, aquelas que vêem no trabalho do menor uma fonte de renda importante para o conjunto familiar e mesmo para a sobrevivência do menor, chamam a atenção para o fato de que os rendimentos auferidos significam uma contribuição indispensável e necessária para a sobrevivência do núcleo familiar, dentro de um esquema de estratégia de sobrevivência, que chega a sacrificar a escolarização do menor em favor da inserção no mercado de trabalho.

A modernização da economia e da sociedade brasileira vai impondo uma entrada mais tardia do menor no mercado de trabalho, especialmente daqueles pertencentes a famílias das classes média e alta. Com efeito, parece que esta também é uma meta de alguns programas governamentais, que preferem ver o menor na escola ou em outras atividades, e assim não pressionar o mercado de trabalho, que não consegue criar empregos em número suficiente para todos aqueles que demandam um posto de trabalho condigno.

2.4 - Comentários finais

Toda experiência de planejamento do crescimento econômico desenvolvida no Brasil, recorrendo aos vários modelos convencionais de crescimento, sempre considerou o emprego como uma decorrência automática e imediata

dos investimentos e, conseqüentemente, do próprio crescimento que se alcançava ou pretendia alcançar. Não que as questões do emprego, subemprego e desemprego não tivessem sido contempladas nos diversos planos formulados. Na medida em que prevalecia a noção de causalidade e automatismo entre investimento/crescimento e emprego, não havia porque pensar numa política específica, pois equacionado o problema do crescimento, estaria equacionada a questão do emprego, subemprego e desemprego.

Afora propostas de criação de emprego que vêm sendo formuladas ao longo de várias décadas, torna-se muito ousado afirmar que no Brasil existe ou existiu uma política de emprego, que efetivamente significasse o desenho e implementação de programas estratégicos que assegurem o funcionamento estrutural da economia, de tal maneira a alcançar os objetivos de criação de postos de trabalho produtivos e permanentes, que permitam satisfazer as necessidades básicas da população (CALSING, 1984a).

Isso reforça qualquer argumento que pretenda ver melhoradas as condições de inserção no mercado de trabalho das pessoas de 10 a 17 anos de idade. Esse também é um dos fatores determinantes para que essa população tenha reduzida sua participação no mercado de trabalho, além de estar inserida de forma bastante precária (em ocupações ou serviços agrícolas, do comércio ou da prestação de serviços). Não resta dúvida que, pelas características do aparelho produtivo brasileiro, dificilmente se poderá estimular uma maior inserção de menores na força de trabalho, o que parece tão necessário para prover um acesso mais amplo da família aos bens e serviços produzidos na sociedade. Neste sentido, uma política de emprego e renda, que do ponto de vista da política social significa garantir a plena integração da força de trabalho ao trabalho assalariado, representa um dos principais direitos sociais, ao mesmo tempo que favorece condições mais vantajosas à reprodução do próprio capital. No caso brasileiro, a prática dessa postura implica considerar o emprego como variável privilegiada, que condiciona o investimento e nunca o contrário.

TABELA 2.1

PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS (PEA) E PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 10 a 17 ANOS DE IDADE OCUPADAS SOBRE O TODAL DA PEA, PARA O BRASIL, NORDESTE, SEXO E GRUPOS DE IDADE: 1973 A 1983

BRASIL, NORDESTE, PEA POR SEXO E IDADE	PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS				
	1973 (1)	1977 (1)	1979 (1)	1981 (2)	1983 (2)
1. BRASIL: PEA - Total (nºs abs.)	37 750,2	42 300,7	45 411,5	47 488,5	50 940,7
% de 10 a 17 anos	...	15,7	15,7	14,6	13,4
% de 10 a 14 anos	7,6	6,7	6,7	5,8	5,2
% de 15 a 17 anos	...	9,0	9,0	8,8	8,2
PEA-Homens (nºs abs.)	26 079,6	29 045,5	30 998,9	32 639,3	34 128,5
% de 10 a 17 anos	...	14,6	14,7	14,1	13,1
% de 10 a 14 anos	7,4	6,4	6,4	5,8	5,3
% de 15 a 17 anos	...	8,2	8,3	8,3	7,8
PEA-Mulheres (nºs abs.)	11 670,6	13 255,2	14 412,6	14 849,2	16 812,2
% de 10 a 17 anos	...	17,9	17,8	15,6	13,9
% de 10 a 14 anos	8,1	6,9	7,2	5,8	5,0
% de 15 a 17 anos	...	10,9	10,6	9,8	8,9
2. NORDESTE					
PEA-Total (nºs abs.)	11 909,6	12 434,8	12 904,4	12 669,9	13 815,4
% de 10 a 17 anos	...	19,1	19,5	17,4	17,5
% de 10 a 14 anos	10,0	9,9	10,2	8,2	8,6
% de 15 a 17 anos	...	9,2	9,3	9,2	8,9
PEA-Homens (nºs abs.)	7 958,4	8 450,4	8 861,4	8 885,1	9 267,4
% de 10 a 17 anos	...	19,3	19,5	17,7	18,1
% de 10 a 14 anos	10,2	10,4	10,5	8,6	9,3
% de 15 a 17 anos	...	8,9	9,0	9,1	8,8
PEA-Mulheres (nºs abs.)	3 951,2	3 984,4	4 042,9	3 784,8	4 548,0
% de 10 a 17 anos	...	18,9	19,5	16,7	16,1
% de 10 a 14 anos	9,8	9,0	9,7	7,2	7,1
% de 15 a 17 anos	...	9,9	9,8	9,5	9,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) A nível de Brasil: exclusive a população da área rural da Região Norte e dos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás;

(2) A nível de Brasil: exclusive a população da área rural da Região Norte.

TABELA 2.2

TAXA DE ATIVIDADE DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE, PARA O BRASIL E NORDESTE, SEXO E GRUPOS DE IDADE: 1973 A 1983.

TAXA DE ATIVIDADE DAS PESSOAS	A N O S				
	1973(2)	1977(2)	1979(2)	1981(3)	1983(3)
1. Pessoas de 10 anos e mais					
- Brasil: Total(1)	54,7	52,9	53,6	53,4	54,8
Homens(1)	74,8	74,0	74,5	74,6	74,8
Mulheres(1)	33,3	32,6	33,4	32,9	35,6
- Nordeste: Total(1)	57,4	53,6	52,8	50,6	52,9
Homens(1)	79,8	75,6	75,2	73,5	73,5
Mulheres(1)	36,7	33,2	32,0	29,2	33,7
2. Pessoas de 10 a 14 anos					
- Brasil: Total(1)	23,2	19,9	20,7	19,3	18,5
Homens(1)	31,2	26,5	27,0	26,4	25,1
Mulheres(1)	15,1	13,2	14,2	12,2	11,8
- Nordeste: Total	30,1	26,5	27,0	22,1	21,3
Homens	41,1	37,7	38,0	32,7	30,5
Mulheres	19,2	15,3	16,0	11,6	12,1
3. Pessoas de 15 a 17 anos					
- Brasil: Total	...	49,6	50,2	49,4	49,7
Homens	...	63,6	64,5	63,8	63,7
Mulheres	...	36,4	36,4	34,7	35,7
- Nordeste: Total	...	48,2	47,3	44,3	46,2
Homens	...	65,0	65,3	61,8	64,1
Mulheres	...	32,3	30,4	26,9	28,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive idade ignorada;
(2) A nível de Brasil: exclusive a população da área rural da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás;
(3) A nível de Brasil: exclusive a população rural da Região Norte.

TABELA 2.3

TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 17 ANOS DE IDADE RESIDENTES EM ÁREA URBANA, PARA O BRASIL E NORDESTE, E SEXO: 1977 A 1983.

BRASIL, NORDESTE E SEXO	TAXA DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 17 ANOS DE IDADE RESIDENTES EM ÁREA URBANA (%)			
	1977(1)	1979(1)	1981(2)	1983(2)
1. BRASIL - Total	7,8	8,0	11,4	11,4
Homens	8,6	9,3	12,6	12,4
Mulheres	6,6	6,1	9,4	9,9
2. NORDESTE - Total	...	...	9,3	7,7
Homens	...	...	11,1	7,8
Mulheres	...	...	5,7	7,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) A nível de Brasil: exclusive a população da área rural da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás;
(2) A nível de Brasil: exclusive a população rural da Região Norte.

TABELA 2.4
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 A 19 ANOS DE IDADE POR SETORES DE ATIVIDADE, PARA O BRASIL E NORDESTE : 1980

BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE IDADE	TOTAL GERAL	SETORES DE ATIVIDADE (%)				
		Primário	Secundário	Terciário		
				Total	Comércio	Prestação Serviços
BRASIL - 10 a 14 anos	100,0	59,6	12,0	28,4	6,4	19,3
NORDESTE	100,0	77,7	4,9	15,2	3,4	10,3
Maranhão	100,0	77,9	4,1	8,0	2,3	5,1
Piauí	100,0	88,9	3,3	7,8	1,6	5,4
Ceará	100,0	69,7	13,0	17,3	3,5	12,4
Rio Grande do Norte	100,0	70,7	9,8	19,5	5,5	12,1
Paraíba	100,0	77,4	9,1	13,5	3,7	8,1
Pernambuco	100,0	74,5	7,6	17,9	4,5	11,8
Alagoas	100,0	84,2	3,6	12,2	2,0	8,7
Sergipe	100,0	75,7	6,4	17,9	2,9	12,9
Bahia	100,0	76,3	5,6	18,1	3,6	12,8
BRASIL - 15 a 19 anos	100,0	33,5	25,7	40,8	10,8	20,2
NORDESTE	100,0	55,5	15,2	29,3	7,1	15,5
Maranhão	100,0	71,9	8,5	19,6	4,5	10,0
Piauí	100,0	68,9	9,5	21,6	4,4	12,3
Ceará	100,0	50,2	19,8	30,0	6,8	16,7
Rio Grande do Norte	100,0	47,6	20,5	31,9	7,8	15,3
Paraíba	100,0	56,9	16,4	26,7	6,7	12,6
Pernambuco	100,0	47,3	18,2	34,5	9,3	17,4
Alagoas	100,0	60,7	13,6	25,7	5,9	13,6
Sergipe	100,0	48,6	16,8	34,6	8,8	17,0
Bahia	100,0	55,2	12,9	31,9	7,4	17,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 2.5
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 A 19 ANOS DE IDADE, POR POSIÇÃO DA OCUPAÇÃO, PARA O BRASIL E NORDESTE : 1980

BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE IDADE	TOTAL GERAL	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)				
		Empregado	Empregador	Conta Própria	Não Remunerado	Sem Declaração
BRASIL - 10 a 14 anos	100,0	53,4	0,1	9,6	35,6	1,3
NORDESTE	100,0	38,0	0,2	14,6	45,7	1,5
Maranhão	100,0	11,2	0,2	27,7	59,4	1,5
Piauí	100,0	15,9	0,1	11,1	72,2	0,7
Ceará	100,0	38,6	0,1	14,9	45,3	1,1
Rio Grande do Norte	100,0	47,7	0,1	12,7	38,1	1,4
Paraíba	100,0	19,8	0,1	9,5	49,3	1,3
Pernambuco	100,0	46,3	0,1	10,1	42,5	1,0
Alagoas	100,0	56,7	0,1	9,1	32,3	1,8
Sergipe	100,0	45,4	0,2	13,3	40,2	0,9
Bahia	100,0	45,3	0,1	15,6	36,6	2,4
BRASIL - 15 a 19 anos	100,0	75,9	0,2	9,9	12,9	1,1
NORDESTE	100,0	59,0	0,2	19,9	19,3	1,6
Maranhão	100,0	27,6	0,2	43,1	27,5	1,6
Piauí	100,0	40,1	0,1	22,2	36,8	0,8
Ceará	100,0	61,6	0,2	17,4	19,2	1,3
Rio Grande do Norte	100,0	71,2	0,1	13,8	13,6	1,3
Paraíba	100,0	61,3	0,2	14,2	23,0	1,3
Pernambuco	100,0	67,8	0,1	13,6	17,4	1,1
Alagoas	100,0	70,4	0,2	13,5	14,2	1,7
Sergipe	100,0	66,6	0,1	17,3	14,8	1,2
Bahia	100,0	62,7	0,1	20,3	14,6	2,3

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 2.6

PROPORÇÃO DE EMPREGADOS DE 10 A 17 ANOS DE IDADE QUE POSSUEM CARTEIRA PROFISSIONAL ASSINADA PELO ATUAL EMPREGADOR PARA O BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE IDADE: 1977-1983

BRASIL, NORDESTE, SEXO E GRUPOS DE IDADE	POSSUEM CARTEIRA PROFISSIONAL ASSINADA (%)			
	1977 (1)	1979 (1)	1981 (2)	1983 (2)
1. BRASIL				
a) Total - 10 a 17 anos	28,3	28,9	27,5	18,8
10 a 14 anos	10,0	12,5	8,2	5,9
15 a 17 anos	36,7	36,2	32,0	24,3
b) Homens - 10 a 17 anos	29,7	30,9	26,1	19,1
10 a 14 anos	9,9	13,4	9,5	6,0
15 a 17 anos	39,2	38,6	33,4	24,9
c) Mulheres - 10 a 17 anos	26,0	26,0	22,3	18,1
10 a 14 anos	10,2	11,0	6,1	5,7
15 a 17 anos	32,9	32,5	29,8	23,3
2. NORDESTE				
a) Total - 10 a 17 anos	7,4	7,0	7,4	3,7
10 a 14 anos	2,0	2,4	3,1	0,9
15 a 17 anos	10,8	9,8	9,9	5,2
b) Homens - 10 a 17 anos	7,5	7,3	8,0	3,3
10 a 14 anos	1,8	2,7	3,8	0,9
15 a 17 anos	11,3	10,3	10,5	4,6
c) Mulheres - 10 a 17 anos	7,1	6,4	5,9	4,8
10 a 14 anos	2,4	1,6	1,5	0,9
15 a 17 anos	9,8	8,9	8,7	6,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios.

(1) A nível do Brasil: exclusive a área rural da Região Norte e dos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás;

(2) A nível do Brasil: exclusive a área rural da Região Norte.

TABELA 2.7

PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS DE 10 A 17 ANOS DE IDADE QUE CONTRIBUEM PA RA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, PARA O BRASIL, NORDESTE, SEXO E I DA DE: 1979-1983

BRASIL, NORDESTE, SEXO E GRUPOS DE IDADE	CONTRIBUIÇÃO PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (%)		
	1979 (1)	1981 (2)	1983 (2)
1. BRASIL			
a) Total - 10 a 17 anos	16,3	14,5	10,9
10 a 14 anos	5,3	3,6	2,4
15 a 17 anos	24,7	22,0	16,6
b) Homens - 10 a 17 anos	16,3	14,4	10,6
10 a 14 anos	5,1	3,7	2,2
15 a 17 anos	25,1	22,0	16,5
c) Mulheres - 10 a 17 anos	16,5	14,9	11,6
10 a 14 anos	5,6	3,4	2,7
15 a 17 anos	24,0	22,0	16,9
2. NORDESTE			
a) Total - 10 a 17 anos	2,9	3,1	1,9
10 a 14 anos	0,7	0,8	0,3
15 a 17 anos	5,4	5,3	3,2
b) Homens - 10 a 17 anos	2,8	3,1	1,7
10 a 14 anos	0,7	0,8	0,3
15 a 17 anos	5,3	5,3	2,8
c) Mulheres - 10 a 17 anos	3,0	3,4	2,4
10 a 14 anos	0,6	0,7	0,4
15 a 17 anos	5,6	5,4	4,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) A nível de Brasil: exclusive a área rural da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás;

(2) A nível de Brasil: exclusive a área rural da Região Norte.

TABELA 2.8

DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS DE 10 A 19 ANOS DE IDADE, POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, PARA O BRASIL E NORDESTE: 1980

BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE IDADE	TOTAL GERAL	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (%)					
		Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Sem Rendimento	Sem declaração
BRASIL - 10 a 14 anos	100,0	40,0	16,2	6,2	0,4	36,4	0,8
NORDESTE	100,0	41,1	9,1	1,3	0,2	46,9	1,0
Maranhão	100,0	29,1	6,9	1,7	0,1	61,2	1,0
Piauí	100,0	21,8	3,1	0,3	0,0	74,1	0,7
Ceará	100,0	44,0	7,5	0,9	0,1	46,4	1,6
Rio Grande do Norte	100,0	47,0	11,1	1,0	0,1	39,2	1,6
Paraíba	100,0	42,6	5,0	0,7	0,0	50,6	1,1
Pernambuco	100,0	46,0	9,1	1,0	0,1	43,2	0,6
Alagoas	100,0	54,4	10,6	1,2	0,1	32,9	0,8
Sergipe	100,0	48,6	9,1	1,0	0,0	40,7	0,6
Bahia	100,0	44,2	14,1	2,4	0,2	37,6	1,5
BRASIL - 15 a 19 anos	100,0	22,2	31,0	28,0	4,7	13,5	0,6
NORDESTE	100,0	38,9	30,6	7,7	1,3	20,5	1,0
Maranhão	100,0	37,6	23,8	7,0	1,2	29,4	1,0
Piauí	100,0	37,4	18,0	3,0	0,5	40,4	0,7
Ceará	100,0	43,6	28,4	5,3	1,0	20,6	1,1
Rio Grande do Norte	100,0	40,6	34,7	6,9	1,1	15,1	1,6
Paraíba	100,0	43,5	24,7	5,0	0,8	24,9	1,1
Pernambuco	100,0	39,2	31,9	9,0	1,3	17,9	0,7
Alagoas	100,0	43,2	33,6	6,8	0,9	14,7	0,8
Sergipe	100,0	37,9	36,3	8,6	1,5	15,2	0,5
Bahia	100,0	33,9	37,0	10,8	2,0	15,2	1,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 2.9

PESSOAS OCUPADAS E MENORES DE 10 A 17 ANOS OCUPADOS, SEGUNDO O SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL EM TODOS OS TRABALHOS: BRASIL - 1977, 1979 E 1981

SEXO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS	PESSOAS OCUPADAS (%)					
	TOTAL GERAL			DE 10 A 17 ANOS		
	1977(1)	1979(1)	1981(2)	1977(1)	1979(1)	1981(2)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 SM	14,3	11,7	13,2	28,8	24,5	28,3
Mais de 1/2 a 1 SM	21,3	19,5	16,8	21,1	21,8	19,7
Mais de 1 a 2 SM	24,8	25,8	25,7	10,9	12,7	14,4
Mais de 2 a 5 SM	18,7	20,7	23,3	0,8	1,1	1,5
Mais de 5 a 10 SM	5,6	6,8	7,0	0,1	0,0	0,0
Mais de 10 SM	3,4	3,9	3,9	0,0	0,0	0,0
Sem rendimentos	11,9	11,6	10,1	38,3	39,9	36,1
HOMENS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 SM	9,1	7,0	8,8	23,2	18,9	22,4
Mais de 1/2 a 1 SM	20,8	18,4	15,6	23,0	23,6	20,9
Mais de 1 a 2 SM	27,1	27,5	26,9	12,0	14,1	15,8
Mais de 2 a 5 SM	22,6	24,5	28,9	0,9	1,2	1,7
Mais de 5 a 10 SM	6,9	8,3	8,3	0,1	0,1	0,0
Mais de 10 SM	4,6	5,2	5,2	0,0	0,0	0,0
Sem rendimento	8,9	9,1	8,3	40,8	42,1	39,2
MULHERES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 SM	25,8	21,8	22,8	38,9	34,4	39,7
Mais de 1/2 a 1 SM	22,4	21,7	19,3	17,7	18,7	17,5
Mais de 1 a 2 SM	19,6	22,1	23,1	8,9	10,2	11,7
Mais de 2 a 5 SM	10,0	12,6	15,3	0,5	0,7	1,2
Mais de 5 a 10 SM	2,7	3,5	4,2	0,1	0,0	0,0
Mais de 10 SM	0,8	1,1	1,3	0,1	-	0,0
Sem rendimento	18,7	17,2	14,0	33,8	36,0	29,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

(1) Exclusive a população da área rural da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás;

(2) Exclusive a população da área rural da Região Norte.

TABELA 2.10

VALOR MÉDIO, PROPORÇÃO DO RENDIMENTO DE CADA CLASSE EM RELAÇÃO AO TOTAL E ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DA PEA COM RENDIMENTO DE 10 A 17 ANOS DE IDADE: BRASIL - 1970, 1977, 1979 E 1981

CARACTERÍSITICAS DA PEA COM RENDIMENTO	A N O S			
	1970	1977 (1)	1979 (1)	1981 (2)
1. Valor médio do rendimento mensal das pessoas economicamente ativas com rendimento (3)	4 612	6 250	6 248	6 197
2. Proporção do rendimento de cada classe em relação ao total do rendimento mensal das pessoas economicamente ativas com rendimento e valor médio				
a) 20 - (mais pobres)				
. proporção do rendimento (%)	5,4	4,9	5,2	5,0
. valor médio do rendimento (3)	1 279	1 606	1 613	1 540
b) 50 - (mais pobres)				
. proporção do rendimento (%)	23,8	21,7	23,5	23,1
. valor médio do rendimento (3)	2 167	2 830	2 943	2 867
c) 10 + (mais ricos)				
. proporção do rendimento (%)	26,4	29,6	24,5	25,4
. valor médio do rendimento (3)	12 118	19 327	15 302	15 721
d) 5 + (mais ricos)				
. proporção do rendimento (%)	16,4	19,7	14,7	15,0
. valor médio do rendimento (3)	15 064	25 732	18 852	18 643
e) 1 + (mais rico)				
. proporção do rendimento (%)	6,5	9,8	4,6	4,4
. valor médio do rendimento (3)	29 959	63 588	28 439	27 364
3. Índice de Gini				
a) Limite inferior	0,346	0,400	0,362	0,372
b) Limite superior	0,400	0,419	0,379	0,390

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1977 - 1981
Censo Demográfico, 1970.

(1) Exclusive a população da área rural da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

(2) Exclusive a população da área rural da Região Norte.

(3) Os rendimentos considerados foram os de trabalho, aluguel, aposentadoria, pensão, doação ou mesada das pessoas economicamente ativas. Os valores estão convertidos a preços de outubro de 1981, quando o maior salário mínimo vigente no País era de Cr$ 8.464,00.

TABELA 2.11

MENORES DE 10 A 17 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO O RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA" E SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO - BRASIL: 1980

RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA" E SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO	MENORES DE 10 A 17 ANOS DE IDADE					
	10 A 14 ANOS			15 A 17 ANOS		
	Total	Situação do Domicílio		Total	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
TOTAL - Números absolutos	14.252.361	9.073.531	5.178.830	8.486.788	5.703.468	2.783.320
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Estuda	65,1	78,8	41,1	36,2	44,8	18,5
. Trabalha	8,5	4,4	15,6	27,8	22,0	39,7
. Estuda e Trabalha	4,5	4,2	5,1	12,4	15,6	6,0
. Não Estuda nem Trabalha	21,9	12,6	38,2	23,5	17,6	35,8
. Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Até 1/4 SM - Números Absolutos	4.841.244	1.895.663	2.945.581	2.069.459	790.574	1.278.885
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Estuda	49,3	69,0	36,6	28,9	44,9	19,1
. Trabalha	10,5	3,7	14,8	27,4	15,4	34,8
. Estuda e Trabalha	4,0	2,9	4,7	6,1	7,2	5,3
. Não Estuda nem Trabalha	36,2	24,4	43,9	37,6	32,4	40,8
. Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Mais de 1/4 a 1/2 SM - Nºs Abs.	3.741.891	2.390.399	1.351.492	2.073.160	1.253.916	819.244
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Estuda	64,1	76,0	43,2	30,3	39,8	15,7
. Trabalha	9,4	5,0	17,2	32,2	24,6	44,0
. Estuda e Trabalha	4,7	4,4	5,3	9,9	12,6	5,7
. Não estuda nem Trabalha	21,8	14,6	34,3	27,6	23,0	34,6
. Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 1/2 SM - Nºs Absolutos	5.669.226	4.787.469	881.757	4.344.169	3.658.978	685.191
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Estuda	79,3	84,1	53,3	42,4	46,4	20,9
. Trabalha	6,1	4,3	15,7	25,9	22,6	43,7
. Estuda e Trabalha	4,8	4,7	5,9	16,7	18,4	7,6
. Não Estuda nem Trabalha	9,8	6,9	25,1	14,9	12,5	27,7
. Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.
IPLAN/IPEA e UNICEF - "Arquivo Especial sobre a População de Baixa Renda" (Pesquisa: Níveis de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios Brasileiros)

TABELA 2.12

MENORES DE 10 A 17 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO O RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA" E SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO- NORDESTE: 1980

RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA" E SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO	MENORES DE 10 A 17 ANOS DE IDADE					
	10 A 14 ANOS			15 A 17 ANOS		
	Total	Situação do Domicílio		Total	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
TOTAL - Números Absolutos	4.658.195	2.284.625	2.373.570	2.593.043	1.363.911	1.229.132
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Estuda	51,3	72,9	30,5	37,4	53,4	19,7
. Trabalha	11,4	4,2	18,4	26,2	15,5	38,1
. Estuda e Trabalha	3,5	2,9	4,0	8,2	10,2	5,9
. Não Estuda nem Trabalha	33,8	20,0	47,1	28,1	20,8	36,2
. Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Até 1/4 SM - Números Absolutos	2.674.887	958.526	1.716.361	1.200.294	433.676	766.618
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Estuda	41,6	64,5	28,8	30,5	48,7	20,2
. Trabalha	12,5	3,9	17,2	27,0	13,8	34,5
. Estuda e Trabalha	3,5	2,5	4,1	6,2	6,8	5,8
. Não Estuda nem Trabalha	42,4	29,1	49,9	36,3	30,6	39,5
. Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Mais de 1/4 a 1/2 SM - Nºs Abs.	1.135.202	660.964	474.238	716.925	400.737	316.188
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Estuda	57,1	75,1	32,1	35,5	50,1	16,9
. Trabalha	11,5	4,1	21,7	29,2	17,2	44,5
. Estuda e Trabalha	3,5	3,1	4,0	8,8	11,0	5,9
. Não Estuda nem Trabalha	27,9	17,7	42,1	26,5	21,6	32,7
. Sem declaração	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Mais de 1/2 SM - Nºs Absolutos	848.106	665.135	182.971	675.824	529.498	146.326
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Estuda	73,7	82,6	41,3	51,6	59,6	22,7
. Trabalha	8,1	4,7	20,3	21,8	15,7	43,6
. Estuda e Trabalha	3,5	3,3	4,1	11,1	12,4	6,8
. Não Estuda nem Trabalha	14,6	9,3	34,2	15,4	12,2	26,8
. Sem declaração	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

IPLAN/IPEA e UNICEF - "Arquivo Especial sobre a População de Baixa Renda" (Pesquisa: Níveis de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios Brasileiros)

3. SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS MENORES

3.1 - A prioridade educacional

Os tempos do "otimismo pedagógico", que considerava a educação como a solução de todos os problemas, a principal estratégia de ascensão social, o investimento mais importante da nação, o indicador mais típico e privilegiado de desenvolvimento, etc., parecem já ultrapassados. Este tipo de recordação, certamente, pouco contribui para delinear no momento um diagnóstico educacional, fundamentalmente porque o ideal educacional sempre esteve distante do real, e não apenas para as camadas mais pobres da população.

Constitucionalmente, o alvo do Estado com relação à educação escolar é a universalização do 1º grau (com 8 anos de duração) para todas as crianças de 7 a 14 anos, tornando-o obrigatório e gratuito nos estabelecimentos oficiais. Assim, todas as pessoas capazes de freqüentar escola deveriam fazê-lo a partir dos 7 anos, para este esforço poder incidir fortemente na redução do analfabetismo. A partir de 1964 registra-se um esforço de democratização das oportunidades de acesso ao ensino, seja incrementando formas de aprendizagem não formal (supletivo e MOBRAL, por exemplo), seja ampliando vagas no ensino superior, instituindo o crédito educativo, etc., a par de um conjunto de medidas de racionalização do sistema educativo, em termos administrativos (melhor aproveitamento da capacidade instalada, melhor gestão e planejamento mais de acordo com as necessidades regionais), técnicos (melhoria na qualificação dos docentes e incremento à atividade de pesquisa) e profissionais (aproximar mais os cursos aos perfis ocupacionais e busca de profissionalização terminal do ensino de 2º grau) (DEMO, 1980).

Mesmo com o esforço recente de correção dos desequilíbrios e deficiências do sistema educacional, procurando adequá-lo às características fundamentais da população, notadamente pobre do meio rural e das periferias urbanas, torna-se inevitável reconhecer que a situação da educação no Brasil é de um grande atraso, pois não estuda quem realmente precisa, mas quem pode (MEC, 1980).

O problema fundamental da educação brasileira é o da superação da seletividade, na medida em que atinge melhor ao mais beneficiado. "Por isto mesmo se afirma: mais seleciona do que educa. Nesta linha, o ponto de partida da educação seria a constatação primeira de que seu problema fundamental não é apenas pedagógico, mas sobretudo de pobreza. A pobreza é a questão básica para qualquer esfera social: para a saúde, para a habitação, para a previdência, para o trabalho, para a cultura, etc." (DEMO, 1980; CALSING et allii, 1980). Mesmo a educação, portanto, quando considerada isoladamente, significa um esforço perdido, na medida em que se considera que a redução das desigualdades sociais é um projeto

simultaneamente econômico, social e político. A democratização de oportunidades passa, então, inevitavelmente, pela participação econômica e política, que precisa ser garantida pelo Estado, enquanto direito de seus cidadãos.

Não parece congruente para o país um tipo de educação que, de acordo com a ideologia liberal, estabelece que a função da educação escolar deva ser de reclassificação e seleção a partir de um sistema de valores em que os mais fortes obtêm privilégios mais acentuados; por outro lado, também não parece congruente um tipo de educação assistencialista e compensatória, que não terá compromissos com a ascensão social. Um "Programa de Educação para Todos" que não tiver em conta importantes mudanças na estrutura produtiva, adequando-a às necessidades básicas da população, poucos resultados obterá, uma vez que o sistema econômico é demasiadamente excludente e concentrador, condicionando assim todo o contexto social.

As crianças e jovens, conseqüentemente, são os principais atingidos, que verão, de modo crescente, suas oportunidades de ascensão social serem diminuídas. Isto significa, sem sombra de dúvida, um desprezo por este grupo populacional, que corresponde à metade da população brasileira. Um desprezo, porque não lhe são garantidos direitos sociais mínimos, explicitamente colocados na Constituição e outras leis específicas. Um desprezo, porque não podem se preparar como cidadãos livres e responsáveis. Um desprezo, porque não terão chances seguras de participar do esforço de construção de uma sociedade, já tão carente e condicionada politicamente. Um desprezo, porque sua cultura vem sendo relegada sistematicamente, o que acentua o conjunto de desvantagens estruturais frente à sobrevivência. Um desprezo, enfim, porque tratados de forma muito assistencialista, e não tendo em vista a preparação de cidadãos, que serão os futuros responsáveis pela nação.

Enquanto a política social não representar efetivamente uma conquista da sociedade, a superação dos níveis de pobreza do país e da população se tornará algo impossível de se realizar num espaço de uma ou duas gerações no máximo. E não é possível exagerar na capacidade transformadora da educação, e muito menos tomá-la como uma variável determinante de um processo de mudanças sociais.

A tônica principal da análise a seguir consistirá em verificar a extensão da cobertura educacional da população, em particular da população constituída pelas crianças e jovens de 7 a 17 anos de idade, enquanto um direito dos cidadãos e um serviço a ser prestado pelo Estado, nos diferentes níveis de poder.

3.2 - O analfabetismo

Pela análise do analfabetismo da população de 7 anos e mais é possível verificar em parte o esforço educacional empreendido por um país.

No caso brasileiro, este esforço parece não ter sido grande, visto que as taxas vêm-se mantendo estáveis ao longo de vários anos. A Tabela 3.1, por exemplo, apresenta a nível de Brasil uma taxa de analfabetismo praticamente constante no período compreendido entre 1977 e 1983 para a população de 7 anos e mais – em torno de 25%. Em números absolutos, contudo, e tomando os anos extremos, isto significa que havia 22 milhões de analfabetos em 1977, e 24,6 milhões em 1983. Desgraçadamente, os grupos etários que mais contribuiram para elevar esse número foram os de 7 a 19 anos, podendo-se lançar as hipóteses de que parte dessa população nunca chegou a ingressar na escola, ou tendo ingressado, nunca aprendeu a ler e escrever, ou que regrediu e já não consegue ler e escrever. Seja como for, a taxa é muito alta, de modo especial se se considerar que os menores representam aproximadamente 37% destes analfabetos (no Nordeste, 42%).

É importante registrar que entre os menores de 7 a 9 anos a taxa de analfabetismo foi de 45,5% em 1977, elevando-se para 50,6% em 1983, a nível de Brasil. Para o Nordeste encontram-se taxas significativamente mais elevadas – respectivamente, 68,9% e 77,5%. Não restam dúvidas de que, nesse grupo etário, o ingresso tardio muito influi para elevar as taxas, profundamente insatisfatórias, quando se considera o direito constitucional a uma educação básica e gratuita.

No grupo etário de 10 a 14 anos também se observa um aumento da taxa (18,4% para 19,4% em média no país, e 39,5% e 41,5% no Nordeste), mas que é bem menor em relação ao grupo anterior. Na faixa de 15 a 19 anos a tendência é de diminuição (em termos relativos) do número de analfabetos, que está em torno de 12% no país, e 27% no Nordeste.

As diferenças urbano-rurais são acentuadas. As taxas no meio rural são, em geral, duas vezes superior às do meio urbano, mas sem que isto signifique, necessariamente, que em números absolutos ocorra o mesmo. Nesse aspecto, acontecem em geral equivalências.

As taxas de alfabetização, ou seu contrário, de analfabetismo, apresentam uma relação inversa com o rendimento familiar "per capita", como ilustra a Tabela 3.2, e que vem confirmar o processo excessivamente seletivo do sistema educacional do país. As crianças e jovens mais pobres têm realmente maiores dificuldades de se inserir no processo educacional e de nele sobreviver.

Os menores brasileiros de 10 a 14 anos de famílias com rendimento familiar "per capita" até 1/4 do salário mínimo (pobreza absoluta) apresentavam em 1980 uma taxa de analfabetismo de 42,5%, ao passo que os pertencentes às famílias de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo (pobreza relativa), em torno de 22% e aqueles de famílias com mais de 1/2 salário mínimo (não-pobres), apenas 7,4%.

Estas desigualdades e a seletividade sócio-econômicas também se verificam entre os menores de 15 a 17 anos, situação do domicílio (urbano

e rural) e regiões e estados, em graus diferentes, e por vezes bem mais acentuadas do que no exemplo acima.

Ou seja, uma constatação insofismável de que, a partir dos dados disponíveis sobre o sistema educacional, o acesso das crianças e jovens à escola é tanto mais restrito quanto menor for o rendimento familiar.

3.3 - Taxas de escolarização

A taxa de escolarização nada mais reflete do que o grau de freqüência escolar, num momento considerado, de uma população pertencente a uma determinada faixa de idade. No caso do ensino de 1º grau, que é tido como prioridade no sistema educacional brasileiro, a universalização para toda a população de 7 a 14 anos de idade ainda está distante de ser alcançada, apesar de previsto desde a Lei 5.692, de 1971, e pelos sucessivos planos de governo.

Isso reflete uma boa parte da ineficiência dos diferentes níveis de governo na oferta deste grau de ensino, que além de não conseguir proporcionar iguais oportunidades de acesso a todos, também não logrou assegurar a permanência e o progresso daqueles que entram na escola (CNRH/IPEA, 1982). Isso, naturalmente, faz com que "os déficits de escolaridade no Brasil permanecem virtualmente inalterados há vários anos" (SEPLAN-PR, 1985b). É o que registra a Tabela 3.3 sem maiores dificuldades, quando se compara 1970 com 1980: a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos evoluiu de 67% para 67,2% no país, e no Nordeste de 49,3% para 49,6%. Dos Estados dessa Região, alguns apresentam alguma melhoria sensível (Ceará, por exemplo), outros estagnação (Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia), e outros retrocesso (Alagoas, Sergipe e Maranhão).

Os estudos costumam revelar as acentuadas diferenças que existem entre as regiões, situação urbano-rural e rendimento familiar (CNRH/IPEA, 1982; CALSING et allii, 1980; SUDENE, 1985). É o que se pode também observar a partir das Tabelas 3.3 e 3.4, e que revelam o grande distanciamento que existe entre os serviços educacionais oferecidos e as reais necessidades da população. Isto é reconhecido explicitamente pelo I PND da Nova República, ao mesmo tempo que afirma que "no início da década de 70, o estrato de renda de até um salário-mínimo deixou de enviar 52% de suas crianças à escola, em comparação com apenas 3% das camadas sociais de renda de dez salários-mínimos. Ao final da década, o quadro permaneceu quase inalterado" (SEPLAN-PR, 1985b).

Este fracasso educacional, reconhecido por todos, vem justamente afetar as crianças mais pobres, tirando-lhes algumas oportunidades concretas de, em futuro breve, participarem mais intensamente do acesso aos bens políticos, econômicos e sociais.

Algumas análises, justificando principalmente o decréscimo das taxas de escolarização no período 1970/77/80, buscam como argumento o aumento da população de 10 a 17 anos que trabalha. Assim, "a redução das taxas de escolarização é a contrapart da da intensificação do ingresso de jovens no mercado de trabalho observado durante a última década." (IBGE e UNICEF, 1982). Na verdade, os dados anteriormente apresentados na parte relativa ao emprego e renda não confirmam o aumento da força de trabalho jovem, o que levaria a supor, e isto com muita probabilidade, que estes menores passaram a executar algum tipo de serviço não captado pelos questionários do Censo Demográfico e da PNAD. A absorção precoce pelo mercado de trabalho de alunos mais carentes e principalmente do meio rural é um fato, e que, nestes anos de crise e recessão econômica, deve ter se acentuado. O abandono da escola por necessidade de trabalhar nem sempre aparece como uma forte razão até os 14 anos de idade, mas que precisa ser considerada quando se analisa o declínio das taxas de escolarização (Ver Tabela 3.6).

A Tabela 3.5 procura sintetizar alguns pontos até o momento tratados, segundo idades pontuais e séries do 1º e 2º graus. Em primeiro lugar, o absenteísmo em 1980, como uma percentagem de pessoas que não freqüentavam escola em relação ao total de pessoas nas suas respectivas idades (o contrário da taxa de escolarização), afeta a todos, mas principalmente as crianças de 6, 7 e 8 anos, e os jovens acima de 14-15 anos. Em segundo lugar, a convergência escolar, de pessoas que estavam cursando determinada série do 1º ou 2º graus com idade considerada ideal na correspondência idade-série (e que estão impressas em negrito na tabela), revela, por exemplo, que apenas 45,4% das crianças da 1ª série do 1º grau possuíam 7 anos, e apenas 8,6% das que cursavam a 8ª série do mesmo grau possuíam 14 anos de idade. Ou seja, mesmo que esta questão relacionada à distorção idade-série já esteja um tanto quanto ultrapassada, de qualquer forma mostra, além do ingresso tardio, que as crianças acumulam muitas repetências, não conseguindo progredir regularmente através das séries. Em terceiro lugar, a dispersão escolar, que indica a percentagem de pessoas de cada série e idade que estavam atrasadas (por repetição ou interrupção) ou adiantadas na correspondência idade-série (as demais taxas da tabela), acentua fundamentalmente o primeiro aspecto, ou seja, o atraso. Das crianças de 7 anos, 52,6% estudavam; 45,4% estavam na 1ª série do 1º grau; e 7,2% já estavam na 2ª série do 1º grau. Das crianças de 14 anos, 61,8% estudavam; 8,6% estavam na 8ª série do 1º grau; 2,3% na 1ª série do 2º grau; os demais estavam em séries atrasadas, sendo que 21,7% estavam cursando da 1ª a 4ª série do 1º grau.

Considerando apenas as crianças de 7 a 14 anos, o número daquelas que estavam fora da escola chegava a 7,5 milhões no Brasil, sendo que destas, 63,5% residiam na área rural. Em torno de 3,8 milhões eram nordestinas (50,3%), também em maior número do meio agrícola (Tabela 3.6). Em relação ao rendimento familiar "per capita", 55,9% pertenciam a famílias extremamente pobres, 26,1% a famílias em situação de pobreza relativa e 18% a famílias não-pobres.

No Nordeste, seguindo a mesma ordem das famílias, tinha-se os seguintes números: 72%, 20,1 e 7,9% (Tabela 3.7).

São realmente muitas as crianças e jovens de 7 a 14 anos de idade que nunca freqüentaram curso regular, principalmente na faixa de 7 a 9 anos (29,8% a nível do país e 46,1% na Região Nordeste). As razões principais costumam ser "outros motivos", além da falta de escola, falta de vaga e necessidade de trabalhar (Tabelas 3.8 e 3.9).

Estes problemas, como fica claro de algum modo, resultam efetivamente do caráter discriminatório das estruturas e da dinâmica do sistema educativo e das políticas selecionadas para operar este nível de ensino (1º grau), que têm origem nas características do próprio modelo de desenvolvimento econômico e social adotado. Na verdade, o sistema educacional como um todo não existe desligado das classes sociais (CUNHA, 1975), resultando que o desempenho dos alunos (permanência/progressão /repetição) está profundamente condicionado ao que efetivamente se oferece na escola, e que está distante de atender às reais necessidades da população pobre.

Sem dúvida alguma o acesso à escola cresceu, e muito, e é bem elevado. O problema está na permanência, e parece correto concluir que a cultura da escola deve refletir também estratégias de sobrevivência e modos de superação da situação de pobreza em que vivem vários milhões de famílias. Não se trata de experiências educativas distintas para pobres e ricos, se bem que parece comum pelo país afora esta realidade (CALSING et allii, 1980).

3.4 - Rendimento do sistema educacional

A análise do rendimento do sistema educacional revela com bastante intensidade a existência de um gargalo muito estreito p a r a q u e m ingressa na escola. Paralelamente a esta seletividade, produz-se u m a subeducação, seja pela precariedade da oferta dos serviços educacionais (insuficiência da capacidade das redes escolares para atender às camadas pobres da população escolarizável), seja pelas próprias políticas e práticas pedagógicas e de organização escolar que não se prestam à educação dos alunos dessas camadas (CNRH/IPEA, 1982; INEP-SEPLAN/SE, 1981).

O que se questiona, neste caso, é que a experiência escolar não leva em conta a primeira socialização da criança, o que viria a prejudicar a progressão esperada ou natural em direção às séries seguintes. As crianças das classes média e rica (não-pobres, enfim) apresentam um rendimento/desempenho que legitima o sucesso escolar, ao passo que as demais — fracassadas — precisam repetir a mesma série várias vezes, ou ser confinadas em turmas especiais, ou abandonar os estudos, etc.

Alguns destes comentários são perfeitamente úteis para se analisar e compreender o que está proposto na Tabela 3.10. Ou seja, que de cada 1.000 crianças que entraram na 1ª série do 1º grau em 1976, 544 chegaram

no ano seguinte à 2ª série, 451 na 3ª série, 382 na 4ª série, 380 na 5ª série, 301 na 6ª série, 293 na 7ª série e 197 na 8ª série. Depois de 8 anos, portanto, apenas 19,7% chegaram à 8ª série (em 1983). O funil, ou gargalo, continua até chegar no 3º grau. O quadro educacional vem apresentando significativas melhorias, significando que a retenção está aumentando e a repetência e evasão diminuindo. A situação no Nordeste, contudo, está bem abaixo do que revela a média nacional, precisamente onde os níveis de pobreza se acentuam e onde a democratização das oportunidades apresentam-se limitadas.

A evolução das taxas de progressão, segundo algumas análises, relaciona-se diretamente com os níveis de desenvolvimento econômico e social dos estados e regiões no Brasil, de modo especial com a concentração econômica (ou de atividades produtivas do setor secundário e do chamado "terciário moderno"), que intensificará, por seu lado, a concentarção espacial das camadas médias e ricas da população. Neste sentido, a determinação sobre um desempenho maior do sistema educacional se daria em pelo menos duas vias: a) do lado dos recursos financeiros, na medida em que haveria mais dinheiro para construir escolas, contratar e treinar professores, montar uma rede de supervisão, melhorar o material didático, aumentar o atendimento da merenda escolar, etc; b) do lado da clientela, com maior quantidade relativa de alunos das camadas mais privilegiadas e, portanto, socializados (ou propensos a serem socializados) segundo a cultura dominante da escola atual. A combinação destes fatores todos explica a maior ou menor distância das barreiras escolares da base do sistema educacional (CUNHA, 1975).

É nesta direção que apontam as principais distorções existentes no ensino de 1º grau, e a Tabela 3.11 só vem corroborar este conjunto de observações, equivalendo a dizer que a sobrevivência no sistema educacional está reservado àquela parte mais privilegiada da população, capaz por isto mesmo de consumir tal oferta. No que se refere às primeiras séries, parece lógico então atribuir o fenômeno da repetência/evasão ao próprio aluno, mais do que aos professores, uma vez que chega à escola sem condições de desenvolvimento físico e mental, em geral fatalmente prejudicado pelas condições familiares de pobreza e fome como também pelo próprio ambiente familiar que não tem uma estrutura capaz de acompanhar o ritmo da escola e considera o filho um incapaz e imaturo para a idade/série que lhe corresponde. As famílias pobres e os próprios trabalhadores "sabem que a escolarização das crianças é necessária. E o sabem por duas vias: primeiro, pela prática cotidiana da discriminação social que usa freqüentemente o diploma para limitar o acesso aos cargos mais remunerados, mais prestigiados e que dão maior poder; segundo, pela ideologia liberal contida na educação difusa, presente no seu próprio ambiente familiar e profissional, sem falar nos veículos de comunicação de massa e na própria escola. Levam, então, seus filhos à escola e estes fracassam " (CUNHA, 1975). Com isso, é comum a constatação de que a capacidade escolar fica absorvida, em boa parte, por um grande contingente

de repetentes nas mais diversas séries.

A Tabela 3.12, que fornece alguns indicadores selecionados do ensino regular de 1º grau, confirma as evidências apresentadas até o momento sobre a situação educacional das crianças: a) o número dos que abandonam a escola durante o ano chega a 2,1 milhões no Brasil (8,45%) e 750 mil no Nordeste (9,81%); b) o número de repetentes está ao redor dos 30% no país, o que significa mais de 7,3 milhões de pessoas; c) a nível nacional, mais de 78% das conclusões de 1º grau ocorrem fora da faixa dos 14 anos, elevando-se este número para 83,76% no Nordeste; d) a distorção idade/série atinge mais de 3/4 dos matriculados no 1º grau, o equivalente a 18,5 milhões de alunos brasileiros, e ultrapassando os 6,5 milhões no Nordeste (ou 85,21% dos matriculados).

A solução do baixo rendimento do e no sistema educacional está sendo tomada como um compromisso governamental e que está consubstanciado no programa "Educação para Todos", incluído no conjunto de ações sociais prioritárias para 1986 do Governo Federal, que prevê dirigir os maiores esforços sobre a criança pobre, alvo de sua política social (SEPLAN-PR, 1985a).

3.5 - Considerações finais

Pode-se concluir, do que foi apresentado, que o quadro educacional brasileiro revela traços de uma subeducação acentuada, seja porque a oferta de serviços educacionais é precária em quantidade e qualidade, seja porque, pela seletividade que lhe é inerente, reforça as disparidades sociais, uma vez que as crianças de famílias pobres poucos benefícios recebem da educação. Este quadro permanece inalterado há mais de uma década, apesar de que inúmeras medidas de política têm sido tomadas para corrigir os problemas decorrentes deste fracasso educacional. Tudo parece indicar que sempre se teve, ao nível da burocracia estatal e do meio acadêmico, consciência dos vários problemas que afligiam e continuam a afligir a educação básica no Brasil.

A verdade, todavia, é que as soluções propostas dirigiam-se quase sempre ao próprio sistema educacional, quando se sabe que os problemas mais relevantes da educação teriam um tratamento mais eficaz fora, a saber, no problema da pobreza, entendida em sua dimensão econômica e política, como reconhece o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto: 1980-1985. "Por exemplo, o aproveitamento escolar depende tanto das condições da clientela em termos de renda, nutrição, saúde, higiene, saneamento quanto das qualidades pedagógicas do sistema de ensino-aprendizagem, particularmente na infância. Dada a dimensão da pobreza no país, a questão educacional é por ela profundamente condicionada. Em vista desta realidade, torna-se necessário o desenvolvimento de uma política social envolvendo um esforço integrado das áreas sociais e econômicas para a solução das desigualdades sociais " (MEC, 1980).

Portanto, os problemas da educação em geral e da educação básica em especial, que afetam as crianças e jovens de um modo todo particular, não podem receber um tratamento setorializado. Deve haver uma convergência com as áreas econômica e social, de modo que se possa alterar o quadro seletivo de acesso aos bens e serviços produzidos na sociedade.

A necessidade de proteger a criança torna-se uma preocupação social cada vez mais presente, seja do governo, de empresários e outras instituições, seja das próprias comunidades locais. O que falta, seguramente, é um esforço concentrado e consistente para enfrentar os problemas que afligem as crianças pobres e suas famílias, uma vez que o pouco que se faz acaba por anular os efeitos esperados das ações implementadas.

É fora de dúvida que a formação de uma cidadania responsável e participante passa pela educação. Este argumento, por si só, deveria ser suficiente para mobilizar toda a sociedade brasileira na busca de soluções corajosas para resolver os sérios problemas educacionais existentes, e que afetam sobremaneira as crianças e jovens.

TABELA 3.1

TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 7 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, PARA O BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE IDADE: 1977 -1983

BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE IDADE	TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 7 ANOS OU MAIS (%)											
	1977(1)			1979(1)			1981(2)			1983(2)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1. BRASIL												
7 anos ou mais	25,5	16,0	42,7	23,3	16,1	39,7	24,9	17,5	44,0	24,1	16,7	44,0
7 a 9 anos	45,5	33,9	62,6	47,6	36,1	65,5	50,6	40,5	70,2	50,6	40,1	71,3
10 a 14 anos	18,4	9,1	33,5	19,0	9,5	34,7	20,0	11,9	36,4	19,4	11,2	37,0
15 a 19 anos	12,7	6,1	25,6	12,1	5,8	25,6	12,2	6,7	25,7	12,0	6,6	25,4
20 anos e mais	26,3	17,4	46,0	25,6	17,2	45,6	25,1	18,0	45,9	24,0	16,9	45,4
2. NORDESTE												
7 anos e mais	45,2	28,8	60,5	51,5	30,0	61,6	45,3	32,2	60,8	45,0	31,7	61,6
7 a 9 anos	68,9	51,4	82,6	73,2	57,0	86,5	76,3	64,6	87,8	77,5	66,5	88,3
10 a 14 anos	39,5	20,3	55,7	41,3	22,2	57,7	41,9	27,2	57,5	41,5	27,1	58,2
15 a 19 anos	28,2	13,5	42,8	28,1	14,0	43,0	27,1	15,8	41,5	27,2	16,1	41,8
20 anos e mais	46,6	31,0	61,6	46,5	31,6	62,6	45,1	32,4	61,0	44,5	31,4	61,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) A nível de Brasil: exclusive a área rural da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

(2) A nível de Brasil: exclusive a área rural da Região Norte.

TABELA 3.2
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE E RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA", PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1980

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 A 17 ANOS (%)											
	TOTAL				DE 10 A 14 ANOS				DE 15 A 17 ANOS			
	Total	Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM	Total	Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM	Total	Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
BRASIL - Total	66,4	50,5	79,0	93,0	76,8	57,5	78,1	92,6	84,0	66,9	80,7	93,7
NORDESTE	39,0	32,7	62,7	80,6	54,0	43,5	60,3	79,2	66,1	56,7	66,5	82,5
Maranhão	35,2	31,1	58,8	74,5	50,2	43,2	56,1	72,5	62,9	57,5	63,2	77,1
Piauí	34,7	30,7	69,4	83,8	52,2	44,3	67,0	82,1	66,0	58,6	72,8	85,9
Ceará	36,2	30,9	66,8	82,8	53,8	43,1	64,5	80,7	66,6	56,4	70,4	85,3
Rio Grande do Norte	46,2	40,5	68,9	83,3	60,3	50,3	67,2	81,7	70,3	61,3	71,5	85,4
Paraíba	37,3	31,8	64,6	80,5	52,0	42,8	62,7	79,1	63,6	55,1	67,5	82,2
Pernambuco	41,5	33,4	63,9	83,2	56,5	43,2	61,5	82,1	68,0	55,9	67,7	84,5
Alagoas	34,8	28,6	53,9	75,7	47,0	37,3	52,2	75,2	57,4	48,8	56,6	76,3
Sergipe	43,4	36,0	64,7	83,3	56,7	44,5	63,0	82,8	67,7	56,8	67,4	84,1
Bahia	40,9	34,1	60,3	79,3	55,2	43,8	57,6	77,9	67,2	57,5	64,7	81,1
BRASIL - Urbana	89,3	74,0	86,7	95,4	87,6	71,6	85,6	94,9	92,1	79,7	88,6	95,9
NORDESTE	75,7	64,6	76,8	87,8	72,1	60,7	74,2	86,5	81,7	73,0	81,0	89,4
Maranhão	79,2	73,4	81,7	87,3	75,6	69,5	79,1	85,1	85,4	81,6	85,9	90,3
Piauí	79,6	72,8	83,1	89,5	75,7	68,3	80,3	88,3	86,1	81,9	87,3	91,0
Ceará	75,0	63,6	77,4	87,8	71,0	59,4	74,5	86,1	81,6	72,4	82,0	89,7
Rio Grande do Norte	76,6	65,9	78,6	88,8	73,3	62,4	76,5	87,5	82,0	73,4	81,8	90,3
Paraíba	70,7	59,2	74,2	86,4	66,9	55,2	71,8	85,4	77,1	67,8	78,0	87,6
Pernambuco	74,0	60,6	74,0	87,5	70,3	56,9	71,3	86,4	80,0	69,2	78,4	88,8
Alagoas	69,6	58,6	71,5	84,3	66,6	55,5	69,7	85,8	74,8	65,5	74,4	85,0
Sergipe	77,8	65,7	79,5	88,5	74,4	62,1	76,8	87,5	83,7	74,3	84,0	89,7
Bahia	78,0	65,8	77,4	88,3	74,7	62,2	74,9	87,0	83,7	74,1	81,9	90,0
BRASIL - Rural	61,3	51,6	66,2	80,5	58,0	48,4	64,7	79,7	67,3	59,0	68,5	81,5
NORDESTE	40,8	38,0	43,8	54,6	36,7	33,8	40,9	52,5	48,7	47,4	48,1	57,3
Maranhão	41,9	38,1	44,5	58,9	37,4	33,6	41,5	56,5	50,3	48,1	49,2	61,7
Piauí	40,0	38,4	46,5	53,9	35,2	33,7	43,3	50,8	49,0	48,1	50,8	57,9
Ceará	40,4	38,4	45,7	52,9	35,9	33,9	43,1	49,3	48,6	47,6	49,2	57,7
Rio Grande do Norte	46,3	44,4	49,2	55,5	42,9	40,9	47,5	52,5	52,5	51,7	51,6	59,4
Paraíba	40,9	39,3	45,4	51,6	37,1	35,4	43,5	48,3	48,3	47,7	47,9	55,7
Pernambuco	40,4	36,3	44,0	59,6	36,4	32,4	41,3	58,7	48,0	45,4	48,1	60,8
Alagoas	32,3	29,8	33,3	48,5	28,9	26,3	31,0	47,7	39,0	38,1	36,6	49,5
Sergipe	40,8	37,5	44,3	56,7	37,6	34,2	43,1	57,2	47,1	46,0	46,0	56,1
Bahia	41,7	38,7	43,4	52,2	37,5	34,5	40,0	50,0	49,8	48,8	49,0	54,9

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 3.3
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE, BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1970 E 1980

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO (%)				
	1 9 7 0	DE 7 A 14 ANOS DE IDADE			De 15 a 17 anos de idade
		Total	7 a 10 anos	11 a 14 anos	
BRASIL - Total	67,0	67,2	65,6	68,9	48,6
NORDESTE	49,3	49,6	43,8	55,7	45,6
Maranhão	46,0	41,3	33,4	50,1	43,7
Piauí	49,7	50,6	42,8	58,8	49,6
Ceará	39,2	48,3	41,5	55,1	49,3
Rio Grande do Norte	59,9	58,9	53,6	64,1	51,9
Paraíba	50,3	49,2	42,9	55,7	47,1
Pernambuco	57,0	58,8	55,8	62,1	47,2
Alagoas	51,1	43,8	38,5	49,5	40,6
Sergipe	57,5	54,5	48,1	61,5	51,1
Bahia	47,3	46,5	41,2	52,3	42,6
BRASIL - Urbana	84,5	81,0	79,9	82,1	60,4
NORDESTE	77,2	71,0	65,9	76,2	63,6
Maranhão	77,6	69,7	60,3	79,2	71,3
Piauí	88,1	75,6	67,6	83,5	73,0
Ceará	59,4	68,8	62,5	74,8	63,6
Rio Grande do Norte	72,4	74,6	70,4	78,6	64,8
Paraíba	65,2	67,3	61,8	72,7	63,0
Pernambuco	72,8	74,7	72,7	76,8	59,4
Alagoas	77,8	65,9	61,1	71,0	58,7
Sergipe	79,7	74,1	68,2	80,1	68,5
Bahia	70,8	69,9	64,8	75,3	63,1
BRASIL - Rural	47,0	43,4	41,9	45,1	24,6
NORDESTE	34,2	29,4	23,9	35,5	25,6
Maranhão	35,1	27,7	21,5	35,1	28,2
Piauí	31,8	33,1	26,2	40,7	29,8
Ceará	26,1	27,6	21,2	34,3	25,6
Rio Grande do Norte	48,7	38,7	32,9	44,7	32,2
Paraíba	40,2	31,1	25,0	38,2	29,1
Pernambuco	39,2	36,2	32,3	40,5	26,8
Alagoas	34,5	23,7	18,9	29,1	21,3
Sergipe	39,6	33,8	27,8	40,6	28,7
Bahia	31,3	25,7	20,9	31,1	21,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1970 e 1980.

TABELA 3.4
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE E RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA", PARA O BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1980

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 17 ANOS (%)											
	7 a 14 anos			7 a 10 anos			11 a 14 anos			15 a 17 anos		
	Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM	Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM	Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM	Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
BRASIL - Total	48,6	67,3	84,5	45,0	67,4	86,4	53,0	67,2	82,2	35,0	40,1	59,3
NORDESTE	39,0	57,0	76,4	32,7	52,9	75,6	46,3	60,8	77,1	36,7	44,2	63,2
Maranhão	34,6	47,1	65,1	26,8	40,2	60,5	44,3	54,1	69,1	39,2	42,5	57,2
Piauí	43,3	66,1	81,4	35,7	60,2	78,5	51,9	71,2	83,7	42,0	55,0	72,1
Ceará	37,2	61,1	78,3	30,2	56,3	77,2	44,9	65,3	79,3	36,0	48,7	66,9
Rio Grande do Norte	48,8	67,6	81,7	42,8	64,1	81,4	55,3	70,6	81,9	42,4	51,4	69,3
Paraíba	39,5	62,7	78,7	32,9	59,3	77,6	47,0	65,7	79,6	38,2	49,6	68,5
Pernambuco	46,1	65,6	83,6	42,2	64,5	84,5	50,6	66,7	82,7	35,9	44,5	65,1
Alagoas	34,1	50,4	73,4	28,6	47,2	72,7	40,8	53,4	73,9	32,6	38,7	59,5
Sergipe	42,6	61,6	81,7	35,9	56,5	79,8	50,5	66,4	83,3	41,2	48,9	68,2
Bahia	34,9	49,5	72,3	29,0	45,4	71,8	42,0	53,5	72,7	32,6	38,3	58,6
BRASIL - Urbana	66,7	78,0	88,7	62,6	77,1	89,9	71,6	79,0	87,6	52,1	52,3	65,0
NORDESTE	60,2	73,8	85,3	53,4	69,3	84,8	67,9	78,2	85,7	55,5	61,0	72,4
Maranhão	63,4	72,8	80,7	52,7	64,3	75,9	75,4	81,1	84,9	68,7	70,3	75,7
Piauí	68,7	80,8	88,2	59,6	74,2	86,0	79,2	86,6	90,0	69,0	72,9	78,8
Ceará	57,1	73,2	84,9	49,1	67,7	84,8	66,0	78,3	85,1	55,0	62,1	72,6
Rio Grande do Norte	64,3	78,7	88,3	58,8	74,9	88,4	70,0	82,2	88,2	55,1	63,0	75,4
Paraíba	55,8	73,6	85,9	49,0	69,8	85,7	63,5	77,0	86,1	53,7	62,1	75,2
Pernambuco	63,5	76,7	87,8	60,5	75,3	88,6	67,1	78,0	87,1	48,4	55,2	70,5
Alagoas	55,3	69,6	83,0	49,1	66,0	82,6	62,5	73,1	83,4	49,7	57,1	69,8
Sergipe	62,5	76,4	87,2	55,0	70,5	85,3	71,1	82,3	88,9	60,0	67,0	75,3
Bahia	57,2	70,3	83,6	50,2	65,0	83,0	65,6	75,9	84,1	53,1	59,6	70,9
BRASIL - Rural	37,1	47,8	60,6	33,9	49,2	65,4	40,9	46,4	56,6	24,4	21,5	28,7
NORDESTE	27,3	32,7	43,4	21,6	28,5	40,6	34,1	36,5	45,7	26,0	22,8	29,7
Maranhão	24,6	31,2	45,9	18,2	25,8	42,5	32,6	36,7	49,0	27,6	25,4	35,7
Piauí	32,0	39,5	47,0	25,1	34,3	40,0	39,8	43,9	52,4	29,8	27,7	35,4
Ceará	25,9	34,1	40,1	19,8	28,5	33,6	32,8	38,4	45,4	25,4	24,4	30,7
Rio Grande do Norte	37,0	42,9	48,1	31,0	38,9	44,3	43,7	46,1	50,9	32,4	29,4	37,5
Paraíba	29,7	38,3	43,2	23,4	33,9	37,4	36,9	41,8	47,9	29,1	26,2	35,6
Pernambuco	32,3	41,8	59,3	27,9	40,0	60,5	37,4	43,4	58,3	25,9	24,9	35,4
Alagoas	21,5	25,9	41,0	16,7	22,3	38,0	27,5	29,2	43,4	21,6	18,0	27,9
Sergipe	31,1	39,2	50,1	25,3	34,1	45,2	38,3	43,8	53,9	29,6	25,6	33,2
Bahia	23,8	27,1	35,9	18,7	23,3	33,7	30,1	30,7	37,7	21,9	18,7	22,5

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 3.5

TAXAS DE ABSENTEÍSMO, ESCOLARIZAÇÃO, CONVERGÊNCIA E DISPERSÃO ESCOLAR, PARA AS PESSOAS DE 6 A 24 ANOS DE IDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE: BRASIL - 1980

GRUPOS DE IDADE	TAXAS PARA AS PESSOAS DE 6 A 24 ANOS DE IDADE (%)													
	Absenteísmo	Escolarização, Convergência e Dispersão Escolar												
		Total	1º Grau								2º Grau			Superior
			1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	
TOTAL	52,9	47,1	9,1	6,8	5,9	4,9	4,1	3,2	2,8	2,4	1,9	1,6	1,3	1,6
6 anos	71,9	28,1	16,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7 anos	47,4	52,6	45,4	7,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos	34,5	65,5	34,1	26,3	5,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos	28,4	71,6	21,4	24,5	21,7	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos	27,3	72,7	14,1	18,7	19,8	16,4	3,7	-	-	-	-	-	-	-
11 anos	25,9	74,1	9,2	13,9	17,0	16,5	14,5	3,0	-	-	-	-	-	-
12 anos	28,7	71,3	6,3	10,2	13,4	13,9	13,8	11,2	2,5	-	-	-	-	-
13 anos	32,0	68,0	4,2	6,8	9,8	11,1	12,2	11,2	10,0	2,3	-	-	-	-
14 anos	38,2	61,8	2,5	4,3	6,5	8,4	9,6	9,5	9,7	8,6	2,3	-	-	-
15 anos	44,8	55,2	1,6	2,7	4,0	5,4	7,0	7,7	8,4	8,5	7,5	1,9	-	-
16 anos	51,5	48,5	1,1	1,8	2,6	3,7	4,6	5,6	6,6	7,4	6,9	6,1	1,5	-
17 anos	57,9	42,1	0,8	1,2	1,7	2,4	2,9	3,6	4,7	5,9	6,0	5,8	5,4	0,6
18 anos	65,3	34,7	0,6	0,9	1,1	1,6	1,8	2,3	3,1	4,3	4,5	4,8	5,1	2,4
19 anos	71,6	28,4	0,4	0,6	0,8	1,2	1,2	1,4	2,0	2,9	3,2	3,7	4,2	4,3
20 a 24 anos	82,5	17,5	0,2	0,3	0,4	0,6	0,6	0,6	0,8	1,3	1,4	1,7	2,1	5,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 3.6

POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE FORA DA ESCOLA, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, PARA O BRASIL E NORDESTE — 1970 E 1980

BRASIL E NORDESTE	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS FORA DA ESCOLA					
	1 9 7 0			1 9 8 0		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
BRASIL	6.507.420	1.619.654	4.887.766	7.553.741	2.757.256	4.796.485
NORDESTE	3.110.457	718.754	2.391.703	3.796.395	1.055.371	2.741.024
Maranhão	360.692	38.204	322.488	508.159	84.844	423.315
Piauí	193.685	41.583	179.102	237.152	48.332	188.820
Ceará	573.549	150.266	423.283	592.155	179.574	412.581
Rio Grande do Norte	133.578	43.361	90.217	164.770	57.216	107.554
Paraíba	253.276	71.775	181.501	304.535	97.449	207.086
Pernambuco	472.447	158.280	314.167	537.444	194.492	342.952
Alagoas	169.207	29.489	139.718	243.952	70.435	173.517
Sergipe	85.429	18.305	67.124	115.251	33.676	81.575
Bahia	868.594	194.491	674.103	1.092.977	289.353	803.624
BRASIL	100,0	24,9	75,1	100,0	36,5	63,5
NORDESTE	100,0	23,1	76,9	100,0	27,8	72,2
Maranhão	100,0	10,6	89,4	100,0	16,7	83,3
Piauí	100,0	7,5	92,5	100,0	20,4	79,6
Ceará	100,0	26,2	73,8	100,0	30,3	69,7
Rio Grande do Norte	100,0	32,5	67,5	100,0	34,7	65,3
Paraíba	100,0	28,3	71,7	100,0	32,0	68,0
Pernambuco	100,0	33,5	66,5	100,0	36,2	63,8
Alagoas	100,0	17,4	82,6	100,0	28,9	71,9
Sergipe	100,0	21,4	78,6	100,0	29,2	70,8
Bahia	100,0	22,4	77,6	100,0	26,5	73,5

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1970 e 1980.

TABELA 3.7

PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE FORA DA ESCOLA, POR RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA", PARA O BRASIL E NORDESTE — 1980

BRASIL E NORDESTE	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS FORA DA ESCOLA (%)			
	T O T A L	Rendimento Familiar "Per Capita"		
		Até 1/4 do SM	Mais de 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
BRASIL	100,0	55,9	26,1	18,0
NORDESTE	100,0	72,0	20,1	7,9
Maranhão	100,0	72,3	20,2	7,5
Piauí	100,0	85,6	10,7	3,7
Ceará	100,0	78,3	15,3	6,4
Rio Grande do Norte	100,0	73,9	18,3	7,8
Paraíba	100,0	80,1	14,4	5,5
Pernambuco	100,0	69,6	22,3	8,1
Alagoas	100,0	71,4	21,8	6,8
Sergipe	100,0	71,2	21,5	7,3
Bahia	100,0	64,3	24,9	10,8

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 3.8

PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 7 A 24 ANOS DE IDADE QUE NUNCA FREQUENTARAM CURSO REGULAR EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS DE 7 A 24 ANOS DE IDADE, POR SEXO, PARA O BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE IDADE — 1982

GRUPOS DE IDADE	PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 7 A 24 ANOS DE IDADE QUE NUNCA FREQUENTARAM CURSO REGULAR EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS DE 7 A 24 ANOS DE IDADE (%)		
	Total	Homens	Mulheres
BRASIL[1]	14,2	15,6	12,7
7 a 9 anos	29,8	30,9	28,7
10 a 14 anos	10,9	12,4	9,4
15 a 19 anos	10,2	12,3	8,2
20 a 24 anos	10,9	11,7	10,0
NORDESTE	28,0	31,9	24,1
7 a 9 anos	46,1	48,6	43,6
10 a 14 anos	23,3	26,9	19,7
15 a 19 anos	22,3	28,0	16,9
20 a 24 anos	24,8	28,2	21,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusive a população da área rural da Região Norte.

TABELA 3.9
PESSOAS DE 7 A 24 ANOS DE IDADE QUE NUNCA FREQÜENTARAM CURSO REGULAR, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO E O MOTIVO DE NUNCA TEREM FREQÜENTADO CURSO REGULAR, PARA O BRASIL E NORDESTE – 1982

SEXO E MOTIVO DE NUNCA TEREM FREQÜENTADO CURSO REGULAR	PESSOAS DE 7 A 24 ANOS DE IDADE QUE NUNCA FREQÜENTARAM CURSO REGULAR				
	GRUPOS DE IDADE				
	Total	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos
1. BRASIL – TOTAL (1)					
Números absolutos (2)	6.779.738	2.606.857	1.568.963	1.377.419	1.266.499
Números relativos (%) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Necessidade de trabalhar	17,9	1,6	14,4	33,0	39,9
Falta de escola	21,7	17,6	26,6	23,1	24,4
Falta de vaga	4,0	8,0	3,2	0,8	0,3
Outros motivos	56,4	72,8	55,8	43,1	37,4
Homens (1)					
Números absolutos (2)	3.735.695	1.358.401	906.187	824.926	646.181
Números relativos (%) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Necessidade de trabalhar	22,7	2,0	17,8	39,8	51,5
Falta de escola	19,1	16,9	23,6	19,2	17,0
Falta de vagas	3,9	8,0	3,1	0,8	0,3
Outros motivos	54,3	73,1	55,5	40,2	31,2
Mulheres (1)					
Números absolutos (2)	3.044.043	1.248.456	662.776	552.493	580.318
Números relativos (%) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Necessidade de trabalhar	11,9	1,2	9,9	22,9	26,9
Falta de escola	24,9	18,4	30,6	28,8	28,5
Falta de vaga	4,2	7,9	3,3	0,9	0,3
Outros motivos	59,0	72,5	56,2	47,4	44,3
2. NORDESTE – TOTAL					
Números absolutos	4.176.788	1.398.506	1.110.570	931.094	736.618
Números relativos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Necessidade de trabalhar	18,4	2,0	14,2	13,8	38,9
Falta de escola	24,3	22,2	28,8	24,9	21,1
Falta de vaga	2,8	5,2	2,9	0,8	0,3
Outros motivos	54,5	70,6	54,1	42,5	39,7
Homens					
Números absolutos	2.359.144	741.759	650.349	572.656	394.380
Números relativos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Necessidade de trabalhar	24,3	2,5	18,3	40,0	52,7
Falta de escola	21,6	21,2	25,8	21,0	16,3
Falta de vaga	2,8	5,5	2,9	0,9	0,2
Outros motivos	51,3	70,8	53,0	38,1	30,8
Mulheres					
Números absolutos	1.817.644	656.747	460.221	358.438	342.238
Números relativos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Necessidade de trabalhar	10,6	1,4	8,4	18,8	23,0
Falta de escola	28,0	23,3	33,0	31,1	26,5
Falta de vaga	2,8	5,0	3,1	0,8	0,5
Outros motivos	58,6	70,3	55,5	49,3	50,0

FONTE: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(1) Exclusive a população da área rural da Região Norte.

(2) Exclusive sem declaração de motivo de nunca terem freqüentado curso regular.

TABELA 3.10
EVOLUÇÃO DO FLUXO ESCOLAR (RETENÇÃO/EVASÃO) DO SISTEMA DE ENSINO, PARA O BRASIL E NORDESTE - 1961/1971 A 1975/1986

BRASIL E NORDESTE	MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO											Ingresso no 3º Grau
	1º GRAU								2º GRAU			
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	
1960-1971												
BRASIL	1000	430	327	253	145	112	97	86	91	73	63	49
NORDESTE	1000	271	177	119	88	70	61	56	57	49	42	21
Maranhão	1000	346	214	140	76	69	59	50	52	39	36	23
Piauí	1000	262	156	102	96	82	70	64	60	50	40	6
Ceará	1000	196	113	83	78	64	56	52	52	47	38	10
Rio Grande do Norte	1000	351	227	131	66	54	44	41	42	33	30	17
Paraíba	1000	249	173	114	75	55	51	54	45	40	33	22
Pernambuco	1000	290	197	136	103	80	69	63	68	55	53	36
Alagoas	1000	220	148	94	81	61	53	48	50	47	38	16
Sergipe	1000	188	105	74	73	54	50	44	47	38	34	9
Bahia	100	308	210	146	99	79	68	65	66	58	50	22
1965/1976												
BRASIL	1000	449	357	274	205	166	141	130	129	106	89	77
NORDESTE	1000	269	197	145	112	92	82	76	75	69	59	24
Maranhão	1000	359	269	183	144	95	103	98	81	80	70	18
Piauí	1000	224	131	104	87	80	66	63	78	60	61	9
Ceará	1000	171	148	120	89	76	68	74	62	60	54	27
Rio Grande do Norte	1000	295	217	150	89	71	63	56	59	57	39	24
Paraíba	1000	261	173	122	91	82	72	62	55	52	45	31
Pernambuco	1000	289	221	167	135	107	90	81	83	83	64	29
Alagoas	1000	233	168	112	96	78	68	57	64	61	54	30
Sergipe	1000	207	129	101	94	77	67	61	60	50	53	11
Bahia	1000	324	230	171	127	112	99	89	96	77	71	23
1970/1981												
BRASIL	1000	519	413	368	316	257	218	182	191	-	-	-
NORDESTE	1000	341	256	226	181	147	123	105	106	-	-	-
Maranhão	1000	295	210	181	148	115	94	86	73	-	-	-
Piauí	1000	322	219	172	141	98	86	60	99	-	-	-
Ceará	1000	232	208	176	148	127	111	100	102	-	-	-
Rio Grande do Norte	1000	348	294	261	234	141	115	104	115	-	-	-
Paraíba	1000	266	199	188	149	127	98	93	88	-	-	-
Pernambuco	1000	453	360	343	247	218	176	147	148	-	-	-
Alagoas	1000	326	251	216	147	121	110	89	99	-	-	-
Sergipe	1000	327	215	173	136	118	121	94	100	-	-	-
Bahia	1000	392	267	231	196	161	134	112	103	-	-	-
1975/1986												
BRASIL	1000	544	451	382	380	301	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	1000	402	304	246	231	181	-	-	-	-	-	-
Maranhão	1000	373	268	204	193	147	-	-	-	-	-	-
Piauí	1000	311	195	156	102	84	-	-	-	-	-	-
Ceará	1000	512	405	347	312	247	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	1000	464	380	301	278	217	-	-	-	-	-	-
Paraíba	1000	307	264	219	199	161	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	1000	488	370	319	349	264	-	-	-	-	-	-
Alagoas	1000	382	303	241	242	167	-	-	-	-	-	-
Sergipe	1000	395	310	259	234	186	-	-	-	-	-	-
Bahia	1000	377	276	208	191	154	-	-	-	-	-	-

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: MEC/SEEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

TABELA 3.11
RENDIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL, POR GRAU DE ENSINO, PARA O BRASIL E NORDESTE – 1970, 1975 e 1978 (%)

BRASIL E NORDESTE	1º GRAU		2º GRAU		SUPERIOR	
	Iniciaram a 1ª série do 1º Grau e terminaram a 8ª série (ou 1º Grau) (1)	Iniciaram a 1ª Série do 1º Grau e foram aprovados na 4ª Série do 1º Grau (2)	Iniciaram a 1ª Série do 2º Grau e terminaram o 2º Grau (3)	Iniciaram a 1ª Série do 1º Grau e terminaram o 2º Grau (4)	Iniciaram a 1ª Série do 1º Grau e terminaram o superior (5)	Terminaram o 2º Grau e que podem representar matrículas no 1º ano superior (6)
1970 - BRASIL	8,64	24,56	62,89	5,74	1,84	84,80
NORDESTE	5,28	12,37	67,22	3,84	0,99	54,02
Maranhão	6,21	10,07	75,06	3,87	0,48	60,64
Piauí	4,44	8,98	58,59	3,54	0,13	17,79
Ceará	5,20	10,86	67,95	3,51	1,05	28,74
Rio Grande do Norte	3,95	11,24	67,06	2,82	0,86	60,29
Paraíba	4,66	10,18	70,16	3,14	1,14	69,73
Pernambuco	5,60	16,30	66,32	4,54	1,73	80,16
Alagoas	4,46	11,18	67,33	3,39	0,95	45,86
Sergipe	4,85	10,62	70,27	3,29	0,29	27,03
Bahia	5,95	13,64	66,42	4,37	0,73	50,65
1975 - BRASIL	19,36	27,57	57,60	7,44	3,91	103,78
NORDESTE	8,68	16,86	68,26	5,15	1,39	47,11
Maranhão	9,43	13,57	71,00	5,77	1,04	32,07
Piauí	5,62	9,63	62,81	4,88	0,58	18,80
Ceará	7,70	13,42	82,96	5,16	1,05	53,12
Rio Grande do Norte	4,02	19,30	66,70	3,91	1,21	60,75
Paraíba	10,94	16,39	84,29	4,66	1,82	66,15
Pernambuco	11,02	27,82	75,20	6,25	2,27	45,63
Alagoas	7,03	17,11	67,80	4,33	0,92	70,34
Sergipe	7,26	13,94	64,94	3,88	0,52	28,99
Bahia	9,21	16,44	53,44	5,13	1,28	44,05
1978 - BRASIL	14,19	...	52,24	9,21	3,91	76,77
NORDESTE	8,35	...	57,84	6,10	1,56	42,53
Maranhão	8,77	...	72,19	5,94	1,20	18,66
Piauí	4,47	...	43,80	3,74	0,52	23,78
Ceará	7,87	...	68,83	6,17	1,31	49,02
Rio Grande do Nórte	9,18	...	58,22	6,00	1,98	45,14
Paraíba	8,40	...	74,85	6,67	2,86	57,60
Pernambuco	11,62	...	59,74	7,84	2,63	47,45
Alagoas	7,04	...	61,65	5,25	1,22	51,42
Sergipe	8,03	...	42,28	4,56	1,04	49,97
Bahia	7,71	...	46,70	5,79	0,86	37,51

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MEC/SEEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

NOTA: Os indicadores a seguir representam uma porcentagem. Isto é, dos que iniciaram uma determinada série, quer-se saber quantos chegaram até um certo grau escolar ou o concluíram.

1º GRAU: 1) Iniciaram a 1ª série em 1963, 1968 e 1971, e terminaram a 8ª série em 1970, 1975 e 1978, respectivamente.

2) Iniciaram a 1ª série em 1967, 1972 e 1975, e foram aprovados na 4ª série em 1970, 1975 e 1978, respectivamente.

2º GRAU: 3) Iniciaram a 1ª série em 1968, 1973 e 1976, e terminaram o 2º Grau em 1970, 1975 e 1978, respectivamente.

4) Iniciaram a 1ª série do 1º Grau em 1960, 1965 e 1968 e terminaram o 2º grau em 1970, 1975 e 1978, respectivamente.

SUPERIOR: 5) Iniciaram a 1ª série do 1º Grau em 1956, 1961 e 1964, e terminaram o superior em 1970, 1975 e 1978, respectivamente.

6) Terminaram o 2º Grau em 1970, 1975 e 1978, o que pode representar matrículas no 1º ano superior em 1971, 1976 e 1979, respectivamente (tomou-se a oferta de vagas nos anos considerados).

TABELA 3.12
INDICADORES SELECIONADOS DO ENSINO REGULAR DE 1º GRAU, PARA O BRASIL E NORDESTE - 1982 E 1983

BRASIL E NORDESTE	Taxa de evasão imediata (1)	Taxa de incorporação ao sistema (2)	Taxa de aprovação (3)	Taxa de distorção idade /série (4)	Taxa de conclusão tardia (5)	Relação aluno/docente (6)
	1982	1983	1982	1983	1982	1983
BRASIL	8,45	70,68	73,34	75,70	78,08	25,32
NORDESTE	9,81	73,64	74,13	85,21	83,76	27,12
Maranhão	10,64	82,54	79,91	85,62	81,57	26,92
Piauí	...	...	...	...	...	...
Ceará	9,96	74,79	75,44	88,03	84,51	24,72
Rio Grande do Norte	15,69	59,67	67,51	82,77	86,59	26,39
Paraíba	11,59	74,11	79,60	87,30	87,32	24,15
Pernambuco	10,65	74,63	73,25	81,99	80,16	29,32
Alagoas	8,00	66,40	68,68	83,89	80,68	26,20
Sergipe	15,91	58,00	63,69	87,00	90,36	28,59
Bahia	6,42	75,94	74,74	86,04	84,77	28,53

FONTE: SEEC - Indicadores Educacionais, 1982 - 1983.

(1) Fornece a porcentagem de abandono em uma série durante o ano, em relação ao número total de alunos que passaram pelo sistema.

(2) Fornece a porcentagem de alunos que estão cursando pela primeira vez (alunos novos) alguma das séries do 1º grau, em relação à matrícula inicial naquela série;

(3) Fornece a porcentagem de alunos aprovados entre os que efetivamente cumpriram o ano letivo;

(4) Fornece a porcentagem dos alunos matriculados com idade não apropriada à série em relação à matrícula inicial;

(5) Fornece a porcentagem de alunos concluintes de 1º grau com idade superior à adequada, em relação ao total dos concluintes.

(6) Fornece o número de alunos por docente.

TABELA 3.13

PESSOAS DE ATÉ 6 ANOS DE IDADE QUE FREQÜENTAVAM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR, E PROPORÇÃO DE ATÉ 6 ANOS DE IDADE QUE FREQÜENTAVAM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS DE ATÉ 6 ANOS DE IDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE - 1982

GRUPOS DE IDADE	PESSOAS DE ATÉ 6 ANOS DE IDADE QUE FREQÜENTAVAM ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR					PROPORÇÃO DE PESSOAS DE ATÉ 6 ANOS DE IDADE QUE FREQÜENTAVAM ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS DE ATÉ 6 ANOS DE IDADE (%)
	Números Absolutos	NÚMEROS RELATIVOS (%)				
		Total	Classes de rendimento mensal familiar (salário-mínimo)			
			Até 2[1]	Mais de 2	Sem declaração	
BRASIL	2.629.013	100,0	30,7	68,7	0,6	11,5
0 e 1 ano	25.349	100,0	18,4	81,6	-	0,4
2 e 3 anos	273.301	100,0	18,6	80,1	1,3	4,1
4 e 6 anos	2.330.363	100,0	32,2	67,2	0,6	24,6
NORDESTE	898.718	100,0	50,2	49,8	0,6	11,4
0 e 1 ano	3.903	100,0	25,7	74,3	-	...
2 e 3 anos	82.639	100,0	32,8	66,7	0,5	...
4 e 6 anos	812.176	100,0	51,9	47,5	0,6	...

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTAS: 1. Exclusive a população da área rural da Região Norte, a nível de Brasil.

2. Exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

(1) Inclusive as famílias cujos componentes eram sem rendimentos ou receberam somente em benefícios.

4. SITUAÇÃO DA SAÚDE E SANEAMENTO

4.1 - Esperança de vida ao nascer

A esperança de vida ao nascer representa uma estimativa de vida média ou número médio de anos vividos por uma geração hipotética, de recém-nascidos, sujeitos às taxas de uma determinada tábua de vida. Por isso mesmo, este indicador reflete a situação global da saúde das crianças menores de 5 anos pertencentes às famílias dos distintos grupos sociais, pois seus cálculos baseiam-se em valores de probabilidade de morte.

As principais variáveis determinantes da esperança de vida, de acordo com estudos específicos já realizados, são a renda familiar "per capita", os níveis de instrução (principalmente da mãe) e as condições de saneamento básico, mais do que simples aspectos quantitativos de atendimento médico (IBGE e UNICEF, 1982b; SIMÕES, 1981; VETTER e SIMÕES, 1980; CARVALHO e WOOD, 1970).

Quando se considera o Brasil como um todo, observa-se que entre os períodos censitários ocorreram significativas reduções nos níveis de mortalidade. De 1940 para 1980, a esperança de vida passou de 41,5 anos para 60,1 anos, correspondendo a um aumento de 18,6 anos no período (Tabela 4.1). Estes ganhos não ocorreram de forma homogênea nas diversas regiões do país, como também se observam grandes disparidades entre elas, refletindo os níveis diferenciais de desenvolvimento econômico e social encontrados (Tabela 4.2). Assim, a Região Nordeste aparece como aquela de maiores níveis de mortalidade, o que faz com que a esperança de vida se situasse em torno de 38,7 anos em 1940, e 51 anos em 1980, representando um ganho de 12,3 anos no período, contra 22 anos, por exemplo, verificados para a população de São Paulo. Em média, portanto, uma criança paulista vivia 9,7 anos a mais do que uma nordestina (IBGE e UNICEF, 1984b).

É interessante registrar que, a nível de Nordeste, os estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará são aqueles que têm a menor esperança de vida (Tabela 4.3).

Como já se acentuou, variáveis indicadoras de situação sócio-econômica não só intervêm como determinam os níveis de mortalidade, e conseqüentemente, da esperança de vida. Assim é que vários estudos já demonstraram uma estreita associação entre o rendimento familiar "per capita" (IBGE e UNICEF, 1982; SIMÕES, 1981; VETTER e SIMÕES, 1980; CARVALHO e WOOD, 1970) ou o padrão do salário real (poder aquisitivo) (YUNES e RONCHEZEL, 1974; MONTEIRO, 1982; LESER, 1975; MONTEIRO et allii, 1980) com a esperança de vida ao nascer. A Tabela 4.4 ilustra e confirma esta associação, indicando que a diferença era de 4,5 anos entre as pessoas de famílias com rendimento familiar "per capita" até 1/4 do salário mínimo e mais de 1 salário mínimo. Outros dados, para 1977, mostravam

diferenças mais acentuadas. Entre o estrato mais pobre (ate 1/2 salário mínimo "per capita") e o mais rico (mais de 2 salários mínimos "per capita") havia uma diferença de 13,54 anos, no caso do Brasil, valor este que subia para 16,05 no Nordeste e 6,75 no caso de São Paulo. Os pobres do Nordeste viviam cerca de 14,26 anos menos do que os de São Paulo e cerca de 21,74 anos menos do que os mais ricos, também de São Paulo (IBGE e UNICEF, 1982b).

O mesmo estudo revela, por exemplo, que a esperança de vida segundo o nível de instrução da mãe é bem distinta. A diferença entre os grupos de menor e maior nível de instrução, respectivamente, sem instrução/menos de 1 ano e 4 anos e mais, era de 15,74 anos em 1977 no país, e 13,03 anos no Nordeste. Com relação às condições de saneamento dos domicílios urbanos, verificava-se que entre aqueles que possuiam sistemas de saneamento adequados e inadequados havia uma diferença de 11,90 anos na esperança de vida, no caso do Brasil, e 12,60 no caso do Nordeste.

Como se observa, embora o rendimento familiar já seja por si só uma variável discriminatória, os níveis de instrução da mãe e as condições de saneamento dos domicílios a reforçam em relação aos grupos menos favorecidos da população, que vivem menos do que os demais, dados os altos níveis de mortalidade verificados entre eles.

4.2 - Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil, definida pelo número de óbitos de menores de um ano para cada mil nascidos vivos, é freqüentemente utilizada como medida sintética dos níveis de qualidade de vida de uma população e, conseqüentemente, do nível de desenvolvimento sócio-econômico da nação. "A justificativa teórica para a elevada sensibilidade social do coeficiente de mortalidade infantil tem repousado na inconteste e ampla influência que os principais determinantes do nível de vida - alimentação, moradia, acesso a serviços de saúde, entre outros - exercem sobre a probabilidade de sobrevivência no primeiro ano" (MONTEIRO, 1982, AMIGO e BRITO, 1983).

As análises deste fenômeno têm em geral privilegiado três linhas de interpretação. A primeira, que estabelece uma relação inversa da mortalidade infantil com o nível de desenvolvimento do país, notadamente com o nível da industrialização e o conjunto de fatores econômico-sociais a ela relacionados. Os fatores mais abrangentes, e que determinam níveis de qualidade de vida da população, seriam: o nível de renda e educação, a qualidade dos serviços médico-hospitalares, as condições de água e esgoto, os padrões de fecundidade e natalidade, os movimentos migratórios, as condições habitacionais e o padrão alimentar. De um modo ou de outro, portanto, a taxa de mortalidade infantil seria um bom indicador substitutivo de grande parte destes fatores ou condições econômicas e sociais (SHRIMPTON, 1985; MONTEIRO, 1982).

A segunda linha de interpretação considera a associação entre mortalidade infantil e as classes sociais. A mortalidade infantil refletiria a situação dos distintos grupos sociais quanto ao seu acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade e aos fatores de ordem social, cultural e política, que efetivamente têm distinguido as classes sociais (MONTEIRO, 1982; IBGE e UNICEF, 1982b).

A terceira linha privilegia os aspectos relacionados aos serviços de saúde (quantidade de atendimento médico-hospitalar, por exemplo) e as ações de saúde pública, implementados visando mudanças substanciais nas condições de vida da população (MONTEIRO, 1982; IBGE e UNICEF, 1982b).

Na verdade, o que estas três linhas têm em comum é a capacidade de explicação dos níveis de mortalidade nas primeiras idades, que podem ser considerados altos, médios ou baixos, de acordo com o que é aceito e tolerado pela estrutura social vigente numa nação.

No caso brasileiro, a probabilidade de morte antes de completar o primeiro ano de vida era de 87,9 por mil em 1980, significando que morriam 291 mil crianças no ano, o equivalente a quase 800 por dia (Tabela 4.6) (CALSING et allii, 1983). Para o UNICEF, dos 18 milhões de crianças de 0 a 4 anos de idade em 1985, morreram aproximadamente 360 mil, sendo que 300 mil com menos de 1 ano de idade, e metade destas com menos de um mês de idade (UNICEF, 1986a).

As diferenças regionais eram bem acentuadas (Tabela 4.7), cabendo destacar que a Região Sul apresentava a menor taxa de mortalidade (60,9‰), enquanto o Nordeste a maior (124,5‰). Isso significou que morriam por ano cerca de 157 mil crianças nordestinas antes de completar o primeiro ano de vida, o equivalente a 54% dos obituários. Segundo o UNICEF, o correspondente a 20% dos óbitos da América Latina (UNICEF, 1986a).

A Tabela 4.8 procura registrar as profundas diferenças que existem dentro da Região Nordeste com relação à mortalidade infantil. Outros estudos já procuravam apresentar a amplitude delas através do que se denominou de sub-regiões (MOREIRA, 1984; RIEDEL, 1977; RIEDEL e HALDER, 1978). Fica evidente que se trata de um fenômeno extremamente preocupante e revelador dos constrastes intra-regionais no que se refere às condições de vida da população e das carências a que é submetida. Uma comparação dos resultados censitários de 1970 e 1980 conduz a que se conclua que, em termos relativos, a situação permaneceu quase inalterada em vários Estados, tendo até piorado em alguns deles. Permanece assim o atraso em relação à média nacional e às outras regiões, como também se ampliaram as diferenças ou desníveis inter-regionais.

A Tabela 4.4 propõe este indicador segundo classes de rendimento mensal familiar "per capita". Verifica-se uma relação de oposição, no sentido de que quanto menor o rendimento, maior a probabilidade de morte de menores de 1 ano, e vice-versa. Estes resultados não constituem novidade alguma, e vêm sendo confirmados por vários outros estudos, (IBGE e

UNICEF, 1984b; IBGE, 1976) que efetivamente acentuam que a sobrevivência infantil vincula-se intimamente com tais condições econômico-sociais, inclusive com certas características demográficas, a exemplo da fecundidade. E a fecundidade, como já foi observado na parte demográfica, apresenta padrões extremamente altos entre as famílias de menor rendimento "per capita", quando comparadas com as demais. Esta relação precisa ser considerada também neste momento, em busca de possíveis vinculações entre ambas, como chega a ser proposto em diversas ocasiões (CALSING, 1983). É que, aumentando a proporção dos nascimentos advindos das famílias mais pobres, aumenta também a proporção de nascimentos de alto risco, fator sem dúvida alguma determinante das taxas de mortalidade infantil. O Nordeste, em função desta consideração, é uma região onde ocorrem os nascimentos de maior risco e probabilidade de morte, pela extensa pobreza aí existente, aliada a uma alta taxa de fecundidade.

As estimativas de mortalidade infantil freqüentemente vêm associadas aos níveis de instrução da mãe, uma vez que se considera existir forte influência das condições educacionais e culturais da mãe sobre o diferencial de mortalidade. O IBGE e o UNICEF analisam este tipo de associação, de forma que é possível observar a existência de extremas e significativas diferenças entre o menor e o maior nível de instrução da mãe. As estimativas da mortalidade de crianças aos dois anos de idade com mães sem instrução/menos de 1 ano (166,0‰ a nível de Brasil e 187,3‰ no Nordeste) e 8 anos e mais (48,1‰ e 54‰ respectivamente) era de 117,9‰ como média nacional e 133,3‰ como média do Nordeste, para o ano de 1977. Sem querer concluir precipitadamente, fica em todo o caso a impressão de que a grande maioria das mortes, antes da criança completar seu primeiro ano de vida, ocorre nas famílias cujas mães possuem níveis de instrução muito baixos.

O mesmo se poderia afirmar quanto à existência de instalações sanitárias e água adequadas ou não. Mesmo que a Tabela 4.9 não apresente indicações precisas neste sentido, fica contudo estabelecida a associação entre os níveis de mortalidade e as condições do sistema de saneamento. De sua adequação pode-se esperar uma grande diminuição das possibilidades de ocorrência de doenças particularmente perigosas durante a infância, como a febre tifóide, paratifóide, disenteria e outras doenças infecciosas. Está constatado que o armazenamento de água em depósitos não apropriados possibilita sua contaminação, da mesma forma que a isto está sujeita quando próxima de instalações sanitárias inadequadas (SI MÕ ES, 1981; IBGE e UNICEF, 1982b).

E o que se verifica a nível do Brasil, e particularmente da Região Nordeste? Segundo o IBGE e UNICEF, uma baixa proporção de crianças residindo em domicílios com sistemas adequados de saneamento (abastecimento de água da rede geral e do poço ou nascente mas com canalização interna e dispondo de um sistema de esgoto ligado à rede geral ou fossa séptica), como se poderá ainda constatar em seguida.

Os trabalhos, de um modo geral, têm procurado mostrar estes tipos de associação, como um realizado em meados da década de 70 em São Paulo. Constatou-se, por exemplo, que na periferia do município havia uma elevada mortalidade infantil, cuja taxa excedia em cerca de duas vezes a taxa encontrada nas áreas mais centrais da cidade. Além da maior concentração de famílias com baixa renda e outros indicadores de qualidade de vida, notou-se que naquelas áreas periféricas da cidade encontravam-se as mais baixas coberturas de determinados serviços públicos essenciais, como os centros de saúde e o abastecimento de água. Assim, pelo conjunto de informações disponíveis, tratou-se de sugerir que tanto a elevação do poder aquisitivo da população pobre, quanto a melhoria de determinados serviços essenciais, poderiam exercer grande influência sobre os níveis de mortalidade do município (MONTEIRO, 1982).

Estes fatores são repetidamente citados como sendo aqueles que reúnem o maior potencial para redução das taxas de mortalidade infantil, notadamente porque melhoram as condições de saúde e previnem enfermidades. Mas há trabalhos que simplesmente atribuem às condições nutricionais da população a determinação dos níveis de mortalidade infantil, mesmo com a melhoria das condições sanitárias e de saúde pública (TEUBAL, 1982). É que as causas de morte predominantes entre as crianças, como a diarréia, as infecções e causas respiratórias seriam resultado de doenças provocadas pelas condições nutricionais inadequadas e insuficientes. Donde, melhorando os níveis nutricionais, se proporcionaria uma maior resistência às infecções e, por conseguinte, se reduziria a mortalidade infantil, como revelam estudos realizados nos Estados Unidos e em países europeus, asiáticos e africanos.

Mas o que dizer do caso brasileiro onde os níveis de mortalidade infantil estão diminuindo, sem que alterações significativas no quadro nutricional estejam ocorrendo, que revela uma alta vulnerabilidade, apesar de significativas intervenções governamentais por meio de programas especiais dirigidos a vários grupos da população? Esta mesma observação, feita para o caso chileno, ficou esclarecida quando se considerou que a mortalidade infantil teria se reduzido em todos os estratos de rendimento, com exceção dos mais pobres e menos favorecidos com serviços de saúde e atenção médica e que, por outro lado, também menos se beneficiaram com a melhoria da situação nutricional que teria ocorrido, mesmo que pequena, ao longo de vários anos (TEUBAL, 1982).

É bastante difícil supor que, de 1975 a 1983, tenham melhorado as condições nutricionais da população brasileira, face a um conjunto de ocorrências determinantes destas condições, como a elevação dos preços dos alimentos, as altas taxas inflacionárias, a deterioração do poder de compra dos salários, a produção para o mercado externo, etc. Se em 1975 havia aproximadamente 72 milhões de pessoas com dieta inadequada em termos calóricos (CALSING, 1983), a estimativa alcançava a 86 milhões em 1983 (PELIANO et allii, 1983). Informações apresentadas em outro trabalho revelam que, em 1975, apenas 95,32% das necessidades calóricas eram ingeridas

pelos brasileiros, diminuindo para 83,23% em 1983. Enquanto as famílias não-pobres ultrapassavam as necessidades requeridas em 6 e 7% nos respectivos anos, as pobres apresentavam uma situação inversa: consumiam 82,32% em 1975 e 72,75% em 1983, o que permite compreender que a composição da cesta de consumo de cada uma delas era bem distinta, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos (CALSING, 1985). O fato de a deficiência protéica e calórica por habitante ter aumentado sensivelmente desde 1975 — ano em que a situação alimentar já se apresentava muito delicada —, podendo a crise econômica atual ter piorado ainda mais tal situação, pode vir a corroborar que a queda das taxas de mortalidade se devam a outros fatores que não os da nutrição e alimentação.

A extrema gravidade da desnutrição no país deve ser considerada seriamente, especialmente para o futuro das crianças pobres, pois ficam comprometidas suas potencialidades de desenvolvimento físico, psíquico e social. Isto é confirmado amplamente pela evidência científica disponível, na medida em que a desnutrição favorece a incidência de infecções e outras doenças, aumentando a morbidade e a mortalidade; causa uma interrupção no desenvolvimento físico, afetando o vigor e reduzindo a estatura; prejudica o desenvolvimento cognitivo (isto é, compromete o desenvolvimento intelectual); e gera tensões sociais por frustrar uma das mais vitais necessidades do ser humano (PELIANO et allii, 1983).

No caso brasileiro, é preciso adotar uma atitude cautelosa quando se trata de analisar os fatores determinantes da queda da mortalidade infantil que se está processando continuamente, como revelam as Tabelas 4.6 a 4.8, e como indica o próprio UNICEF em sua análise da "Situação Mundial da Infância — 1986", em que apresenta para 1983 uma taxa de 70‰. Na verdade, estas reduções têm ocorrido apesar de uma conjuntura sócio-econômica extremamente desfavorável, com desemprego crescente, tendência declinante da distribuição da renda, perda do valor real dos salários e a subsistência de outros fatores econômicos que têm influído, na melhor das hipóteses, para a estagnação dos níveis de vida da população.

Onde buscar, então, as explicações destas variações positivas da mortalidade infantil a nível de Brasil?

Dois esclarecimentos, pelo menos, se fazem necessários antes de tentar uma resposta aproximada a este fenômeno. Em primeiro lugar, é preciso considerar que as taxas de mortalidade infantil ainda continuam extremamente altas no país, inaceitáveis mesmo do ponto de vista da dignidade humana e dos direitos de cidadania. Além do mais, é necessário não se limitar à consideração dos números relativos. Se o Censo Demográfico de 1980 revelava a ocorrência de aproximadamente 291 mil mortes de crianças antes de completar o primeiro ano de vida, o Censo de 1960, quando a taxa de mortalidade infantil do país estava em 121,1‰ (Tabelas 4.6 e 4.7), registrava cerca de 265 mil mortes nestas circunstâncias. O que ocorreu, definitivamente, é que também aumentaram as mortes de crianças, ao lado da diminuição das taxas.

Em segundo lugar, parece mais conveniente atribuir a redução das taxas de mortalidade infantil aos grupos sociais mais favorecidos da população, e menos aos mais pobres. Enquanto aqueles tiveram seus benefícios ampliados, através de uma crescente participação e acesso aos bens e serviços — de toda ordem — disponíveis na sociedade, apesar da conjuntura econômico-social desfavorável, os pobres tiveram reduzida esta participação — ou simplesmente não puderam melhorá-la satisfatoriamente —, como sugere a literatura especializada sobre a distribuição da renda no Brasil, e que considera a renda, junto com a variável emprego, a estratégia mais favorável de acesso aos bens e serviços. Isso pode ser ilustrado com o caso da Região Nordeste, que em 1960 registrava uma taxa de mortalidade infantil da ordem de 116‰ e aproximadamente 121 mil óbitos, o equivalente a 45% do total de obituários do país, ao passo que em 1980 já estava ao redor de 54%. Neste sentido, os mais pobres não só continuaram apresentando elevadas taxas de fecundidade, como também de mortes antes de completar 12 meses de idade.

O declínio da mortalidade infantil, em termos relativos, deve ser atribuída a um conjunto convergente de fatores, cuja interrelação parece significativa, como por exemplo:

a) Medidas básicas de saúde: não é lógico supor que tais medidas possam determinar, por si só, o nível de mortalidade infantil, como também não se pode concebê-las como um remédio permanente para as desigualdades e deformações sociais que acompanham o subdesenvolvimento (OPAS, 1984). Contudo, várias experiências têm logrado êxito na redução da mortalidade infantil a partir do momento em que passaram a aplicar estratégias de atenção primária à saúde.

O próprio UNICEF vem chamando a atenção de todos para resultados muito expressivos que podem ser obtidos em países em desenvolvimento pela aplicação do princípio "saúde ao alcance de todos", propondo quatro medidas extremamente simples e pouco dispendiosas, como a terapia de reidratação oral, imunização (por vacinas), aleitamento materno e acompanhamento do crescimento de todos os menores de três anos. Destaca que "os pais podem reduzir, à metade, a taxa de desnutrição e mortalidade infantis dos países em desenvolvimento", o que seria uma verdadeira revolução pela sobrevivência e bem-estar infantis (UNICEF, 1986b).

Vale destacar, por outro lado, que resultados de dez projetos de extensão de cuidados de saúde, executados por pessoal auxiliar, e que foram conduzidos em diferentes áreas de países do mundo durante as três últimas décadas, "permitiu a seus autores sustentarem a hipótese de que pacotes simplificados de saúde, inteligentemente concebidos, que privilegiam o grupo materno-infantil e as atividades de imunização e vigilância nutricional, possam por si, e em um prazo de um a cinco anos, reduzir de um terço à metade a mortalidade infantil vigente em regiões atrasadas " (GWATRIN et allii, 1979).

O que se observa, a partir destes resultados, é que o emprego progressivo de aperfeiçoamentos e recursos médicos e de saúde pública disponíveis, mesmo que de baixo custo financeiro, podem contribuir para a redução da mortalidade infantil, desde que associados com outras ações que preservem as condições gerais de vida da pessoa, mormente da criança. A pobreza econômica, neste caso, parece que não constitui uma barreira efetiva para a ocorrência de maiores oportunidades de sobrevida das crianças.

b) Medidas de saneamento básico: não basta apenas construir sistemas de saneamento (água e esgoto) adequados. O que se sabe é que falta ao grupo populacional mais pobre um nível cultural suficiente para utilizá-los adequadamente. Mas é fora de dúvida que melhorias nas condições de saneamento da população constituem um fator determinante da redução das taxas de mortalidade, visto que faz diminuir o nível de morbidade, quase sempre fatal nos primeiros anos de vida.

O número de domicílios atendidos por sistemas adequados de água e esgoto tem aumentado, mesmo os da população pobre (embora em menor intensidade do que da população não-pobre) (CALSING, 1983), o que inevitavelmente tende a melhorar as condições de vida da população. Quando esta situação é associada à elevação dos níveis de rendimento, reúne o maior potencial para a redução das taxas de mortalidade infantil.

c) Desenvolvimento econômico, social e político: nos países desenvolvidos, a redução da mortalidade infantil deu-se fundamentalmente graças aos avanços ocorridos na agricultura e no setor industrial. No caso brasileiro, de maneira especial no centro-sul, tais condições parecem adquirir significado muito especial, seja porque novos níveis de qualidade de vida passam a ser adquiridos, seja porque toda uma nova mentalidade modernizadora se implanta, modificando hábitos, atitudes, aspirações, etc. A redução da fecundidade torna-se inevitável; o acesso aos serviços sociais passa a ser visto como um direito fundamental de cidadania; a posse de bens se amplia e se diversifica; aumenta o período de lazer e descanso; melhoram as condições de inserção no mercado de trabalho, e assim por diante. Exceto nas maiores cidades, não parece razoável esperar que isto esteja acontecendo de modo bastante generalizado na Região Nordeste.

Não parece nada fácil concluir por algum fator causal especificamente. A mortalidade infantil deve ser analisada através de um conjunto de fatores, que entre si chegam a estabelecer em geral complexas relações. Obviamente que a reflexão deve ser acompanhada por constatações empíricas, e que são abundantes até o momento.

Mas, a quanto corresponde a mortalidade infantil sobre o total de mortes no Brasil?

4.3 - Mortalidade proporcional

Não há qualquer necesidade de se efetuar uma análise da qualidade de dados utilizados para esta parte do trabalho, mesmo que oriundos preponderantemente das "Estatísticas do Registro Civil" do IBGE e das "Estatísticas de Mortalidade: Brasil" do Ministério da Saúde. Ambas as instituições realizam este processo de crítica e reconhecem a existência de um sub-registro, notadamente nas pequenas cidades e zonas rurais. A falta destes registros de mortes, como se observará, não distorce acentuadamente a realidade, quando os resultados daquelas fontes são comparados com os do Censo Demográfico de 1980.

A mortalidade proporcional por idades, de acordo com as Tabelas 4.10 e 4.11, vem acentuar que a mortalidade de menores de 1 ano e de 1 a 4 anos é bem alta no Brasil (em torno de 23,2% em 1983), contudo, mais alta ainda na Região Nordeste (32,6%). Na verdade, a redução observada de 1976 a 1983 vale ser destacada, uma vez que, naquele ano, situava-se em 34,6% como média nacional, e 45,2% como média do Nordeste (Tabela 4.10, com dados do Registro Civil). Esta mesma tendência de redução é observada a partir dos dados do Ministério da Saúde, revelando que as proporções de mortes segundo as idades praticamente se equivalem. E se equivalem também, por que não registrar, com o que revela o Censo de 1980: respectivamente, para o Brasil e Nordeste, as porcentagens eram de 35% e 44% (situação de 3 a 4 anos antes da data do Censo) (CALSING et allii, 1983).

Estas informações, de grande interesse analítico, em função do que já foi apresentado anteriormente, corroborando, portanto, comentários e conclusões, acentuam e descrevem as linhas gerais do padrão de mortalidade da população brasileira por idade, decorrentes de uma estrutura etária bastante jovem.

Pela apreciação das causas de morte da população, este padrão de mortalidade começa a se esboçar mais nitidamente. A Tabela 4.12 pretende tão simplesmente ressaltar as principais causas das crianças mortas antes de completar 5 anos, embora mais detidamente daquelas que não puderam viver nem um ano sequer. Sobressaem, de imediato, as causas perinatais, que são justamente aquelas provocadas por complicações do parto e do puerpério (36,1% a nível de Brasil e 18,9% a nível do Nordeste). Logo em seguida surgem as doenças infecciosas e parasitárias (20% e 18% respectivamente), entre as quais se destacam as doenças diarréicas e as doenças relacionadas com as condições do meio ambiente, que provocam infecções intestinais nem sempre de fácil identificação. O terceiro grupo de causas de morte está relacionado a problemas respiratórios, que apresenta ainda um risco de morte nada desprezível (11,8% no país e 5,5% no Nordeste). As deficiências nutricionais eram responsáveis por 4,6% das mortes de crianças com menos de 1 ano no Brasil em 1981 (Tabela 4.12). Outras causas, onde se destacam as mal definidas, sobressaem no Nordeste (63,1%) para este grupo etário, prejudicando em parte a elaboração de

comentários mais significativos para caracterizar o padrão das mortes. Mas isto revela, sem qualquer dúvida, a ausência de condições médicas e institucionais para melhor determinar esta ocorrência entre as crianças, fruto da própria ausência de possibilidade de acesso/atendimento pelos serviços de saúde existentes, ou inexistentes, melhor dizendo, nas áreas mais pobres do país.

Do total de óbitos de menos de 1 ano registrados em 1981, verifica-se que 50,3% deles ocorreram sem qualquer tipo de assistência médica, sendo que 62,2% fora de hospital. No Nordeste, 72,1% ocorreram sem assistência médica, sendo que 83,9% fora de hospital (Tabela 4.13).

Por outro lado, 14,3% das mortes destas crianças brasileiras ocorreram em famílias cujas mães não tinham qualquer nível educacional. Já no Nordeste estas proporções atingiam a 26,9% (Tabela 4.14).

Pelas informações disponíveis no Ministério da Saúde, observa-se que está diminuindo o risco de morte em praticamente todas as causas que estão mais relacionadas com a criança, sobressaindo outras causas (externas ou mal definidas).

4.4 - Vacinação

O objetivo central a ser atingido por um programa de vacinação é a redução da incidência das doenças e seu controle ou sua própria erradicação. Neste sentido, torna-se importante avaliar até que ponto as coberturas vacinais conseguiram atingir a população-alvo (Tabela 4.16).

De um modo geral, é possível afirmar que esta cobertura ampliou-se significativamente, de maneira especial através de campanhas nacionais. No que se refere à poliomielite, nos dias nacionais de vacinação (a partir de 1980) de crianças de menos de 5 anos de idade, a quase totalidade recebeu uma dose de vacina antipólio-oral, em todas as regiões do país, segundo o Ministério da Saúde. A própria PNAD-1981 mostra que a vacinação antipólio-oral cobre praticamente todos estes menores, indiferentemente da classe de rendimento mensal familiar "per capita". Um dado extremamente positivo é quanto ao nível de eficácia da vacina, que foi estimado em 95% no período 1975-1978 e 98% no de 1981-1982 (IBGE e UNICEF, 1984b).

Quanto ao sarampo, observa-se uma grande heterogeneidade de resultados segundo as diversas regiões do país, variando os níveis de cobertura entre aproximadamente 20 e 90%, respectivamente nas regiões Nordeste e Sudeste. As diferenças também são significativas por classes de rendimento mensal familiar "per capita", indicando menores coberturas entre os estratos mais pobres da população. O número de casos notificados vem diminuindo, e calcula-se que até 1983 a cobertura nacional tenha atingido a 69% da população-alvo.

As coberturas obtidas com vacina tríplice (difteria, coqueluche e tétano) vêm aumentando gradativamente, apresentando ainda, entretanto, níveis insuficientes para controlar as doenças. As desigualdades regionais são acentuadas, como também segundo a situação do domicílio (urbana e rural) e níveis de rendimento familiar.

A nível de Brasil, apenas 38,3% das crianças de 1 a 4 anos de idade foram totalmente vacinadas, sendo que 47,5% na área urbana e 19,7% na rural. Enquanto na área urbana do Sudeste 62,9% foram totalmente imunizadas, no Nordeste eram apenas 24,7%.

No que se refere ao rendimento familiar "per capita", entre as famílias de até 1/4 do salário mínimo, 56,5% das crianças receberam pelo menos uma dose; 74,6% nas famílias com mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo; 86,1% nas famílias com mais de 1/2 a 1 salário mínimo, e 93,5% nas famílias com mais de 1 salário mínimo.

Por outro lado, a PNAD-1981 mostra ainda que as coberturas são tanto mais elevadas quanto maior for o nível de instrução da mãe. Das crianças com mães sem instrução e menos de 1 ano de estudo, apenas 37,4% receberam pelo menos uma vacina tríplice, ao passo que das crianças com mães com 5 anos e mais de estudo, em torno de 69,6%.

Com relação à tuberculose, o uso generalizado de BCG intradérmico é bastante recente, e concede prioridade às crianças menores de 1 ano. Trata-se de uma única dose, e as possibilidades de imunização destas crianças aumentam significativamente. Em 1983, por exemplo, 71,1% dos menores de 1 ano foram vacinados. Ocorrem variações importantes segundo o rendimento familiar. Considerando as crianças de 1 a 4 anos, observa-se que daquelas de famílias com até 1/4 do salário mínimo "per capita", apenas 46,4% haviam recebido até 1981 a vacina contra a tuberculose, aumentando para 86,4% nas famílias com mais de 1 salário mínimo.

Este quadro é extremamente promissor quando se observa por médias nacionais. O esforço governamental a ser feito reside nas áreas mais pobres, como o Nordeste, onde os níveis de eficiência são bem menores do que em outras regiões, como o Sudeste e o Sul, por exemplo. As crianças de famílias mais pobres é que não têm garantida sua imunização contra as mais diferentes doenças tipicamente infantis, devendo a cobertura privilegiar este atendimento. Pelos cálculos do UNICEF, a série completa de vacina custa o equivalente a 5 dólares por criança e pode salvar muitas vidas (UNICEF, 1986b).

4.5 - Aspectos nutricionais

Não é o caso de se refazer extensas discussões a respeito das condições nutricionais da população, especialmente de crianças. Não porque já sejam suficientes, mas simplesmente porque não se dispõe de informações quantitativas que o permitam, além do existente.

Dentro do que já foi considerado anteriormente na parte relativa à mortalidade infantil, ficou mais ou menos claro que as condições nutricionais da população brasileira não são adequadas para um contingente bastante expressivo. Quem mais sofre física, biológica e psiquicamente é a criança, que possui, verdadeiramente, menos estratégias de sobrevivência do que o adulto.

Discussões a respeito de altura média/idade e peso médio/idade, a nível nacional ou regional, deveriam ser procedidas pelo menos a cada 10 anos, nem sempre sendo necessário repetir um estudo como o ENDEF, realizado pelo IBGE em 1974/75, para então se saber das condições nutricionais. Isto de alguma forma vem sendo feito, e trabalhos consultados informam largamente de uma certa deterioração nestas condições, a partir da piora de indicadores antropométricos (MPAS/LBA, s/d; MONTEIRO et allii, 1984).

O UNICEF e o IBGE já haviam procedido a um exaustivo estudo das condições nutricionais das famílias e crianças no Brasil (IBGE e UNICEF, 1982b). Os dados revelaram a existência de uma elevada taxa de inadequação energético-protéica (Tabela 4.17), como também de dietas inadequadas por diversos nutrientes (Tabela 4.18) nas famílias com crianças de 1 a 5 anos de idade. Revelaram, por outro lado, tanto casos de déficit estatural quanto de déficit ponderal, determinando distintos graus de desnutrição, com sérias possibilidades de retardamento físico e mental das crianças afetadas. Constatou-se que o nanismo é uma característica de grande parte da população de crianças de 1 a 5 anos, principalmente no Nordeste, implicando, inclusive, que os baixos pesos para a idade decorriam das baixas estaturas encontradas. A prevalência de desnutrição de 1º grau, considerada desnutrição leve, era bastante elevada em todas as regiões brasileiras, sendo a mais alta (48,9%) no Nordeste rural e a mais baixa (32,1%) em São Paulo urbano. A desnutrição de 2º grau (moderada), mas que mesmo assim englobava casos de desnutrição aguda passíveis de assistência médica, apresentava proporções relativamente altas no Nordeste, sobretudo na população rural (18,6%), mas também na urbana (13,9%). Em São Paulo, essas proporções alcançavam valores quase três vezes menores que no Nordeste. As discrepâncias entre São Paulo e Nordeste se acentuam quanto à prevalência da desnutrição de 3º grau (grave): cerca de 3% das crianças nordestinas, em idade pré-escolar (até 5 anos), eram desnutridas graves, o que se traduz em um número bastante elevado, dado o tamanho da população dessa região.

Decorre daí que as proporções de crianças consideradas eutróficas eram: 62,6% em São Paulo urbano; 51% em São Paulo rural; 38,7% no Nordeste urbano e 29,2% no Nordeste rural (Tabela 4.19).

Perfis nutricionais mais recentes revelam que:

a) Das 35.316 crianças estudadas na Baixada Fluminense pelo P C A (Programa de Complementação Alimentar) em novembro de 1984, 67,4% eram eutróficas; 27,1% apresentavam desnutrição leve (DI); e 5,5% desnutrição

moderada e grave (DII e DIII). No Ceará, das 23.244 crianças estudadas, 51,3% eram eutróficas: 34,7% apresentavam desnutrição leve (DI) e 14,1% desnutrição moderada e grave (DII e DIII).

As prevalências observadas no Rio de Janeiro são bastante semelhantes às apresentadas para a área urbana de São Paulo em 1974/75, como observado anteriormente. Por outro lado, a proporção de crianças que apresentavam algum grau de desnutrição no Ceará era 1,5 vezes maior que no Rio de Janeiro, situação semelhante à que ocorria entre São Paulo e Nordeste naqueles mesmos anos, segundo dados do ENDEF.

Outros indicadores relativos à altura/idade e altura/peso vêm confirmar observações anteriores, sendo o nanismo no Ceará mais acentuado do que no Rio de Janeiro, provocado substancialmente pelo fato de a desnutrição ser crônica, atingindo em maiores proporções as crianças de famílias pobres (MPAS/LBA, s/d).

b) Das crianças pré-escolares de áreas de baixa renda em São Paulo, evidenciaram-se condições extremamente desfavoráveis quando se considera seu peso e sua altura. "A consideração do fator idade sugere (...) que o peso e altura sejam diferentemente afetados durante os anos pré-escolares: o peso dando mostras de seguir-se deteriorando durante toda a idade pré-escolar e a altura aparentando ter seu déficit instalado fundamentalmente nos anos que precedem o período pré-escolar. O comportamento da relação peso/altura, que piora evidentemente com o progredir da idade, reforça a hipótese de um comprometimento diferenciado de peso e altura durante a idade pré-escolar" (MONTEIRO et allii, 1984). O mesmo estudo revela que as diferenças são significativas quando se considera a população de baixo e de alto nível sócio-econômico. As médias de peso e altura são sempre menores nas áreas de baixa renda, revelando que condições nutricionais inadequadas comprometem as medidas antropométricas, porque deficitárias e sinais de menor desenvolvimento físico, com possíveis implicações sobre o desenvolvimento mental das crianças.

Outro estudo, realizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e UNICEF (MPAS e UNICEF, 1982), revelou que a prevalência da desnutrição no Brasil é uma das mais altas da América Latina, atingindo em 1980 a 12 milhões de crianças de 0 a 6 anos, ou 53% (desnutrição de 1º, 2º e 3º graus) (Tabela 4.20). O tipo de desnutrição mais comumente manifesto é a pregressa, isto é, crescimento de altura retardado. O Nordeste tinha 2,7 vezes o problema de São Paulo. A correlação inversa entre renda "per capita" e desnutrição é o fator determinante do estado nutricional das crianças brasileiras. Ao estudo apontado surpreende a coincidência entre as cifras de 12 milhões de desnutridos e de 13 milhões de crianças de 0 a 6 anos de baixa renda (Tabelas 4.20 e 4.21). Enfim, conclui o estudo, "o estado nutricional das crianças brasileiras revela uma situação grave. O problema da desnutrição no Brasil é grande em termos de número; sério em termos de grau; crônico em termos de natureza; está atingindo crianças cada vez mais cedo nas suas vidas; está concentrado

em áreas rurais e está presente em qualquer lugar onde se encontrem famílias de baixa renda. A estimativa de que uma em quatro crianças brasileiras é portadora de desnutrição de 2º e 3º graus deveria ser suficiente para estimular uma ação mais enérgica a fim de reduzir a desnutrição."

4.6 - Condições habitacionais

Muitas das condições de saúde da população, em especial das crianças, são decorrentes das condições habitacionais em que vivem, notadamente das condições de água e esgoto.

A Tabela 4.22, neste sentido, revela a proporção da população de 0 a 14 anos de idade, residente em domicílios particulares permanentes, que possuía água inadequada (sem canalização interna, mesmo que proveniente da rede geral, poço ou nascente e outra forma) e esgoto inadequado (sem instalações sanitárias de qualquer tipo) (CNRH/IPEA e UNICEF, 1985).

A nível do país, 54% destas crianças residiam em domicílios com água inadequada, aumentando para 75,5% no Nordeste. No caso do Maranhão, por exemplo, eram mais de 86%.

Quanto ao esgoto inadequado, observa-se que 28,4% das crianças brasileiras de 0 a 14 anos viviam em domicílios sem qualquer tipo de escoadouro, mesmo que rudimentar. A proporção eleva-se para 55,7% no Nordeste.

Estas situações relacionam-se fortemente com o rendimento familiar "per capita". Assim, quanto menor o rendimento, também menor era a percentagem de crianças que, em seus domicílios, possuíam condições habitacionais adequadas (Tabela 4.23). Os dados revelam, simplesmente, que as famílias pobres possuem um acesso muito precário à água e esgoto, e que lhes pode causar sérios problemas de saúde, acrescentando-se a esta situação o fato de possuírem domicílios em geral precários, insuficientes do ponto de vista da dignidade humana.

TABELA 4.1
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, POR SEXO, BRASIL: 1940-1980

A N O S	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (anos)		
	T o t a l	H o m e n s	M u l h e r e s
1940	41,5	39,0	44,2
1950	45,5	42,9	48,3
1960	51,6	48,8	54,6
1970	53,5	50,6	56,5
1973	54,6	51,7	57,8
1977	57,9	54,9	61,1
1980	60,1	57,0	63,4

FONTE: IBGE, Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTAS: 1. Estimativas feitas pelo Departamento de Estudos de População do IBGE.

2. As estimativas foram obtidas pelo método de Brass e, portanto, referem-se a 4 ou 5 anos antes das datas das pesquisas que forneceram os dados para a sua preparação.

TABELA 4.2
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES: 1950-1980

GRANDES REGIÕES	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (anos)					
	1950	1960	1970	1 9 8 0		
				Total	Homens	Mulheres
BRASIL	45,5	51,6	53,5	60,1	57,0	63,4
Norte	44,9	53,6	54,7	63,6	60,4	67,1
Nordeste	39,0	41,1	45,6	51,0	48,2	54,0
Sudeste	49,1	56,8	57,4	64,4	61,9	68,8
Sul	53,5	60,4	60,7	67,2	63,8	70,9
Centro-Oeste	51,2	56,9	58,9	63,9	60,6	67,4

FONTE: IBGE, Censo Demográfico.

NOTAS: 1. Estimativas feitas pelo Departamento de Estudos de População do IBGE.

2. As Estimativas foram obtidas pelo método de Brass e, portanto, referem-se a 4 ou 5 anos antes das datas dos Censos que forneceram os dados para sua preparação.

TABELA 4.3
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (EM ANOS) - 1970 e 1980

BRASIL E NORDESTE	1 9 7 0			1 9 8 0	
	IBGE	SUDENE	CNRH/IPEA	IBGE	CNRH/IPEA
BRASIL	53,46	53,8	53,51	60,1	59,18
NORDESTE	45,60	46,4	46,18	51,0	52,25
Maranhão	48,84	50,1	50,32	...	55,07
Piauí	50,71	51,0	50,74	...	57,16
Ceará	43,31	45,6	45,35	...	52,08
Rio Grande do Norte	36,40	40,7	40,42	...	47,45
Paraíba	42,08	43,8	43,57	...	48,98
Pernambuco	43,71	43,9	43,63	...	49,93
Alagoas	42,99	45,2	44,67	...	48,30
Sergipe	45,37	46,9	46,63	...	56,13
Bahia	49,23	50,4	50,14	...	56,47

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico, 1983.
- Indicadores Sociais - Tabelas Selecionadas, 1984.
- CNRH/IPEA - "Aspectos da Dinâmica Demográfica no Brasil: 1960/70 e 1970/80". Brasília, mimeo, 1984.
- SUDENE - Indicadores Sociais do Nordeste (1970-1980). Recife, 1983.

TABELA 4.4
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR "PER CAPITA", BRASIL - 1980.

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR "PER CAPITA" (1)	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (anos)	PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA (‰)
Até 1/4 do salário-mínimo (2)	57,3	98,7
Mais de 1/4 a 1/2 salário-mínimo	58,5	94,1
Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo	60,1	88,0
Mais de 1 salário-mínimo	61,8	81,5

FONTE: IBGE, Censo Demográfico.

NOTAS: 1. Estimativas feitas pelo Departamento de Estudos de População do IBGE.

2. As estimativas foram obtidas pelo método de Brass, e, portanto, referem-se a 4 ou 5 anos antes da data do Censo que forneceu os dados para a sua preparação.

3. Exclusive as informações referentes às famílias sem declaração de rendimentos.

(1) Exclusive os rendimentos dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

(2) Inclusive as famílias sem rendimentos.

TABELA 4.5
ESPERANÇA DE VIDA, POR SEXO, SEGUNDO AS IDADES, BRASIL - 1980

I D A D E S	ESPERANÇA DE VIDA (anos)		
	Total	Homens	Mulheres
0 ano	60,1	57,0	63,4
1 ano	64,8	61,9	67,9
50 anos	22,8	20,6	25,0
55 anos	19,1	17,1	21,1
60 anos	15,7	14,0	17,4
65 anos	12,6	11,1	13,9
70 anos	9,7	8,5	10,7

FONTE: IBGE, Censo Demográfico.

NOTAS: 1. Estimativas feitas pelo Departamento de Estudo de população do IBGE.

2. As estimativas foram obtidas pelo método de Brass e, portanto, referem-se a 4 ou 5 anos antes da data do Censo que forneceu os dados para a sua preparação.

TABELA 4.6
PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA E TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, BRASIL: 1940-1980.

ANOS	PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA (‰)(1)	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL
1940	163,4	6,2
1950	.146,4	6,2
1960	121,1	6,3
1970	113,8	5,8
1973	109,1	4,9
1977	96,3	4,3
1980	87,9	4,4

FONTE: IBGE, Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA: Estimativas feitas pelo Departamento de Estudos de População do IBGE.

(1) As estimativas foram obtidas pelo método de Brass e, portanto, referem-se a 4 ou 5 anos antes das datas das pesquisas que forneceram os dados para a sua preparação.

TABELA 4.7
PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES: 1950-1980.

GRANDES REGIÕES	PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA (‰)			
	1950	1960	1970	1980
BRASIL	146,4	121,1	113,8	87,9
Norte	150,3	114,2	109,1	74,3
Nordeste	175,2	166,0	146,3	124,5
Sudeste	131,5	100,6	98,3	71,6
Sul	116,3	87,0	88,1	60,9
Centro-Oeste	123,2	101,2	92,3	73,5

FONTE: IBGE, Censo Demográfico

NOTAS: 1. Estimativas feitas pelo Departamento de Estudos de População do IBGE.

2. As estimativas foram obtidas pelo método de Brass e, portanto, referem-se a 4 ou 5 anos antes das datas dos Censos que forneceram os dados para a sua preparação.

TABELA 4.8

PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA - 1970 E 1980.

BRASIL E NORDESTE	1 9 7 0		1 9 8 0		
	IBGE	CNRH/IPEA	IBGE	PROJETO CNRH/IPEA-U N I C E F	CNRH/IPEA
BRASIL	113,79	105,92	87,9	92,02	95,94
NORDESTE	146,30	157,72	124,5	132,23	144,29
Maranhão	132,50	128,49	...	116,84	128,57
Piauí	124,86	124,35	...	94,68	111,83
Ceará	155,80	167,63	...	161,95	152,35
Rio Grande do Norte	186,99	188,03	...	165,10	179,07
Paraíba	161,15	174,04	...	171,67	186,77
Pernambuco	154,07	163,81	...	153,56	166,61
Alagoas	157,19	165,36	...	158,95	170,97
Sergipe	146,96	155,92	...	108,67	116,39
Bahia	130,89	128,71	...	99,89	106,05

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico, 1983.

Indicadores Sociais - Tabelas Selecionadas, 1984.

CNRH/IPEA - "Aspectos da Dinâmica Demográfica no Brasil: 1960/70 e 1970/80". Brasília, mimeo, 1984.

Projeto CNRH/IPEA-UNICEF - "Tabelas Preliminares sobre Mortalidade Infantil em 1980". Brasília, 1985.

TABELA 4.9

PROPORÇÃO DE FILHOS FALECIDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FILHOS NASCIDOS VIVOS, DE MULHERES DE 20 A 24 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES URBANOS, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SISTEMA DE SANEAMENTO – 1980

SISTEMA DE SANEAMENTO	PROPORÇÃO DE FILHOS FALECIDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FILHOS NASCIDOS VIVOS, DE MULHERES DE 20 A 24 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS (‰)					
	BRASIL	GRANDES REGIÕES				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL (1)	99,0	80,7	146,5	89,0	71,3	76,5
Adequado	72,8	68,0	99,4	73,3	66,8	54,7
Inadequado	127,9	88,9	171,8	115,0	95,9	90,8
Água adequada, mas esgoto inadequado	89,0	71,2	120,8	87,6	78,9	63,8

FONTE: IBGE, Censo Demográfico.

NOTAS: 1. Estimativas feitas pelo Departamento de Estudos de População do IBGE.

2. Esta proporção corresponde aproximadamente à probabilidade de morte antes de completar 2 anos de idade.

3. As estimativas foram obtidas pelo método de Bras e, portanto referem-se a 4 ou 5 anos antes da data do Censo que forneceu os dados para a sua preparação.

(1) Inclusive sem declaração de esgotamento sanitário e/ou abastecimento de água e outra forma de abastecimento de água.

TABELA 4.10
NÚMERO DE ÓBITOS E MORTALIDADE PROPORCIONAL, PARA O BRASIL E NORDESTE: 1976-1983

BRASIL E NORDESTE	TOTAL		GRUPOS DE IDADES				
	Número de Óbitos	%	menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 19 anos	20 a 49 anos	50 anos ou mais
BRASIL - 1976	818.060	100,0	27,7	6,9	4,5	16,9	44,0
NORDESTE	242.017	100,0	34,2	11,0	4,6	13,3	36,9
Maranhão	9.280	100,0	14,7	5,0	5,5	20,7	54,1
Piauí	7.211	100,0	19,2	5,6	4,3	18,9	52,0
Ceará	32.534	100,0	34,1	9,8	4,7	13,3	38,1
Rio Grande do Norte	12.201	100,0	38,2	7,6	3,4	10,2	40,6
Paraíba	28.260	100,0	41,1	15,2	3,6	8,9	31,2
Pernambuco	65.260	100,0	38,5	12,7	4,4	12,3	32,1
Alagoas	18.335	100,0	40,8	9,5	5,0	14,2	30,5
Sergipe	6.961	100,0	22,4	7,2	4,7	15,1	50,6
Bahia	61.975	100,0	29,6	11,0	5,2	14,7	39,5
BRASIL - 1980	809.213	100,0	23,3	4,9	4,3	18,4	49,1
NORDESTE	237.459	100,0	31,3	7,8	4,3	14,6	42,0
Maranhão	12.729	100,0	12,6	4,6	4,6	21,2	57,0
Piauí	8.050	100,0	18,3	4,6	4,4	15,7	57,0
Ceará	33.923	100,0	31,4	6,3	4,8	15,2	42,3
Rio Grande do Norte	12.136	100,0	32,5	5,7	3,9	12,0	45,9
Paraíba	26.081	100,0	39,5	8,9	3,6	10,1	37,9
Pernambuco	61.479	100,0	36,9	9,8	3,9	13,3	36,1
Alagoas	18.317	100,0	39,6	8,4	3,9	14,2	33,9
Sergipe	7.150	100,0	21,3	5,4	4,5	16,7	52,1
Bahia	57.594	100,0	25,8	7,8	4,8	16,1	45,5
BRASIL - 1983	798.425	100,0	19,3	3,9	3,9	19,0	53,9
NORDESTE	227.648	100,0	26,3	6,3	4,0	15,7	47,7
Maranhão	15.533	100,0	8,9	3,4	3,8	25,5	58,4
Piauí	8.379	100,0	14,4	4,0	3,7	17,5	60,4
Ceará	31.368	100,0	26,1	5,5	3,9	15,7	48,8
Rio Grande do Norte	11.761	100,0	26,8	4,9	3,2	13,3	51,8
Paraíba	23.617	100,0	33,4	8,0	3,7	10,8	44,1
Pernambuco	55.932	100,0	31,9	7,1	3,8	14,7	42,5
Alagoas	17.082	100,0	34,5	6,3	3,9	16,6	38,7
Sergipe	7.100	100,0	19,6	5,0	4,4	14,8	56,2
Bahia	56.876	100,0	22,7	6,8	4,7	16,3	49,5

FONTE: IBGE - Estatísticas do Registro Civil.

TABELA 4.11
NÚMERO DE ÓBITOS E MORTALIDADE PROPORCIONAL, PARA O BRASIL E NORDESTE - 1980 E 1981

BRASIL E NORDESTE	TOTAL		GRUPOS DE IDADE				
	Números Absolutos (1)	%	menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 19 anos	20 a 49 anos	50 anos ou mais
BRASIL - 1980	744.311	100,0	24,2	4,6	4,1	18,2	48,9
NORDESTE	193.872	100,0	34,2	7,8	4,1	14,0	39,9
Maranhão	6.694	100,0	22,9	6,5	5,7	20,3	44,6
Piauí	5.339	100,0	26,8	6,6	5,6	17,3	43,7
Ceará	18.019	100,0	36,3	5,9	4,2	14,5	39,1
Rio Grande do Norte	10.590	100,0	33,3	5,2	3,9	11,7	45,9
Paraíba	24.763	100,0	39,6	8,1	3,5	9,9	38,9
Pernambuco	57.832	100,0	37,1	9,0	3,6	13,5	36,8
Alagoas	17.421	100,0	39,5	8,1	3,7	14,1	34,6
Sergipe	7.439	100,0	24,4	6,0	4,1	15,4	50,1
Bahia	45.775	100,0	29,4	7,8	4,6	15,7	42,5
BRASIL - 1981	744.165	100,0	23,3	4,1	3,0	18,3	51,3
NORDESTE	193.861	100,0	32,6	6,9	4,0	14,5	42,0
Maranhão	6.844	100,0	22,1	7,0	5,8	20,8	44,3
Piauí	5.769	100,0	25,3	6,0	4,7	17,3	46,7
Ceará	19.444	100,0	34,4	5,6	4,3	14,8	40,9
Rio Grande do Norte	9.977	100,0	31,8	4,2	3,7	12,2	48,1
Paraíba	24.036	100,0	38,5	7,3	3,4	10,4	40,4
Pernambuco	55.091	100,0	35,0	7,3	3,5	14,1	40,1
Alagoas	17.512	100,0	37,0	7,5	4,2	14,4	36,9
Sergipe	7.789	100,0	23,3	4,0	4,9	14,9	52,9
Bahia	47.399	100,0	28,6	7,4	4,4	16,3	43,3

FONTE: Ministério da Saúde - Estatísticas de Mortalidade.

(1) Exclui idade ignorada.

TABELA 4.12
MORTALIDADE PROPORCIONAL, POR GRUPOS DE IDADE, PARA O BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE CAUSAS DE MORTE - 1981

BRASIL, NORDESTE E GRUPOS DE CAUSAS DE MORTE	MORTALIDADE PROPORCIONAL (%)				
	TOTAL	GRUPOS DE IDADE			
		Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 19 anos	20 anos ou mais
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Doenças infecciosas	8,6	20,0	21,9	3,2	4,3
Causas respiratórias	7,8	11,8	16,2	2,3	6,6
Causas perinatais	8,9	36,1	2,0	1,2	0,6
Deficiências nutricionais	3,3	4,6	5,6	0,8	3,1
Causas circulatórias	25,7	0,5	1,6	2,7	39,7
Outras causas	45,7	27,0	52,7	89,8	45,7
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Doenças infecciosas	10,1	18,9	19,5	8,4	3,9
Causas respiratórias	4,8	5,5	10,8	5,6	3,6
Causas perinatais	6,6	18,9	0,7	1,5	0,6
Deficiências nutricionais	2,3	2,0	3,2	1,9	2,3
Causas circulatórias	13,1	0,2	0,8	5,3	22,7
Outras causas	63,1	54,4	65,0	77,3	66,9

FONTE: Ministério da Saúde - Estatísticas de Mortalidade.

TABELA 4.13
ÓBITOS DE MENORES DE 1 ANO, POR LOCAL DE OCORRÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA, PARA O BRASIL E NORDESTE - 1981.

BRASIL E NORDESTE	Óbitos de Menores de 1 ano de idade	Óbitos ocorridos em Hospital			Óbitos ocorridos fora de Hospital		
		% sobre total	sem assistência médica		% sobre total	sem assistência médica	
			% sobre total	% ocorrido em hospital		% sobre total	% ocorrido fora de hospital
BRASIL	166.358 (1)	64,9	19,0	29,3	35,1	31,3	89,2
NORDESTE	59.841	35,7	11,6	32,6	64,3	60,5	94,1
Maranhão	1.309	48,1	18,0	37,5	51,9	48,4	92,2
Piauí	1.304	59,7	29,0	48,5	40,3	34,0	84,4
Ceará	5.940	35,4	18,3	51,6	64,6	60,6	93,9
Rio Grande do Norte	2.947	33,1	15,4	46,7	66,9	63,0	94,1
Paraíba	9.208	25,4	4,3	17,1	74,6	71,8	96,2
Pernambuco	19.131	30,2	1,6	5,4	69,8	67,3	96,5
Alagoas	6.450	24,1	7,9	32,9	75,9	72,5	95,6
Sergipe	1.803	52,4	1,7	3,3	47,6	37,7	79,2
Bahia	11.749	53,3	30,2	56,7	46,7	40,9	87,7

FONTE: Ministério da Saúde.

(1) Exclui 6.849 sem declaração.

TABELA 4.14
ÓBITOS DE MENORES DE 1 ANO, POR INSTRUÇÃO DA MÃE, PARA O BRASIL E NORDESTE – 1981

BRASIL E NORDESTE	TOTAL DE ÓBITOS DE MENORES DE 1 ANO DE IDADE		INSTRUÇÃO DA MÃE	
	NÚMEROS ABSOLUTOS	%	COM INSTRUÇÃO	SEM INSTRUÇÃO
BRASIL	166.358 (1)	100,0	85,7	14,3
NORDESTE	59.841	100,0	73,1	26,9
Maranhão	1.309	100,0	79,4	20,6
Piauí	1.304	100,0	83,2	16,8
Ceará	5.940	100,0	90,5	9,5
Rio Grande do Norte	2.947	100,0	75,4	24,6
Paraíba	9.208	100,0	52,4	47,6
Pernambuco	19.131	100,0	69,0	31,0
Alagoas	6.450	100,0	74,4	25,6
Sergipe	1.803	100,0	84,6	15,4
Bahia	11.749	100,0	82,3	17,7

FONTE: Ministério da Saúde.

(1) Exclui 6.849 sem declaração.

TABELA 4.15
MENORES DE 10 ANOS DE IDADE INTERNADOS EM CLÍNICA MÉDICA DO INAMPS COMO PROPORÇÃO DO TOTAL DE INTERNAÇÕES EM CLÍNICA MÉDICA E INTERNAÇÕES EM CLÍNICA MÉDICA SOBRE 1.000 MENORES, PARA O BRASIL E NORDESTE – 1979.

BRASIL E NORDESTE	MENORES URBANOS DE 10 ANOS DE IDADE	
	Internados em clínica médica do INAMPS sobre o total de internações em clínica médica	Internação em clínica médica sobre 1.000 menores
BRASIL	40,3	95,2
NORDESTE	44,9	61,5
Maranhão	49,8	59,0
Piauí	36,0	27,5
Ceará	39,8	121,6
Rio Grande do Norte	44,8	50,0
Paraíba	39,5	74,5
Pernambuco	47,0	58,9
Alagoas	49,9	50,2
Sergipe	47,2	44,8
Bahia	53,9	40,7

FONTE: INAMPS EM DADOS, Nº 2, 1979.

TABELA 4.16
PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE ATÉ 5 ANOS DE IDADE QUE NÃO RECEBERAM QUALQUER DOSE DA VACINA ESPECIFICADA EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS DE ATÉ 5 ANOS DE IDADE, POR TIPO DE VACINA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE - 1981 - BRASIL

GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE	PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE ATÉ 5 ANOS DE IDADE QUE NÃO RECEBERAM QUALQUER DOSE DA VACINA ESPECIFICADA EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS DE ATÉ 5 ANOS DE IDADE (%)			
	Tríplice ou DPT	Contra a poliomielite	Contra o sarampo	Contra a tuberculose
BRASIL (1)	18,1	1,2	22,7	25,3
Menos de 1 ano	26,2	3,6	48,6	34,0
1 a 5 anos	16,4	0,6	17,3	23,5
Norte (1)	22,3	1,0	19,1	17,9
Menos de 1 ano	32,7	3,8	42,4	24,4
1 a 5 anos	20,2	0,4	14,5	16,6
Nordeste	31,2	1,0	30,4	40,8
Menos de 1 ano	38,8	2,4	48,3	48,6
1 a 5 anos	29,6	0,7	26,6	39,1
Sudeste	8,9	1,5	17,0	9,9
Menos de 1 ano	16,3	5,0	48,4	17,7
1 a 5 anos	7,3	0,8	10,4	8,2
Sul	9,1	0,8	17,2	32,2
Menos de 1 ano	19,8	3,3	49,7	46,3
1 a 5 anos	6,9	0,4	10,7	29,3
Centro-Oeste	22,7	0,9	30,7	25,1
Menos de 1 ano	30,2	2,7	52,4	32,6
1 a 5 anos	21,2	0,5	26,1	23,5

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

NOTA - Vacinação até 14.11.81.

(1) Exclusive a população da área rural da Região Norte.

TABELA 4.17
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DE 1 A 5 ANOS, POR ESTRATO, SEGUNDO A TAXA DE ADEQUAÇÃO ENERGETICO-PROTÉICA (REQUERIMENTO ENERGÉTICO MÍNIMO)

ADEQUAÇÃO ENERGÉTICO-PROTÉICA (*)	NORDESTE		SÃO PAULO	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
C - P -	4,3	7,8	2,5	2,4
C - P +	38,4	23,6	20,9	13,3
C + P -	0,4	0,9	0,0	0,4
C + P +	56,9	67,7	76,6	83,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - ENDEF, 1974-75.

(*) As letras "C" e "P" indicam, respectivamente, calorias e proteínas; o sinal "+", taxa de adequação ≥ 100% e o sinal "-", taxa de adequação < 100%.

TABELA 4.18
PROPORÇÃO (%) DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DE 1 A 5 ANOS COM DIETAS INADEQUADAS NOS NUTRIENTES ESPECIFICADOS, POR ESTRATO

NUTRIENTES	NORDESTE		SÃO PAULO	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Energia e Proteína (1)	66,9	55,6	48,4	43,2
Cálcio	78,1	68,2	58,3	66,0
Ferro	24,6	14,7	32,6	44,0
Vitamina A	74,8	83,2	76,2	89,4

FONTE: IBGE - ENDEF, 1974-75.

NOTA - A dieta é considerada inadequada quando a taxa de adequação é inferior a 100% nas Tabelas 4.7 a 4.10 do Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: aspectos nutricionais 1974-75 (Ver referência bibliográfica). Apresentam-se aqui as proporções de famílias nessa situação.

(1) Taxa de adequação energético-protéica utilizando o requerimento energético considerando atividade e horas trabalhadas.

TABELA 4.19
DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS DE 1 A 5 ANOS PELAS CATEGORIAS DAS CLASSIFICAÇÕES DE GOMEZ E WATERLOW, SEGUNDO O ESTRATO

ESTRATO E CLASSIFICAÇÃO DE WATERLOW	CLASSIFICAÇÃO DE GOMEZ				TOTAL (WATERLOW)
	Eutrofia	DI	DII	DIII	
NORDESTE URBANO					
Eutrofia	36,3	29,0	1,9	0	67,2
Déficit Ponderal	0,2	0,6	1,2	0,3	2,3
Déficit Estatural	2,2	15,1	10,5	1,8	29,6
Déficit Pôndero-Estatural	0	0	0,3	0,6	0,9
TOTAL (Gomez)	38,7	44,7	13,9	2,7	100,0
NORDESTE RURAL					
Eutrofia	25,8	29,6	2,3	0	57,7
Déficit Ponderal	0	0,7	1,2	0,3	2,2
Déficit Estatural	3,4	18,6	14,8	2,2	39,0
Déficit Pôndero-Estatural	0	0	0,3	0,8	1,1
TOTAL (Gomez)	29,2	48,9	18,6	3,3	100,0
SÃO PAULO URBANO					
Eutrofia	60,5	26,1	1,2	0,1	87,9
Déficit Ponderal	0,5	0,8	0,9	0	2,2
Déficit Estatural	1,6	5,2	2,7	0	9,5
Déficit Pôndero-Estatural	0	0	0,1	0,3	0,4
TOTAL (Gomez)	62,6	32,1	4,9	0,4	100,0
SÃO PAULO URBANO					
Eutrofia	48,9	31,6	2,0	0	82,5
Déficit Ponderal	0,2	1,3	0,4	0	1,9
Déficit Estatural	1,9	8,5	4,4	0	14,8
Déficit Pôndero-Estatural	0	0	0,4	0,4	0,8
TOTAL (Gomez)	51,0	41,4	7,2	0,4	100,0

FONTE: IBGE, ENDEF, 1974-75.

TABELA 4.20
ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS BRASILEIRAS, DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, PELOS SISTEMAS DE GOMEZ E WATERLOW, SEGUNDO A REGIÃO, ESTIMADO PARA 1980(1)

REGIÃO	Estado Nutricional (em 1.000 crianças)								
	Segundo Gomez				NORMAL	Segundo Waterlow			TOTAL(2)
	NORMAL	Desnutrida				Desnutrida			
		Leve (1º)	Moderado (2º)	Grave (3º)		Pregressa	Recente	Crônica	
I	1.017	535	121	13	1.406	229	39	10	1.684
II	2.325	1.299	237	27	3.355	443	62	31	3.891
III	1.926	1.076	197	23	2.780	367	52	26	3.225
IV	1.052	1.136	501	106	1.771	932	59	36	2.798
V	2.918	3.151	1.389	295	4.913	2.585	163	101	7.762
VI	139	77	14	2	200	26	4	2	232
VII	1.041	1.124	496	105	1.753	922	58	36	2.769
BRASIL	10.418	8.398	2.955	571	16.178	5.504	437	242	22.361

(1) Fonte: (HORNER, 1980, não publicado).

(2) Os totais segundo Gomez não são iguais porque os dados foram arredondados.

NOTA: 1) Tabela extraída de MPAS - Secretaria de Assistência Social e UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, "Propostas para o Atendimento a Crianças Carentes de 0 a 6 Anos de Idade", Brasília, nov, 1982, p. 112.

2) Região I (RJ); Região II (SP); Região III (Sul); Região IV (MG e ES); Região V (NE); Região VI (DF); Região VII (RO, GO e MT).

TABELA 4.21
ESTIMATIVA DO TOTAL DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E DAS DE BAIXA RENDA NESTE GRUPO ETÁRIO - 1980 E 1985 - (EM 1.000 CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS)

REGIÃO	1980		1985	
	Total de crianças de 0 a 6 anos	Crianças de baixa renda de 0 a 6 anos	Total de crianças de 0 a 6 anos	Crianças de baixa renda de 0 a 6 anos
I	1.686,2	761,6	1.802,8	814,3
II	3.888,0	1.215,4	4.398,7	1.375,0
III	3.221,5	1.863,9	3.111,5	1.800,3
IV	2.798,1	1.712,4	2.858,8	1.749,6
V	7.761,9	6.123,3	8.519,8	6.721,3
VI	231,9	66,3	330,5	94,5
VII	2.768,9	1.471,8	3.397,7	1.806,9
Brasil	22.356,5	13.214,7	24.419,8	14.361,9

Fonte dos dados brutos: FIBGE - Resultados Preliminares do Censo Demogrário de 1980.

Fonte de estimativas: (SHIRABAYASHI, 1981, não publicado).

Notas: 1) Tabela extraída de MPAS - Secretaria de Assistência Social e UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. "Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade". Brasília, nov. 1982, p. 112.

2) Região I (RJ), Região II (SP), Região III (Sul), Região IV (MG e ES), Região V (NE), Região VI (DF), Região VII (NO, MT e GO).

TABELA 4.22
PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 0 A 14 ANOS DE IDADE RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CONDIÇÕES HABITACIONAIS E GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O BRASIL E NORDESTE — 1980

BRASIL E NORDESTE	PESSOAS DE 0 A 14 ANOS DE IDADE					
	Água Inadequada			Esgoto Inadequado		
	Total de 0 a 14 anos	0 a 6 anos	7 a 14 anos	Total de 0 a 14 anos	0 a 6 anos	7 a 14 anos
BRASIL	54,1	55,8	52,5	28,4	29,9	27,0
NORDESTE	75,5	77,4	73,7	55,7	58,0	53,4
Maranhão	86,3	88,0	84,4	65,1	67,5	62,5
Piauí	84,2	86,0	82,5	74,1	76,7	71,4
Ceará	83,2	84,9	81,7	61,2	63,6	58,9
Rio Grande do Norte	75,7	77,0	74,4	44,9	47,4	42,5
Paraíba	73,6	75,5	71,8	51,9	54,2	49,6
Pernambuco	69,7	71,9	67,5	41,7	43,8	39,5
Alagoas	71,5	74,0	68,9	52,3	54,9	49,6
Sergipe	68,5	70,5	66,4	47,9	49,8	46,0
Bahia	70,4	72,1	68,7	57,8	59,5	56,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

TABELA 4.23
PROPORÇÃO DE PESSOAS URBANAS DE 0 A 14 ANOS DE IDADE, POR RENDIMENTO FAMILIAR "PER CAPITA", PARA O BRASIL E NORDESTE E CONDIÇÕES HABITACIONAIS — 1980

BRASIL, NORDESTE E CONDIÇÕES HABITACIONAIS	PESSOAS DE 0 A 14 ANOS DE IDADE (%)			
	Total	Rendimento Familiar "Per Capita"		
		Até 1/4 do SM	De 1/4 a 1/2 SM	Mais de 1/2 SM
BRASIL - Água e Esgoto Adequados	46,1	17,3	33,5	65,3
NORDESTE	24,3	11,0	22,1	48,0
Maranhão	19,8	9,2	21,0	45,9
Piauí	25,7	10,7	29,2	66,1
Ceará	23,6	8,9	19,6	55,2
Rio Grande do Norte	30,8	14,5	32,2	58,2
Paraíba	28,3	15,3	30,3	56,5
Pernambuco	16,6	5,9	12,2	36,2
Alagoas	13,1	6,2	12,8	28,2
Sergipe	27,2	14,9	24,3	46,5
Bahia	30,9	15,7	27,7	50,7
BRASIL - Água e Esgoto Inadequados	20,2	42,7	25,7	7,5
NORDESTE	34,2	48,9	32,1	12,7
Maranhão	45,4	56,8	40,9	21,5
Piauí	34,9	47,8	25,8	7,5
Ceará	44,9	62,3	41,7	15,8
Rio Grande do Norte	33,1	47,4	29,0	12,0
Paraíba	30,0	41,9	24,0	9,1
Pernambuco	34,1	48,5	34,5	13,7
Alagoas	32,8	44,6	29,5	12,1
Sergipe	22,1	34,9	19,8	7,1
Bahia	28,4	43,2	28,7	11,3
BRASIL - Água Adequada e Esgoto Inadequado	29,4	35,3	35,9	23,4
NORDESTE	35,0	34,8	38,6	31,7
Maranhão	31,4	31,3	34,9	27,2
Piauí	37,1	40,1	43,0	21,1
Ceará	10,9	12,8	11,0	7,1
Rio Grande do Norte	30,3	32,2	33,0	24,1
Paraíba	37,9	39,2	42,0	29,8
Pernambuco	46,6	43,3	51,1	46,5
Alagoas	50,9	46,5	55,0	55,1
Sergipe	47,3	47,1	52,8	42,2
Bahia	35,8	37,3	38,6	31,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 1980.

NOTA: Deixou-se de considerar o conceito de "água inadequada e esgoto adequado" para compor todas as condições habitacionais deste conjunto de pessoas.

5. O MENOR NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Como já foi salientado, as pessoas menores de 18 anos representam aproximadamente 45% da população no Brasil, algo em torno de 60 milhões em 1985.

Embora existam muitos programas e ações governamentais que estabelecem como população-alvo parcelas destes menores, notadamente aqueles pertencentes às famílias pobres, não se constata nenhuma concepção mais ampla e integrada que oriente a atuação e se constitua em fundamento ou modelo para o tratamento de seus problemas.

De um modo geral, a atuação governamental orienta-se por ações extremamente setorializadas, assistencialistas e residuais, na medida em que cada área ministerial desenvolve bastante autonomamente o que lhe compete, prestando quase sempre serviços assistenciais e de cunho paternalista, e que não conseguem alterar o quadro de desigualdades sócio-econômicas existentes, e muito menos resgatar direitos fundamentais de cidadania.

O menor pobre, abandonado, delinqüente, etc., é percebido normalmente como um fenômeno isolado, e não como um fenômeno resultante da estrutura sócio-econômica global. Na verdade, ele e sua família (quando a tem) reproduzem a conformação da pobreza existente no país, uma das faces mais visíveis da apropriação extretamente desigual da riqueza nacional, embora o Brasil esteja colocado como a 8ª potência do mundo ocidental.

O conjunto de programas e ações que tentam conferir importância e prioridade aos menores de 18 anos (crianças de 0 a 6 anos; estudantes de 7 a 14 anos; jovens de 15 a 17 anos) é bastante numeroso e significativo pelo que objetivam. Lamentavelmente, contudo, poucos resultados expressivos são alcançados, e em geral se verifica uma duplicação extremamente prejudicial de ações, quando não superficial e pouco eficaz.

Urge, por isso mesmo, que se elabore uma política que integre este conjunto de programas e ações, e se encare o menor e sua família não como fenômenos marginais, mas como cidadãos e fruto de um modelo de desenvolvimento excludente e desigual incompatível com as aspirações da sociedade brasileira, e que se pretende mudar, como reconhece o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

Não se faz, nesta parte do trabalho, uma análise exaustiva de como os menores são tratados dentro dos programas governamentais. Procura-se apenas chamar a atenção para o fato de que os menores, principalmente as crianças, não recebem um tratamento muito claro, muito transparente pelos vários programas atualmente existentes e que a sua cobertura está longe de atingir o universo desta população-alvo.

Tudo indica que o momento é outro e que as estratérias estão mudando, no sentido de um tratamento mais global e mais eficaz para a atuação governamental neste problema do menor. Urge que isto efetivamente aconteça, não só porque os menores de 18 anos de idade representam quase a metade da população brasileira, como também porque constituem o grupo populacional mais vulnerável a toda a sorte de riscos, dependendo do grupo etário que se considera e do atendimento de que necessitam.

5.1 - Atendimento alimentar e nutricional

Os vários programas de alimentação existentes objetivam dar cobertura aos grupos biologicamente mais vulneráveis, como o materno-infantil que é atendido através da rede de saúde (incluindo gestantes, nutrizes e crianças até 3 e 4 anos de idade), de creches (até 6 anos) e da rede oficial e filantrópica de ensino (1º grau).

O próprio Governo reconhece explicitamente que "os padrões alimentares das populações pobres vêm-se deteriorando nos últimos anos", seja pela redução do consumo "per capita" de alimentos, seja pelos demais indicadores de nutrição que "são alarmantes" no país (SARNEY, 1986). Daí a necessidade de se ampliar os programas de distribuição gratuita de alimentos no curto prazo, em função do compromisso assumido no I PND-NR, visando a assegurar a todos os brasileiros padrões adequados de consumo de alimentos (SEPLAN-PR, 1985a).

Como já se acentuou anteriormente no capítulo sobre saúde, praticamente todas as crianças de 0 a 6 anos de idade de famílias de baixa renda sofriam de algum grau de desnutrição e subnutrição, com conseqüências negativas para as condições de aprendizagem, de inserção no mercado de trabalho, etc. É de se supor, assim, que em função do quadro dramático de desnutrição e subnutrição que atinge para alguns a 40 milhões (VISÃO, 1985) e para outros a 86 milhões de pessoas (CASTRO e COIMBRA, 1985) sejam tomadas medidas sérias e urgentes, principalmente porque "um país que se queira democrático há de esforçar-se para dar à sua população um bom padrão alimentar", diz o Presidente José Sarney (VISÃO, 1985).

A distribuição gratuita de alimentos (arroz, feijão, leite e fubá ou farinha de mandioca) através do Programa de Suplementação Alimentar (PSA), tinha cadastrado em 1985 como população-alvo ou beneficiária em torno de 10 milhões de gestantes, nutrizes e crianças até 35 meses de famílias com renda inferior a dois salários mínimos. Para o final de 1986 a estimativa seria de 12,9 milhões de mães e crianças. O objetivo é de universalização do atendimento, segundo o I PND-NR e o Programa de Prioridades Sociais do Governo. Contudo, o PSA jamais conseguiu atender a mais de cerca de 4 milhões de beneficiários, o que corresponde, efetivamente, a não mais de 35 a 40% da população-alvo.

Segundo as avaliações mais recentes, dois fatores importantes concorrem para dificultar o atingimento dos objetivos do PSA. Em primeiro lugar, a reduzida disponbilidade orçamentária do INAN/MS que só permitiria atender a cerca de 2,5 milhões de beneficiários em 1986. Em segundo lugar, a ênfase na quantidade de alimentos, operando o programa com alimentos de baixo valor nutritivo, mormente numa região como o Nordeste, deficitária em proteínas, vitaminas e outras necessidades nutricionais.

Quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a PNAD-1982 informava que 14,5 milhões de pessoas (ou 77,8%) que freqüentavam curso regular de 1º grau da rede pública recebiam merenda escolar no Brasil. Pesquisa realizada pelo CNRH/IPEA mostrou que em 1985 apenas 13% das escolas de 1º grau não serviam merenda, sendo que sua distribuição foi virtualmente universalizada nas escolas urbanas e em quase 85% das rurais, o que é confirmado pelas avaliações do Programa (CASTRO e FLETCHER, 1986). Em 1985 foi ampliado de 140 para 180 o número de dias em que era servida a merenda, e para 1986 a distribuição pretende ser estendida ao período de férias, funcionando em todos os 270 dias úteis do ano, além de incluir cerca de 7 milhões de pré-escolares (quatro a seis anos) que tenham irmãos matriculados nas escolas. Desta forma, o atendimento estaria cobrindo cerca de 25 milhões de escolares de 1º grau. Com isto busca-se contribuir para maior eficácia do sistema educacional, melhorando a capacidade de aprendizagem, reduzindo os índices de absenteísmo, evasão e mesmo repetência e contribuindo para a formação de melhores hábitos alimentares através da educação nutricional.

A pesquisa do CNRH/IPEA, contudo, detectou ainda que em 49% das escolas faltou merenda alguma vez no segundo semestre de 1986, basicamente do Norte e Nordeste e, em geral, nas áreas rurais. Onde faltou merenda, deu-se por falta de alimentos, ficando o fornecimento paralizado, em média, por 26 dias do semestre, o que equivale a 28% dos dias letivos.

O Programa de Complementação Alimentar (PCA) atende a cerca de 1,3 milhões de beneficiários através de reforço alimentar nas creches coordenadas pela LBA, permitindo assim a melhoria dos padrões alimentares das crianças mais carentes, de um universo de aproximadamente 10 milhões de pessoas.

É claro que a população pobre, notadamente as crianças, podem se beneficiar da distribuição de alimentos através de outros programas, como o PAP – Programa de Alimentação Popular, coordenado pela COBAL, e que consiste na garantia de suprimento de gêneros básicos a preços mais reduzidos em regiões de concentração de pobreza, ou como o PROAB – Programa de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda, também executado pela COBAL nas capitais do Nordeste com subsídio direto nos preços finais dos alimentos básicos comercializados.

A instituição de outros programas está se desenvolvendo a nível de governo, como o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes, que pretende beneficiar a população infantil até 7 anos de idade pertencente

a famílias com renda inferior a dois salários-mínimos e atingir a 1,5 milhões de crianças com a distribuição de 250 milhões de litros de leite, ou como o Programa de Combate a Carências Nutricionais Específicas, através de ações específicas de prevenção e combate à hipovitaminose "A" e à anemia nutricional ferro, com uma meta de 7,4 milhões de crianças em 1986.

A impressão que se tem, no fundo, é a de que os diversos programas estão incluindo ou tratando dos mesmos beneficiários e, apesar disso, persistem os sérios problemas nutricionais existentes no país. Mas é urgente a solução destes problemas e a prioridade conferida a estes grupos mais vulneráveis da população, notadamente às crianças e adolescentes, principalmente quando se sabe que grande parcela das mortes antes de completar um ano e até os cinco anos são decorrentes de problemas relacionados à desnutrição e subnutrição.

As causas desta situação alimentar a que está submetido o povo brasileiro já foram amplamente analisadas e certamente as repercusões da política econômica vigente até bem pouco tempo ocasionaram este "quadro cruel e desumano", como afirma o Presidente da FAE. E continua com outras constatações graves: "os custos sociais vão da nati-mortalidade infantil, às deficiências do crescimento, às deficiências do desenvolvimento mental, à maior incidência de doenças e até à reduzida capacidade produtiva. Atualmente 30% das internações na rede de hospitais da Previdência Social são de crianças de um a 24 meses, tendo como causa sempre presente a desnutrição e a subalimentação. Só em 1985, a Previdência deverá internar 1,5 milhões de crianças de zero a dois anos. Os gastos, a preços de hoje, seriam de aproximadamente 600 bilhões de cruzeiros." (SILVA, 1985).

Trata-se, pois, de uma prioridade que requer um fortalecimento de todas as ações programadas e, no menor espaço de tempo, reduzir drasticamente os sérios riscos sociais provocados pelas mais diferentes carências nutricionais.

5.2 - Atendimento à saude

A ação prioritária do governo está sendo centralizada em dois grandes objetivos: redução dos atuais níveis de mortalidade infantil, aumentando conseqüentemente a expectativa de vida da população como um todo, e ampliação das oportunidades de acesso aos serviços de saúde, diminuindo os desníveis de atendimento entre clientelas de diferentes regiões e classes sociais (SEPLAN-PR, 1985b).

O quadro sanitário no país é muito desigual e é agravado pela situação de pobreza existente. Em função disso, as crianças, principalmente as de 0 a 6 anos, são as mais vulneráveis aos fatores ambientais adversas, que caracterizam e atingem predominantemente estes segmentos da

população, aliado a outros de ordem nutricional.

Como já foi visto, a diferença da mortalidade infantil no Nordeste era duas vezes superior à do Sul, o mesmo acontecendo quando se comparavam as famílias mais pobres com as mais ricas, o que faz supor que mais de 80% das mortes antes dos 5 (cinco) anos de idade aconteçam em famílias pobres. Mas é interessante lembrar que quase 84% das mortes de crianças ocorriam antes de completar o primeiro ano de vida, representando aproximadamente 800 mortes por dia.

É significativo observar, como revela o próprio I PND-NR, que as populações pobres são as mais penalizadas por um conjunto de fatores que lhes dificultam o acesso aos serviços de assistência médica, o que, na verdade, é coerente com resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1981. Gestantes, nutrizes e crianças pobres recebem, quando recebem, menor cobertura e atendimento em relação a outros segmentos sociais. Quem mais necessita, menos acesso tem e mais dificuldades encontra para ser atendido, normalmente se conjugando a isso serviços de menor qualidade e menos eficazes.

A importância dos serviços de saúde e saneamento para a elevação dos níveis de bem-estar da população é inquestionável, notadamente quando objetivam o atendimento de suas necessidades mais básicas. É fora de dúvida que é prioritário universalizar o atendimento e equalizar o acesso aos serviços de saúde. Contudo, em geral, pratica-se a incorporação indiscriminada e não seletiva de procedimentos tecnológicos sofisticados, aumentando desnecessária e descontroladamente os custos assistenciais, quando outros procedimentos mais simples e também eficazes poderiam representar uma contribuição mais decisiva na diminuição dos obituários no Brasil, principalmente de crianças. Há que se dar, definitivamente, maior importância e atenção às causas de mortes de menores de 5 (cinco) anos, e para isso o UNICEF vem chamando a atenção de todos para resultados expressivos que podem ser obtidos pela aplicação do princípio da "saúde ao alcance de todos", propondo medidas extremamente simples e pouco dispendiosas, como a imunização universal (que permite o controle das doenças preveníveis através da cobertura total de vacinação contra a poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, sarampo e tuberculose), a terapia de hidratação oral, o aleitamento materno e o acompanhamento do crescimento de todos os menores de três anos. Com a ajuda dos pais, o UNICEF avalia que se poderia reduzir à metade a taxa de desnutrição e mortalidade infantis, o que seria uma verdadeira revolução pela sobrevivência e bem-estar infantis (UNICEF, 1986).

Além dessas medidas, há um outro conjunto de prioridades que são contempladas também na linha programática da área social do governo brasileiro, com ênfase na saúde da criança e da gestante e nutriz, como: controle das doenças respiratórias agudas, tentando reduzir os riscos de infecção, morbidade e mortalidade; controle da desnutrição, através de suplementação alimentar, educação nutricional, distribuição de nutrientes

e vitaminas, acompanhamento do estado nutricional, etc.; controle da saúde materno-infantil, com prioridade para o atendimento pré-natal e ginecológico e das doenças diarréicas; ampliação da cobertura de assistência materno-infantil, tendo em vista reduzir a morbidade e mortalidade de crianças menores de 5 (cinco) anos; incorporação de atividades que assegurem à população efetiva liberdade de determinar o tamanho de sua família, etc.

Na verdade, todos estes aspectos da saúde constituem direitos inerentes à cidadania e deveres do Estado.

5.3 - Atendimento educacional

Já é lugar comum se dizer que os níveis de escolaridade no Brasil são baixos e que os diversos serviços oferecidos não correspondem às reais necessidades da população, principalmente da população pobre. Em função disso, mesmo que as diretrizes da política educacional permaneçam praticamente inalteradas durante vários anos, novas ações são programadas e o quadro educacional continua apresentando os mesmos desafios de sempre, notadamente no 1º grau.

Os diagnósticos sobre o 1º grau se repetem e enfatizam a existência de déficits de escolarização, com 7 a 8 milhões de crianças de 7 a 14 anos que não estudam; a taxa de repetência chega a 22% dos alunos ao longo das 8 (oito) séries, sendo que nas duas primeiras séries a repetência atinge à metade; a evasão escolar está ao redor dos 10%; a distorção idade/série atinge a mais de 75% dos alunos; a taxa de conclusão tardia pega um contingente de 80% dos concluintes; o rendimento do sistema educacional revela que não mais de 20% dos que iniciam a 1ª série concluem o 1º grau em 8 (oito) anos; e assim por diante.

O fenômeno alarmante, portanto, é a seletividade do sistema, que funciona como um gargalo. De um modo geral, a capacidade escolar fica absorvida pelo contingente dos que repetem, dificultando um ritmo de expansão e melhoria na qualidade do ensino, de forma a atingir o universo das crianças de 7 a 14 anos de idade, para o qual o Estado tem o dever constitucional de prover educação.

O grande desafio que está sendo colocado novamente é o de oferecer oportunidades educacionais a todos aqueles que se encontram à margem do sistema escolar, ao mesmo tempo que garantindo-lhes a permanência e a qualidade no ensino. Na verdade, faltam condições materiais e organizacionais para o funcionamento das escolas de 1º grau, dado que falta disponibilidade e adequação de instrumentos pedagógicos para o professor e de livros e outros materiais para os alunos.

Apesar do grande esforço educacional que vem sendo feito, persistem sérios problemas no ensino do 1º grau e que dificultam o funcionamento das escolas, como revela uma pesquisa recentemente concluída (CASTRO e

FLETCHER, 1986). Alguns resultados valem ser destacados:

a) Os prédios escolares, apesar de jovens - na medida em que cerca de 45% foram construídos depois de 1972 e 20% depois de 1980 -, revelam um esforço inacabado e que a escola típica do brasileiro é incompleta;

b) Em 27,3% das escolas não existia água corrente (nem poço, nem nascente). Esta situação caracterizava 48% das escolas do Nordeste;

c) Apenas 55,4% das escolas tinham banheiro dentro do prédio, enquanto que 24,9% não o tinham de espécie alguma. Das que tinham banheiro, em apenas 49% as instalações estavam em bom estado. Nas demais, 35,4% estavam em estado precário e 15,6% em estado péssimo;

d) Somente 49,7% das escolas tinham esgotos ou fossas sépticas. As demais tinham fossas rudimentares ou não dispunham de quaisquer recursos de esgotamento de dejetos;

e) Apenas 52,4% das escolas tinham filtros para água;

f) Cerca de 52% das escolas tinham luz elétrica;

g) Somente 31,9% das escolas estavam limpas. Em 14,1% o estado era péssimo e em 54% era razoável;

h) Em todo o País, apenas 27,1% das escolas tinham bom estado, não necessitando de conservação ou reforma. Em 43,1% eram necessárias pequenas reformas e em 29,8% uma grande reforma.

Este conjunto de números delineia uma situação deplorável para o prédio escolar brasileiro, como concluem os autores da pesquisa. Não é por outra razão que tanto o I PND-NR, quanto o Programa de Prioridades Sociais 1986 acentuam que, ao lado da diretriz principal de assegurar o acesso de todos ao ensino de boa qualidade, é fundamental melhorar as condições de funcionamento das escolas, que estão precariamente instaladas e em estado lamentável de conservação. Como anotam CASTRO e FLETCHER, é como se as escolas tivessem sido abandonadas antes que estivesse terminada a sua construção.

Mas a escola de 1º grau também não vai bem em termos de equipamentos que contribuem para o aprendizado dos alunos:

a) Em 24,7% das escolas não havia sequer uma mesa para o professor(a), que deveria ser um dos objetos mais simples de uma sala de aula;

b) Em 28% não havia bancos suficientes na sala para os alunos. Além do déficit de lugares para os alunos se sentarem, 35,4% dos bancos existentes estavam em mau estado;

c) Enquanto giz e quadro negro existiam em praticamente todas as salas de aula, o mesmo não acontecia com o mapa (74,6% das escolas não tinham um mapa pendurado na sala), com cartazes nas paredes (48,9% não tinham qualquer outro equipamento didático ou material de ensino).

Como se observa, são equipamentos muito simples e cujo custo é deveras modesto pela importância que possuem para o aprendizado.

O Programa Educação para Todos, dentro da prioridade nacional conferida à educação básica, reúne precisamente um conjunto de ações voltadas para a efetiva democratização das oportunidades educacionais e para a formação da cidadania, visando à efetiva participação de todos na vida cultural e política do país. Neste sentido, vale ressaltar que as metas na área educacional dirigem-se à solução dos problemas já referidos e assim proporcionar condições concretas de alteração do quadro educacional brasileiro a nível do 1º grau, e que atinge a criança, principalmente, pobre, nos seus primeiros anos de formação.

O 2º grau também precisa ser melhorado e ampliado, uma vez que a seletividade é acentuada. Ele alcança apenas 23% dos jovens entre 15 e 19 anos de idade. De seus alunos, apenas 15,6% originam-se de famílias com renda mensal até três salários mínimos, enquanto 65% vêm de famílias com mais de cinco salários mínimos de rendimento. Além disso, cerca de 52% dos estudantes vêem-se obrigados a freqüentar cursos noturnos, geralmente de qualidade inferior, predominando nesta situação os que precisam trabalhar e estudar (SEPLAN-PR, 1985a).

BIBLIOGRAFIA CITADA E UTILIZADA

1) AMIGO e BRITO (1983). "As variáveis sócio-demográficas e sua relação com a estrutura agrária e o estado nutricional dos menores de 6 anos." Recife, Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (mimeografado).

2) BARRETO (1984). "Nordeste: um programa de emergência para a geração de emprego na Região." Revista Rumos do Desenvolvimento. Volume 8, nº 47, maio/junho.

3) BILAC (1978). Famílias de Trabalhadores: estratégias de sobrevivência. São Paulo, Editora Símbolo.

4) CALSING (1983). "Extensão e Características da Pobreza no Brasil". Brasília, CNRH/IPEA e UNICEF.

5) CALSING (1984a). "Possibilidades e Limites de Políticas de Emprego no Brasil: uma análise preliminar na ótica da política social." Brasília, UnB (mimeografado).

6) CALSING (1984b). "Caracterização Sócio-Econômica e Demográfica dos Menores e Suas Famílias no Nordeste: 1970 e 1977." Brasília, CNRH/IPEA e UNICEF.

7) CALSING (1985). "A pobreza e suas implicações demográficas." Rio de Janeiro, Centro de Estudos em População e Política Demográfica, Projeto O Segundo Brasil (mimeografado).

8) CALSING et allii (1980). "Educação nas Periferias Urbanas e no Meio Rural." Brasília, MEC/INEP (mimeografado).

9) CALSING et allii (1983). "Base de Dados para Cálculo da Taxa Bruta de Mortalidade no Brasil: 1960/70 e 1970/80." Brasília, CNRH/IPEA, Volumes I e II (mimeografado).

10) CÂMARA DOS DEPUTADOS (1976). A Realidade Brasileira do Menor. Brasília, Centro de Publicações.

11) CARVALHO e WOOD (1970). "Renda e Concentação da Mortalidade no Brasil." São Paulo, Estudos Econômicos, Vol. 7, nº 1.

12) CASTRO e COIMBRA (1985). O Problema Alimentar no Brasil. São Paulo, Almed Editora.

13) CASTRO e FLETCHER (1986). "A Escola que os Brasileiros Freqüentaram em 1985." Brasília, CNRH/IPEA e PNUD/OIT (mimeografado).

14) CEI/SEPLAN-BA (1985). Indicadores Sociais. Salvador, Estudo Especial de Caracterização Sócio-Econômica do Menor no Estado da Bahia.

15) CEPAL-UNICEF (1981). Pobreza Critica en la Niñez: América Latina y el Caribe. Santiago do Chile.

16) CNRH/IPEA (1982). "Educação Brasileira." Brasília (mimeografado).

17) CNRH/IPEA e UNICEF. "Estatísticas sobre a Situação do Menor no Brasil: 1980." Brasília (mimeografado).

18) COMISSÃO (1970). "Relatório da Comissão Nacional de Saúde Mental dos Estados Unidos." Citado por CÂMARA DOS DEPUTADOS (1976).

19) DAL-ROSSO e RESENDE (1986). As Condições de Emprego do Menor Trabalhador. Brasília, Thesaurus Editora.

20) DEMO (1980). Educação, Cultura e Política Social. Porto Alegre, FEPLAN.

21) DIDONET (1979). "Atendimento ao Pré-Escolar". Brasília, MEC.

22) FERREIRA (1979). Meninos de Rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, CEDEC.

23) FIPE e USP (1984). "Recessão Mundial e Infância." Estudos Econômicos, Vol. 14, número especial.

24) GOUVEIA (1982). "Trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude." São Paulo (mimeografado).

25) GWATKIN et allii (1979). "Can Intervention make a difference? The policy implications of field experiment experience." Washington, Report to the World Bank, Overseas Development Council.

26) IBGE (1976). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, tabelas especiais.

27) IBGE e UNICEF (1982a). Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: aspectos nutricionais 1974-75. Rio de Janeiro.

28) IBGE e UNICEF (1982b). Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: características sócio-demográficas 1970-1977. Rio de Janeiro.

29) IBGE e UNICEF (1984b). Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: situação de saúde 1981. Rio de Janeiro.

30) IDESP/MTb (1983). "Menor Trabalhador e a Formação Profissional: análise de estatísticas secundárias sobre o menor trabalhador." São Paulo (mimeografado).

31) IPLANCE/SEPLAN-CE (1980). O Trabalho do Menor no Setor Informal - Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará.

32) LESER (1975). "Crescimento da População da Cidade de São Paulo entre 1950 e 1970, e seu Reflexo nas Condições de Saúde Pública." Ciência e Cultura 27.

33) LIMA (1984). "Política de Emprego no Brasil: avaliações e sugestões". Brasília, Texto para Discussão nº 128, Departamento de Economia da UnB.

34) MACÊDO (1981). "Avanços na Política Nacional de Emprego." Brasília, Discurso proferido no Seminário sobre Emprego, Ministério do Trabalho.

35) MACÊDO (1983). "A Urgência de uma Política de Emprego." Discurso do Ministro do Trabalho proferido na ESG, em agosto de 1983.

36) MACEDO (1984). "A Crise e as Crianças Brasileiras: o caso do Estado de São Paulo." Estudos Econômicos, vol. 14, número especial.

37) MARTINE e CAMARGO (1983). "Crescimento e Distribuição da População Brasileira: tendências recentes." Brasília, Documento de Trabalho nº 5, CNRH/IPEA.

38) MEC (1980). III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto: 1980-1985. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação.

39) MONTEIRO (1982). "Contribuição para o Estudo do Significado da Evolução do Coeficiente de Mortalidade no Município de São Paulo nas três últimas Décadas (1950-1979)." São Paulo, Revista de Saúde Pública 16.

40) MONTEIRO et allii (1980). "Mortalidade no primeiro ano de vida e distribuição de renda e de recursos públicos de saúde." São Paulo, Revista de Saúde Pública 14.

41) MONTEIRO et allii (1984). "Estudo antropométrico-nutricional de pré-escolares de áreas de baixa renda do Estado de São Paulo, Brasil." São Paulo, Revista de Saúde Pública 18.

42) MOREIRA (1984). "Diferenciais de Mortalidade no Nordeste por Sub-Regiões." Recife, CONDEPE (mimeografado).

43) MOURA (1982). Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis, Editora Vozes.

44) MPAS/LBA (s/d). "Projeto Integrado de Atendimento à Criança: o sistema interno de informação do Programa de Complementação Alimentar." Rio de Janeiro (mimeografado).

45) MPAS e UNICEF (1982). Propostas para o Atendimento a Crianças Carentes de 0 a 6 Anos de Idade, Brasília.

46) MTb (1981). "Estimativas da PEA por sexo e idade". Brasília (mimeografado).

47) MTb/SES (vários anos). Boletim Emprego e Salário. Brasília.

48) OIT (1983). Trabajo Infantil, Pobreza y Subdesarrollo. Ginebra.

49) OPAS (1984). "La mortalidad infantil en las Américas." Boletín Epidemiológico, vol. 5, nº 4.

50) PAIVA (1969). "A Questão do Menor e a Pobreza Familiar." Rio de Janeiro, Trabalho apresentado ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (mimeografado).

51) PELIANO et allii. "O problema alimentar brasileiro: situação atual, perspectivas e proposta de políticas." CNRH/IPEA, Documento de Trabalho nº 11.

52) RIEDEL (1977). "Nordeste: níveis e evolução recente da fecundidade feminina." Recife, Banco do Nordeste do Brasil (mimeografado).

53) RIEDEL e HOLDER (1978). "Dimensão e Componentes do Crescimento Demográfico no Nordeste." São Paulo, Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.

54) SARAIVA (1983). Sociedade e Menor Infrator. Brasília, MPAS/FUNABEM.

55) SARNEY (1986). Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília.

56) SEPLAN/PR (1985a). Ações Sociais Prioritárias para 1986: proposições preliminares. Brasília, Coordenadoria de Comunicação Social.

57) SEPLAN-PR (1985b). I PND da Nova República: 1986-1989 (Projeto). Brasília, Coordenadoria de Comunicação Social.

58) SHRIMPTON (1986). A Ecologia da Desnutrição. Brasília, CNRH/IPEA e UNICEF, Série Instrumentos para a Ação nº 3.

59) SILVA (1985). "O Angustiante Problema da Fome." Brasília, Fundação de Assistência ao Estudante do MEC, Discurso proferido pelo Presidente da FAE na abertura do Seminário Internacional sobre Programas de Apoio Alimentar.

60) SILVA et allii (1984). "A Questão do Desemprego no Brasil e os Programas Especiais de Emprego." Brasília, Documento de Trabalho nº 13, CNRH/IPEA.

61) SIMÕES (1981). "O Quadro da Mortalidade por Classes de Renda: um estudo de diferenciais nas Regiões Metropolitanas (Núcleo e Periferia)." Rio de Janeiro, IBGE, Série Estudos e Pesquisas nº 09.

62) SPINDEL (1985). O Menor Trabalhador: um assalariado registrado. São Paulo (Nobel) e Brasília (MTb), Coleção Estudos Econômicos e Sociais da FIPE.

63) SUDENE (1983). Indicadores Sociais do Nordeste (1970-80). Recife, Divisão de Estudos, Análises e Diagnósticos da CPR.

64) SUDENE (1984). Aspectos Gerais da Economia e Sociedade do Nordeste. Recife, Volume 2 da Série Projeto Nordeste.

65) SUDENE (1985). Aspectos do Quadro Social do Nordeste. Recife, Divisão de Estudos e Diagnósticos da CPR, 2ª edição.

66) TEUBAL (1982). "Nutrición, Desarrollo e Política: elementos para el análisis de sus interrelaciones." Desarrollo Económico, vol. 22, nº 87.

67) THOMÉ et allii (1982). "Prática Contraceptiva Atual em Alguns Estados Brasileiros." Anais do Terceiro Encontro Nacional da ABEP, Vitória.

68) UNICEF (1984). Situação Mundial da Infância. Brasília.

69) UNICEF (1985). Situação Mundial da Infância. Brasília.

70) UNICEF (1986a). "O Lado Brasileiro." Encarte da Situação Mundial da Infância: 1986.

71) UNICEF (1986b). Situação Mundial da Infância. Brasília.

72) UNICEF (1986c). "Saúde ao Alcance de Todos." Encarte da Situação Mundial da Infância: 1986.

73) VETTER e SIMÕES (1980). "Acesso à Infra-Estrutura de Saneamento Básico e Mortalidade." Rio de Janeiro, IBGE, Boletim Demográfico 10(4).

74) VISÃO (1985). "A Supersafra não Mata a Fome." São Paulo, Revista Visão, 23 de outubro de 1985.

75) YUNES e RONCHEZEL (1974). "Evolução da Mortalidade Geral, Infantil e Proporcional no Brasil." São Paulo, Revista de Saúde Pública 8.

76) ZYLBERSTAJN et allii (1985). A Mulher e o Menor na Força de Trabalho. Brasília (MTb) e São Paulo (Nobel), Coleção Estudos Econômicos e Sociais da FIPE.

POBREZA NO BRASIL

- uma análise recente -

Ramonaval Augusto Costa

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é fazer uma avaliação global e atual das condições de pobreza no Brasil, sem contudo entrar em grandes detalhes, mas procurando estudar a situação por regiões e por grupos de pessoas acima ou abaixo de certas linhas de pobreza.

O crescimento econômico dos últimos 20 anos desmistificou a idéia de que o crescimento é capaz de erradicar a pobreza. A pobreza, sendo relativa, é possível entendê-la como fruto do próprio crescimento econômico. Assim, quando o crescimento econômico é localizado, é especializado, pode tornar ainda mais aflitivas as condições de pobreza dos grupos que ficam à margem desse crescimento. Por exemplo, quando, em qualquer sociedade, se introduz a produção de determinados bens que só podem ser consumidos por uma pequena parcela privilegiada da população, conclui-se, sem receio, que o restante da população está, relativamente, empobrecida pelo fato de não ter acesso aos novos produtos.

No caso do Brasil, a história do crescimento econômico mostra que os setores fundamentais de dinamismo econômico foram aqueles que se prestaram ao famoso processo de substituição de importações, atendendo à demanda de produtos importados. Esse tipo de crescimento, que privilegia a produção de bens especiais, como os bens de luxo, altera a própria natureza da pobreza, que, às vezes, floresce com sintomas de patente anormalidade. Este é o caso de famílias subnutridas, mal vestidas, morando em barracos, nos mangues e nas favelas, porém com televisão a cores, etc.

Neste trabalho não vamos entrar em detalhes tão substanciais. Queremos, apenas, justificar que a pobreza e o crescimento econômico caminham juntos, principalmente no Brasil, onde as características do processo de acumulação não levaram à produção de bens de consumo de massa, mas sim, à de bens duráveis que, ainda hoje, após mais de 20 anos de crescimento, não são acessíveis a uma parcela muito grande da população que trabalha.

Analisaremos, primeiro, alguns critérios para estabelecer linhas de pobreza. Em seguida, mostraremos a evolução da população pobre, desde 1976 até 1984, para depois entrar em detalhes regionais e de grupos especiais considerados como pobres. Da análise comparativa das variações da renda e da população, ocorridas entre 1980 e 1983, poderemos avaliar a redução dos níveis de renda real de certos grupos como consequência do nefasto arrocho salarial praticado pelo governo revolucionário a partir de 1983, com as sucessivas alterações das leis salariais, na tentativa frustrada de combater a inflação (COSTA, 1985b).

A última parte versará sobre a coexistência da pobreza e da desigualdade, tanto na Região Rica como na Região Pobre, procurando ressaltar suas peculiaridades fundamentais.

As modificações recentes da Política Econômica serão rapidamente mencionadas na conclusão, com vistas a identificar possíveis conseqüências das perdas salariais "a priori" impostas, sem discriminar as classes mais pobres da população.

1. POBREZA: CONCEITOS E VISÃO GERAL

Na apresentação chamamos atenção sobre o caráter relativo da pobreza. Sendo assim, a pobreza, além de sua existência em função de razões seculares da organização das sociedades, como, por exemplo, da rigidez de seus valores, também pode existir em função da modalidade de crescimento a que as nações estão sujeitas.

Nestas condições, um tratamento objetivo, inequívoco e atemporal da pobreza parece impossível. Qualquer caracterização estará sempre sujeita a crítica em função de divergências conceituais. Apesar disso, cremos que os critérios que nortearão este documento darão indicações insofismáveis sobre o crescimento da pobreza em período recente.

Toda definição de pobreza tem como conseqüência prática a identificação dos pobres de uma dada sociedade. De acordo com Sen, existem dois métodos para identificar os pobres: o método direto e outro baseado na renda. O método direto se baseia nas necessidades insatisfeitas dos indivíduos. Nestes termos, o consumo insuficiente de bens e serviços é que vai caracterizá-los como pobres. O método baseado na renda determina o rendimento mínimo acima do qual os indivíduos não serão considerados pobres. Apesar da simplicidade desse último método, não é tão fácil aplicá-lo na prática. A determinação da renda mínima apresenta muitas dificuldades metodológicas (NACIONES UNIDAS, 1985).

Em virtude dos objetivos deste trabalho e da disponibilidade dos dados, optamos pelo segundo método, ou seja, a determinação do número de pobres em função dos níveis de renda. Esta alternativa, no caso brasileiro, é a mais viável em função da disponibilidade das informações sobre a renda.

A identificação da pobreza com base na renda individual tem suas vantagens e desvantagens. Entre as vantagens destacamos a possibilidade de se realizar o trabalho. O Brasil é um país cujo patrimônio de informações sobre renda vem aumentando desde o Censo de 1960 com a introdução da pergunta sobre a renda individual. As pesquisas nacionais por amostras de domicílios (PNAD), além dos censos, constituem-se num conjunto de informações anuais sobre a renda individual. Além de sua disponibilidade, a renda é um indicador individual com capacidade de satisfazer necessidades sem se envolver com os valores sociais de qualquer comunidade. Por fim, o uso da renda facilita a determinação das linhas de pobreza sem se considerar hábitos e costumes da comunidade.

As desvantagens do uso da renda são provenientes das dificuldades na obtenção da sua informação. As dificuldades mais comuns com essa variável são a superestimação das rendas mais baixas e a subestimação das mais elevadas; a identificação da natureza da renda em termos de bruta ou líquida; o grau de monetarização da economia como um todo ou de um setor econômico (se considerarmos recebimentos "in natura" no setor agrícola); a não identificação dos aspectos mais contundentes da pobreza, como a subnutrição por alimentação inadequada e as doenças crônicas e endêmicas decorrentes da falta de condições de infra-estrutura para pessoas com o mesmo nível de renda; e as diferenças na defasagem do recebimento do fluxo de renda (diferenciando as condições de rendimento rural e urbano).

Portanto, o nível de renda, em que pese as dificuldades na sua manipulação, ainda é o instrumento mais útil e prático para uma avaliação ampla e rápida da pobreza. As indicações sobre a pobreza, com base na renda, podem servir de motivo para análises posteriores mais detalhadas em termos de consumo de bens e serviços, considerando a satisfação de determinadas necessidades entendidas como fundamentais para um digna sobrevivência (KNIGHT e MORAN, 1984).1/

Na avaliação da pobreza é fundamental considerar o total de pobres em termos absolutos e em termos relativos. Com este procedimento contorna-se um erro muito comum: o de comparar percentagens cujas bases se alteram no tempo e no espaço. Quando se diz que, em termos relativos, o total de pobres em São Paulo é inferior ao total de pobres em Minas Gerais, não se quer dizer que o número absoluto de pobres em São Paulo seja inferior ao número absoluto de pobres em Minas Gerais. O total de pobres, em termos absolutos, dá a idéia da dimensão do problema, ou seja, o total de indivíduos carentes de recursos e de apoio por parte da sociedade. Sendo assim, uma pobreza relativa de 20% poderá ser um grande problema, ao passo que uma pobreza relativa de 40% não o será, quando, em termos absolutos, por exemplo, os 20% corresponderem a 8 milhões de pessoas e os 40% corresponderem a 1 milhão apenas. Sempre é necessário ter presente as duas fontes de dados, pois elas complementam e enriquecem o tema em discussão.

Não teremos meios de qualificar melhor as condições de pobreza urbana e rural, já que a renda, apesar de suas vantagens, torna muito difícil a comparação entre as duas situações. O mesmo podemos dizer sobre a pobreza na Região Pobre. Mas é bastante razoável dizer que ser pobre entre os ricos é muito menos confortável do que ser pobre entre os pobres. No primeiro caso, os pobres são menos freqüentes e o efeito demonstração tem um peso enorme na conscientização de cada indivíduo a res

1/ Este trabalho dá uma visão ampla da pobreza, apresentando-a sob facetas diferentes.

peito de sua pobreza. Já no segundo caso, a maioria é pobre. Então, a pobreza não se apresenta, para todos, como um grande problema pessoal, já que o efeito demonstração é reduzido. De um lado, não ser pobre é a exceção e, de outro, ser pobre é a regra geral.

Os critérios com base na renda para identificação dos pobres tendem a ser objetivos e quantificáveis, perdendo, portanto, detalhes qualitativos muito relevantes. Estes aspectos qualitativos não serão objeto de avaliação aqui, apesar de reconhecermos que eles enriquecem a identificação da pobreza. O uso da renda para identificar os pobres não nos permite vislumbrar certas nuances que, ao serem tornadas explícitas, dão ao conceito de pobreza a sua verdadeira dimensão e complexidade (CALSING, 1983).[2/]

3. JUSTIFICATIVAS METODOLÓGICAS

Optamos pela caracterização da pobreza ou dos pobres através do rendimento, tendo em vista os objetivos gerais que norteiam as preocupações deste documento. Tal opção leva-nos, portanto, à escolha de linhas de pobreza baseadas na renda.

Existem vários métodos para determinar linhas de pobreza. Eles podem ser resumidos em três enfoques principais (NACIONES UNIDAS, 1985). O primeiro é denominado absoluto, o segundo relativo e o terceiro é uma combinação dos dois. O enfoque absoluto implica num padrão mínimo de vida no que se refere à nutrição, habitação, saúde e outras necessidades básicas. No caso deste documento, escolhemos o salário mínimo como um limite inferior, pois ele traz implícito um padrão mínimo de vida, ao nível da própria sobrevivência. Os níveis de salário mínimo: um, dois e mesmo três salários mínimos podem ser justificáveis como linha de pobreza, em função do reduzido poder de compra que eles representam. Basta lembrar que, em termos reais, um salário mínimo em março de 1986 era equivalente à metade (53,8%) do salário mínimo de fevereiro de 1964 (COSTA, 1986). Portanto, três mínimos hoje equivalem a um salário mínimo e meio de 1964 (HOFFMAN, 1985).[3/]

O enfoque relativo leva em consideração a interdependência que existe entre as linhas de pobreza e a distribuição da renda. Neste trabalho faremos uso dos quintis das distribuições, em vários períodos, com o objetivo próprio de indagar sobre a evolução da pobreza entre 1980 e 1984.

2/ Neste trabalho encontramos uma tentativa de relacionamento da variável renda, através da demarcação de níveis de pobreza, com variáveis demográficas, de emprego, de educação, de saúde, de nutrição, de saneamento e de posse de bens duráveis.

3/ Este autor defende o salário mínimo como linha de pobreza, mas adverte sobre a sua variabilidade, o que pode dar uma informação imprecisa sobre a pobreza.

Com base neste enfoque escolhemos como linha de pobreza o primeiro e o segundo Quintil e o primeiro Quartil, os quais agregam, respectivamente, 20%, 40% e 25% das pessoas mais pobres da população em cada momento de tempo. Com base neste critério procuramos identificar, juntamente com a linha de pobreza, uma percentagem constante de pobres para efeito de comparação. Não há necessidade de que eles sejam os mesmos em cada momento, mas apenas a constatação de que existe uma percentagem constante deles.

O critério para a demarcação de linhas de pobreza não apresenta, portanto, grandes dificuldades no seu estabelecimento. Ora temos o salário mínimo e seus múltiplos até três, ora temos os Quintis de renda ou melhor o 1º e 2º Quintis (L_1 e L_2).

Além desses critérios para o estabelecimento de linhas de pobreza, tendo implícito um padrão mínimo de vida, também dividimos o país em Região Rica e Região Pobre. O objetivo foi desagregar para ver onde a pobreza estaria crescendo mais rapidamente, ou onde ela apresenta características mais estáveis.

A Região Rica agrega Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A Região Pobre agrega Minas Gerais, Espírito Santo e toda a Região Nordeste. Não há dúvida de que esta divisão baseada apenas na renda "per capita" pode estar exposta a críticas por sua simplicidade. No entanto, em virtude de uma certa estabilidade nas desigualdades regionais, os dois grupos são razoavelmente aceitos como uma boa aproximação do que chamamos dos dois Brasis. A Região Rica inclui a Região Sul e parte da Região Sudeste que são, independentes da renda "per capita", as regiões mais ricas do país. A Região Pobre inclui todo o Nordeste que é, insofismavelmente, uma região decantada e por demais conhecida por sua pobreza.

A ênfase maior é dada para os anos de 1980, 1983 e 1984, tendo em vista as evidências sobre o crescimento da pobreza em período recente.

3. A POPULAÇÃO POBRE

Definidas as linhas de pobreza, seria interessante observar, através do tempo, a variação do total de pobres, considerando os últimos 10 anos, tanto na Região Rica como na Região Pobre, tomando por base as informações do Quadro 3.1.

3.1 - Linha de Pobreza de Um Salário Mínimo

Se considerarmos 1976 como ano inicial e 1984 como ano final, o número médio de pobres ou da PEA-ocupada recebendo no máximo um salário mínimo mensal variará de 12.507.691 a 15.412.732 pessoas. Portanto, um acréscimo de mais de 3 milhões de pobres nos últimos 8 anos. Se observarmos em termos relativos, parece haver uma certa estabilidade na parti

cipação dos pobres no total da PEA-ocupada. Em 1976, a Região Rica tinha cerca de 4.641.408 pessoas ganhando no máximo um salário mínimo, correspondendo a 24,4% da população economicamente ativa. A Região Pobre tinha 7.766.283 pessoas ganhando no máximo um salário mínimo, correspondendo a 55,3% da PEA. Em resumo, em 1976 a Região Rica agregava, na sua PEA, 24,4% e a Região Pobre 55,3% de pobres. Em outras palavras, um quarto da PEA na Região Rica e metade da PEA na Região Pobre eram pobres. Em verdade, tínhamos um país de pobres dentro do Brasil, cuja população não era das menores: cerca de 12 milhões de pessoas. As duas regiões apresentavam uma diferença aproximada de 3 milhões de pessoas pobres.

QUADRO 3.1

TOTAL DE POBRES POR REGIÃO, SEGUNDO DIFERENTES LINHAS DE POBREZA

1976/1984

REGIÕES	LINHAS DE POBREZA	ATÉ 1 SM		ATÉ 2 SM		ATÉ 3 SM	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1976	RICA	4.641.408	24,40	10.810.375	56,80		
	POBRE	7.766.283	55,30	11.333.152	80,60	...	
	TOTAL	12.507.691		22.143.527			
1977	RICA	5.189.064	25,60	11.643.914	57,50	14.616.332	72,13
	POBRE	8.561.218	57,90	12.012.593	81,20	13.120.035	88,72
	TOTAL	13.750.282		23.656.507		27.736.367	
1980	RICA	4.259.172	19,90	11.417.884	53,40	14.798.974	69,22
	POBRE	8.309.182	56,09	11.888.354	80,25	13.059.055	88,16
	TOTAL	12.435.550		23.436.182		28.078.516	
1983	RICA	5.626.200	24,65	11.955.507	52,38	15.904.169	69,68
	POBRE	9.723.979	56,56	13.547.947	78,81	15.045.139	87,52
	TOTAL	15.350.179		25.503.454		30.949.308	
1984	RICA	6.066.711	25,55	12.138.671	51.12	15.869.833	66,83
	POBRE	9.346.021	53,00	13.480.333	76,44	15.090.561	85,58
	TOTAL	15.412.732		25.619.004		30.960.394	

FONTE: FIBGE - PNAD de 1976/1977/1983/1984.
- CENSO DEMOGRÁFICO de 1980.

NOTA : a) A Região Rica agrega: RJ, SP, PR, SC, RS e DF.
b) A Região Pobre agrega: MG, ES e Região Nordeste.

Ao examinarmos as mesmas condições, em 1984, no final do governo anterior, vemos que a Região Rica comportava 6.066.711 pessoas ganhando no máximo um salário mínimo, representando cerca de 25,6% da sua PEA. A Região Pobre comportava, no mesmo ano, 9.346.021 pessoas ganhando no máximo um salário mínimo, representando cerca de 53% da sua PEA. Em 1984, a Região Rica tinha 1/4 e a Região Pobre metade de suas respectivas PEAs consideradas como pobres, isto é, ganhando no máximo um salário mínimo. Entre 1976 e 1984, a Região Rica aumentou, ao passo que a Região Pobre diminuiu a participação dos pobres. A diferença de mais de 3 milhões de pobres observada em 1976 foi ligeiramente aumentada, apesar disso.

Nos anos entre 1976 e 1984, em que as informações estão disponíveis, o crescimento absoluto da pobreza é confirmado, bem como a estabilidade da participação dos pobres no total das duas regiões. Somente em 1980, como os dados são do Censo, há uma indicação de menor incidência de pobres na Região Rica, distanciando-se para menos de 1/4 de sua PEA, e de uma maior incidência de pobres da Região Pobre, distanciando-se para mais da metade de sua PEA. Mas em 1983 os padrões voltam a se confirmar. Sendo assim, os dados do Censo, ainda que confirmem a tendência observada para o total, mostram uma evidência maior de pobres na Região Pobre. Na verdade, isto pode se dever apenas a um problema amostral, já que o total confirma a tendência observada desde 1976.

3.2 - Linha de Pobreza de Dois Salários Mínimos

No caso do Brasil, se alterarmos a linha de pobreza para dois salários mínimos, esta medida ainda é perfeitamente aceitável, em função do reduzido valor do salário mínimo vigente. Basta lembrar que, em termos de moeda forte, como o dólar, o salário mínimo não ultrapassa a casa dos 60 dólares mensais. Com esta nova linha de pobreza, em 1976, o total de pobres passava para 22.143.527 pessoas, significando que mais da metade da PEA era constituída de pobres. Temos assim, dentro do Brasil, um pujante país de pobres, cuja população, em 1976, não é das menores: cerca de 12 ou 22 milhões de pobres, dependendo da linha de pobreza considerada. Um Brasil pobre que é maior do que a Espanha, Portugal, Argentina, Holanda, Alemanha, etc.

Em 1976, na Região Rica, a PEA ganhando no máximo dois salários mínimos ultrapassava os 50%, totalizando 10.810.375 pessoas. Na Região Pobre, a PEA com as mesmas condições atingia cerca de 80%, totalizando 11.333.152 pessoas. Essas características se mantêm em 1984. Na Região Rica, os pobres representavam 51% da PEA e totalizavam 12.138.671 pessoas. Na Região Pobre eles representavam 76,44% da PEA e totalizavam 13.480.333 pessoas.

Com a alteração da linha de pobreza para dois salários mínimos, a Região Rica apresentava metade da sua PEA como pobres, ao passo que a Re

GRÁFICO 3.1

TOTAL DE POBRES E RICOS ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

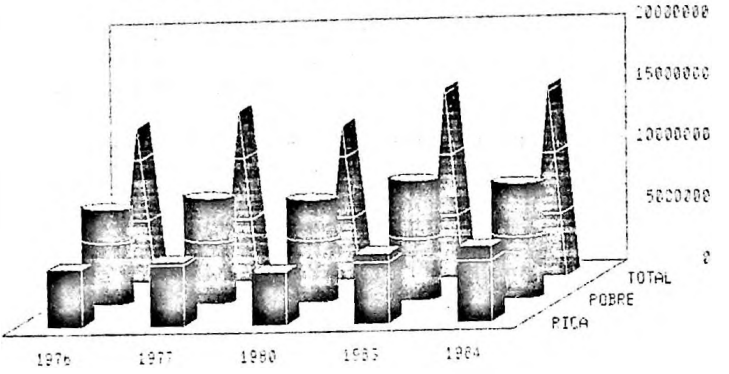


GRÁFICO 3.2

TOTAL DE POBRES E RICOS ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS

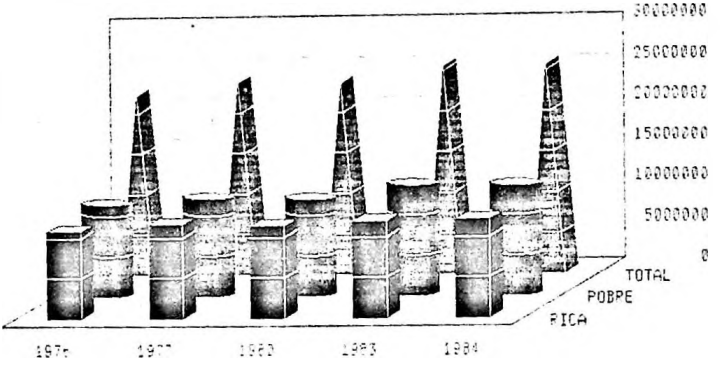
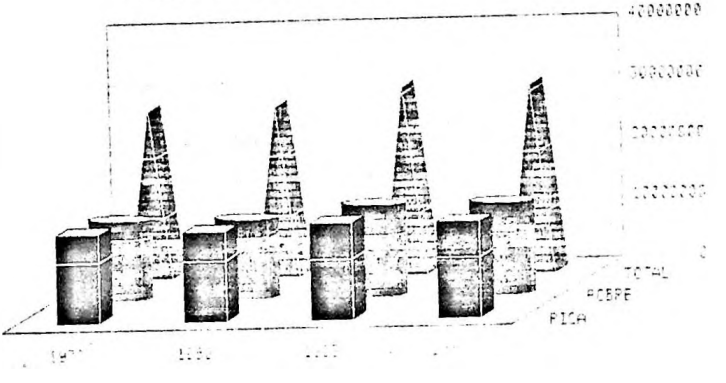


GRÁFICO 3.3

TOTAL DE POBRES E RICOS ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS



gião Pobre apresentava um pouco mais que 3/4. Os dados censitários confirmam esta relação, não havendo, portanto, distorções nos anos intermediários.

3.3 - Linha de Pobreza de Três Salários Mínimos

Se considerarmos a linha de pobreza como sendo igual a três salários mínimos, observamos que, em 1977, cerca de 27.736.367 pessoas da PEA podiam ser classificadas como pobres e, em 1984, este total atingia a 30.960.394 pessoas. Quando observamos a divisão em Região Rica e Pobre, parece evidente uma redução da pobreza em termos relativos, mostrando para a Região Rica, em 1977, 72,13% e, em 1984, 66,83% da PEA como pobres. Em termos absolutos, isso significou a passagem de 14.616.332 para 15.869.833 pessoas nos respectivos anos. Para a Região Pobre, em 1977, 88,72% e em 1984, 85,58% da PEA podia ser considerada pobre. Em termos absolutos, isso representou uma passagem de 13.120.035 para 15.090.561 de pessoas pobres nos dois anos considerados. Portanto, apesar da evidente redução em termos relativos, a pobreza em termos absolutos aumentou.[4/]

3.4 - Grande País Pobre

As informações do Quadro 3.1, sobre o total de pobres referidos às três linhas de pobreza, mostraram que existe um enorme país pobre dentro do Brasil e dentro das regiões Rica e Pobre. Na primeira, com a linha de pobreza de um salário mínimo, entre 1976 e 1984 observou-se uma estabilidade na participação relativa dos pobres que representaram cerca de 1/4 da PEA da região. Na segunda, em idênticas condições, a mesma estabilidade foi observada, mas com uma participação relativa de pouco mais da metade da PEA como pobres. Quando a linha de pobreza considerada passa a ser o nível de dois salários mínimos, a mesma estabilidade é observada na Região Rica, congregando a metade de sua PEA como pobres e a Região Pobre congregando 3/4 de sua PEA como pobres. Quando a linha de pobreza passa a três salários mínimos, observa-se uma redução na participação em termos relativos, passando de 72,1% para 66,8% da PEA na Região Rica entre 1977 e 1984, e passando de 88,7% para 85,6% da PEA na Região Pobre, no mesmo período.

Em termos absolutos a pobreza aumentou em qualquer linha de pobreza utilizada, chegando, em 1984, a atingir 15.412.732 pessoas ganhando no máximo um salário mínimo e 30.960.394 pessoas ganhando no máximo três salários mínimos. Em qualquer linha de pobreza, o que se constata é um

---

4/ Esta conclusão sobre a diminuição do percentual de pobres precisa ser admitida com reservas porque as linhas de pobreza aqui são níveis de salário mínimo. Estes níveis não são fixos, como chama a atenção o Professor HOFFMAN em seu trabalho referido anteriormente.

grande Brasil Pobre dentro do Brasil. Observa-se também o crescimento, em termos absolutos, desse Brasil Pobre desde 1976, como se procurasse preservar a sua posição relativa.

Esse grande país pobre se torna ainda mais significativo, mais preocupante, quando se sabe que, em média, para cada pessoa que trabalha existem pelo menos três outras que vivem em função da renda que aquela recebe, podendo ser filhos, esposa, parentes, etc.

Como os dados do Quadro 3.1 se referem, basicamente, à PEA - ocupada, o total da população pobre deve ser acrescido dessas outras três pessoas a que nos referimos. Sendo assim, e considerando apenas o ano de 1984, quando a linha de pobreza for de um salário mínimo, a população pobre estimada seria de 60 milhões de pessoas. Quando a linha de pobreza for de dois salários mínimos, a população pobre estimada seria de 100 milhões de pessoas. Por fim, quando a linha de pobreza for de três salários mínimos, essa população pobre estimada seria de 120 milhões de habitantes.

Independente da arbitrariedade que se comete no estabelecimento das linhas de pobreza, a população pobre do Brasil representa um grande país pobre, talvez um dos maiores países pobres do mundo. Não é nosso objetivo descrever detalhadamente esse grande país pobre que existe dentro do Brasil, mas o Quadro 3.1 sugere, inequivocamente, que, independente da linha de pobreza escolhida, esse país pobre vem crescendo em termos absolutos desde 1976.

Negar a existência dos dois "Brasis" é esquecer a realidade, é enveredar no caminho das hipóteses e iludir-se com o outro grande Brasil equiparado às grandes potências mundiais, o qual, em termos de capacidade produtiva, é considerado a 8ª potência mundial.

4. POBREZA: ANÁLISE RECENTE

O uso da linha de pobreza tendo por base o salário mínimo denuncia, como foi ressaltado na parte anterior, a existência de um persistente crescimento da pobreza absoluta e um certo grau de estabilidade no significado relativo dessa pobreza desde 1976. Mas as alterações, em termos relativos, não podem ser consideradas definitivas porque o salário mínimo, apesar de ter sido o salário que o governo mais procurou preservar seu valor real ao longo dos últimos 22 anos, apresentou uma significativa redução em termos reais. Sendo assim, a informação, em termos relativos, precisa ser reconsiderada para uma avaliação mais realista, tanto do número de pobres, como de sua participação na população em estudo.

Nestas condições, a solução é fixar o valor relativo e observar a variação da população em termos absolutos. Então podemos comparar, nes

ses últimos anos, ou seja, desde 1980 até 1984, o comportamento dos 20% mais pobres, dos 40% mais pobres, dos 60% mais pobres e dos 80% mais pobres. Para atender a essa solução e fazer uma avaliação mais precisa, utilizaremos os Quintis das Distribuições como linhas de pobreza, onde os valores relativos são fixos, alterando-se a população e o nível de renda correspondente à linha de pobreza escolhida. Essa apresentação da população, através de percentis, vem sendo utilizada para dar informações sobre a desigualdade da renda. No entanto, existem exemplos do seu uso para esclarecer e evidenciar aspectos da pobreza, ainda que em termos gerais (COSTA, 1985a).[5/]

É interessante lembrar que os Quintis (L_i) dividem a distribuição em 5 grupos, denominados Grupos Quintílicos. O exame dos dois primeiros grupos pode servir de instrumento de avaliação do crescimento da pobreza absoluta e do nível de renda correspondente (o Quintil), uma vez que, em termos relativos, todo Grupo Quintílico agrega 20% da população.

As evidências apresentadas na parte anterior sobre o número de pobres foram obtidas fixando um salário mínimo que, em verdade, não era fixo. Basta lembrar que, em termos reais, o salário mínimo de março de 1986 equivalia a pouco mais da metade do salário mínimo de 24-02-64, deslocando a linha da pobreza e informando, precariamenre, o total de pobres, tanto em termos absolutos como em termos relativos (COSTA, 1986).

4.1 - Brasil Total

Observando os Quintis da distribuição de renda para o Brasil, fica evidente que de 1980 até 1984 houve uma redução em termos reais da renda média de todos os Quintis. Do ponto de vista da pobreza, os Quintis mais relavantes são os três primeiros, ou seja, o L_1, a máxima renda dos 20% mais pobres, o L_2, a máxima renda dos 40% mais pobres e o L_3, a máxima renda dos 60% mais pobres da população. Esses três primeiros Quintis vêm tendo reduzidas as suas rendas reais de 1980 até 1984. O primeiro Quintil, que é o limite superior da renda dos 20% mais pobres, passou de Cr$489.290 em 1980 para Cr$369.306 em 1984, significando uma redução, em termos reais, de 24,53%. O segundo Quintil passou de Cr$833.231 em 1980 para Cr$656.579 em 1984, significando uma redução de 21,20%. Portanto, a renda máxima recebida pelos 20% e pelos 40% mais pobres apresentou uma redução de 24,53% e 21,20% respectivamente, significando um empobrecimento dos grupos mais pobres entre 1980 e 1984, já que a renda máxima desses grupos diminuiu em termos reais, conforme indica o Quadro 4.1.

5/ Neste documento foram usados os Quartis com objetivo semelhante para complementar evidências de desigualdade, como estabelecer linhas de pobreza com percentagem fixa. O uso dos Quintis é mais interessante para os objetivos desse trabalho, porque podemos utilizar os dois primeiros Quintis (L_1, L_2) como duas linhas de pobreza.

QUADRO 4.1
QUINTIS DE RENDA DA PEA-OCUPADA
BRASIL TOTAL

(Cr$ de novembro de 1985)

ANOS	Q U I N T I S				População Quintílica ou Grupo Quintílico
	L_1 20% + pobres	L_2 40% + pobres	L_3 60% + pobres	L_4 80% + pobres	
1980	489.290	833.231	1.278.861	2.425.635	7.913.220
1983	409.320	751.822	1.292.017	2.452.279	8.715.424
1984	369.306	656.579	1.118.938	2.253.352	9.032.015

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980.
- PNAD de 1983 e 1984

NOTA : O Salário Mínimo de novembro de 1985 era de Cr$600.000.

Resta lembrar que esses grupos ao longo do tempo correspondiam a diferentes parcelas da PEA-ocupada. Em 1980, os 20% mais pobres representavam 7.913.220 pessoas; em 1983 já eram 8.715.424 pessoas; em 1984 perfaziam 9.032.015 pessoas.Sendo assim, podemos concluir que, em 1984, os 40% mais pobres, ou seja, 18.064.030 trabalhadores ganhavam, no máximo, 1,09 vezes o salário mínimo, ao passo que, em 1980, os 40% mais pobres, ou seja, 15.826.440 trabalhadores ganhavam, no máximo, 1,389 vezes o salário mínimo de novembro de 1985.

Estas informações confirmam, portanto, que houve um empobrecimento recente quando examinamos os dados da distribuição da renda para o total do Brasil. Este fato também foi observado na seção anterior, quando examinamos o total de pobres sob a perspectiva dos vários níveis de salário mínimo.

Outro aspecto interessante que se observa nesse período é o distanciamento entre a renda mínima (L_4) dos 20% mais ricos e a renda máxima (L_1) dos 20% mais pobres. Em 1980, a renda do último Quintil (L_4) representava cerca de 4,96 vezes a renda do primeiro Quintil (L_1). Já em 1984 essa relação era igual a 6,10. Além da redução da renda real de todos os Quintis, esta relação foi maior para os primeiros Quintis, ou seja, para os de renda mais baixa, explicando, assim, a razão do distanciamento, em termos reais, entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos.

4.2 - Região Rica

O mesmo procedimento será seguido no caso da Região Rica, para sabermos se existem características diferentes daquelas observadas para o Brasil como um todo.

Os três primeiros Quintis (L_1, L_2, L_3) da Região Rica também apresentaram, conforme o Quadro 4.2, uma redução real da renda no período em questão. No primeiro Quintil, o limite superior da renda dos 20% mais pobres, passou de Cr$718.341 em 1980 para Cr$490.072 em 1984, significando uma redução, em termos reais, de 31,8%, um pouco mais elevada do que a redução observada para o Brasil como um todo. O segundo Quintil passou de Cr$1.084.965 em 1980 para Cr$1.046.874 em 1984, significando uma redução de apenas 3,5%, bem inferior ao que aconteceu com o mesmo Quintil para o Brasil. Portanto, o empobrecimento foi mais violento para os 20% mais pobres da PEA-ocupada na Região Rica, evidenciando uma diferença muito grande entre as perdas.

QUADRO 4.2
QUINTIS DE RENDA DA PEA-OCUPADA
REGIÃO RICA

(Cr$ de novembro de 1985)

ANOS	QUINTIS				População Quintílica ou Grupo Quintílico
	L_1 20% + pobres	L_2 40% + pobres	L_3 60% + pobres	L_4 80 + pobres	
1980	718.341	1.084.965	1.726.872	3.247.511	4.262.685
1983	577.538	1.078.542	1.697.819	3.172.998	4.564.835
1984	490.072	1.046.874	1.487.200	2.743.078	4.749.134

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980
- PNAD de 1983 e 1984

NOTAS: a) O Salário Mínimo de novembro de 1985 era de Cr$600.000.
b) A Região Rica agrega: RJ, SP, PR, SC, RS e DF.

Quanto ao distanciamento entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da PEA-ocupada na Região Rica, observa-se que houve um crescimento no distanciamento entre esses dois grupos.

4.3 - Região Pobre

A Região Pobre também apresenta uma redução na renda de todos os seus Quintis (L_1, L_2, L_3, L_4), quando passamos de 1980 para 1983 e de 1983 para 1984. O primeiro Quintil, ou seja, a renda máxima dos 20% mais pobres da PEA-ocupada diminuiu 22,80% em termos reais no período 1980-1984. O segundo Quintil, que é a renda máxima recebida pelos 40% mais pobres, diminuiu 20,70% em termos reais, apresentando, portanto, uma certa uniformidade de perda para os dois primeiros Quintis, os quais são mais adequados para a avaliação dos problemas de probreza no período. Essa perda vai se reduzindo na medida em que caminhamos para o terceiro e quarto Quintis. Nesse sentido, a Região Pobre se parece mais com o comportamento observado para o Brasil.

GRÁFICO 4.1

QUINTIS DE RENDA - PEA OCUPADA
BRASIL TOTAL

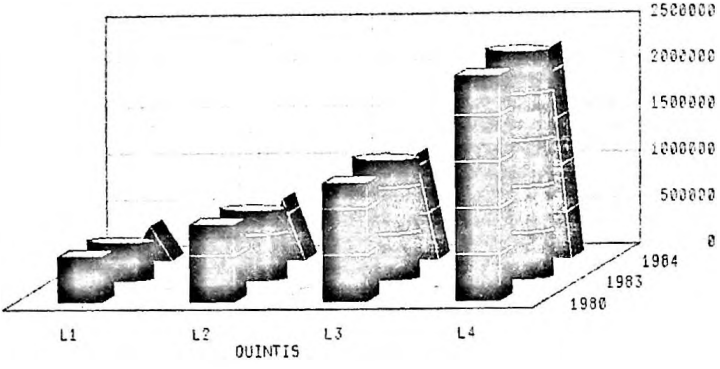


GRÁFICO 4.2

QUINTIS DE RENDA - PEA OCUPADA
REGIAO RICA - PRECOS NOVEMBRO/85

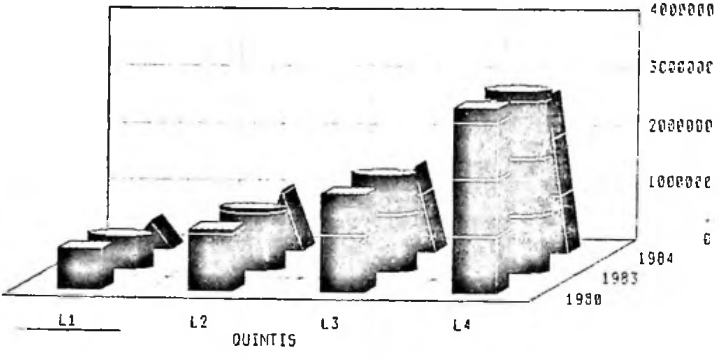
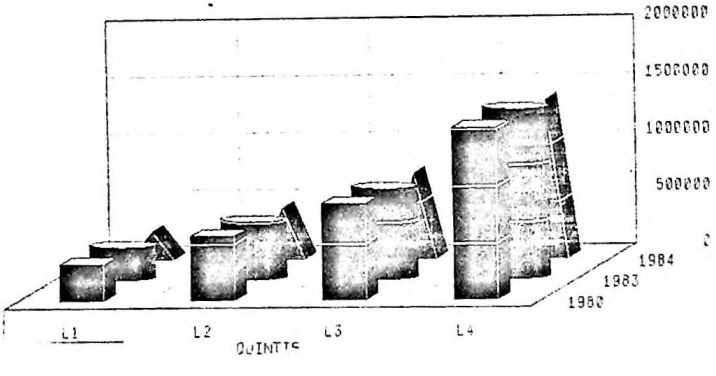


GRÁFICO 4.3

QUINTIS DE RENDA - PEA OCUPADA
REGIAO POBRE- PRECOS NOVEMBRO/85



QUADRO 4.3

QUINTIS DE RENDA DA PEA-OCUPADA

REGIÃO POBRE

(Cr$ de novembro de 1985)

ANOS	Q U I N T I S				População Quintílica ou Grupo Quintílico
	L_1 20% + pobres	L_2 40% + pobres	L_3 60% + pobres	L_4 80% + pobres	
1980	328.507	573.056	855.882	1.512.896	2.962.657
1983	292.259	514.910	800.198	1.489.085	3.438.259
1984	253.588	454.705	752.877	1.385.222	3.526.809

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980.
- PNAD de 1983 e 1984.

NOTAS: a) O Salário Mínimo de novembro de 1985 era de Cr$ 600.000
b) A Região Pobre agrega: MG, ES e Região Nordeste.

Sobre o distanciamento entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, na Região Pobre constata-se que também houve esse distanciamento.

A Região Pobre, apesar de ser pobre por definição, apresentou um crescimento real da pobreza dos trabalhadores que fazem parte da PEA-ocupada.

Quando relacionamos as duas regiões com o Brasil, parece claro que tanto o empobrecimento como o afastamento entre o grupo mais pobre e o grupo mais rico acontecem nessas regiões com padrões muito semelhantes ao que foi apontado para o Brasil como um todo. A grande diferença surge quando comparamos as duas regiões entre si.

Uma diferença é que, na Região Rica, cada Quintil correspondia a um número maior de trabalhadores. Valeria dizer que na Região Rica existiam mais pobres do que na Região Pobre, pelo menos em termos absolutos. Se considerarmos como pobres os 20% mais pobres, observa-se que a a renda máxima recebida por esse grupo era menor na Região Pobre, equivalendo a uma diferença de 54,30% em 1980, 49,40% em 1983 e 48,30% em 1984. A diferença entre as duas regiões, portanto, era muito marcante e significativa.

As duas regiões tinham o primeiro Quintil, ou seja, os 20% mais pobres, com sua renda sempre inferior ao salário mínimo de novembro de 1985 (Cr$600.000), com exceção do primeiro Quintil da Região Rica em 1980, que foi de Cr$718.341. Na Região Pobre, os 40% mais pobres tinham como máxima renda um valor inferior ao salário mínimo de novembro de 1985 em todos os anos. Na Região Rica, a renda do 2º Quintil era sempre superior ao salário mínimo de novembro de 1985, estando ao redor dos Cr$1.000.000. Aqui

fica clara a diferença entre a pobreza absoluta e a pobreza relativa. Quando fixamos os 20% mais pobres para ambas regiões, as rendas máximas correspondentes a este percentual, em cada região, diferem bem como a população de pobres, já que os 20% na Região Rica se referem a 4.262.685 pessoas da PEA-ocupada, e os 20% na Região Pobre se referem a 2.962.657 pessoas da PEA-ocupada em 1980.

No capítulo 3, em que procuramos avaliar o total de pobres, estabelecemos como referência o salário mínimo, sendo apresentadas as variações absolutas e relativas da renda e da população. Apesar disso, não é possível constatar se a pobreza, em termos absolutos, é maior na Região Rica. Contudo, se comparamos os 20% mais pobres, a Região Rica apresenta uma maior população. No Quadro 4.1 isto só fica evidente quando consideramos a linha de pobreza de até 3 (três) salários mínimos.

A comparação entre as duas regiões ressalta que os pobres são mais pobres, em termos de renda, na Região Pobre e os ricos são mais ricos na Região Rica, também em termos de renda, quando consideramos os 20% mais pobres como pobres e os 20% mais ricos como ricos. Por outro lado, observa-se que os 40% mais pobres da Região Pobre têm como máxima renda um salário inferior ao salário mínimo, enquanto na Região Rica isto apenas acontece com os 20% mais pobres.

O afastamento entre ricos e pobres, quando observado no tempo (1980-1984), parece ser maior na Região Rica do que na Região Pobre. Essa característica significa que na Região Rica a distância entre ricos e pobres é maior do que na Região Pobre. Tal resultado é interessante, apesar da diferença do distanciamento não ser muito grande. Ele dá uma indicação explícita de que a distribuição de renda na Região Rica é mais dispersa ou tem maior amplitude do que na Região Pobre.

A evidência básica desta parte do trabalho é de que, entre 1980 e 1984, observa-se um crescimento da pobreza, seja na Região Rica ou na Região Pobre. Em ambas as regiões, os 20% mais pobres se encontravam, em 1984, com uma renda máxima real inferior ao salário mínimo de novembro de 1985. Esta informação confirma que houve um empobrecimento generalizado dos grupos mais pobres da população.

Outro aspecto relevante é a enorme diferença entre os Quintis de renda da Região Pobre e os Quintis de renda da Região Rica. Através da comparação dos Quadros 4.2 e 4.3 fica patente a superioridade dos Quintis de renda da Região Rica, fazendo com que a máxima renda dos pobres seja mais elevada na Região Rica, o que é perfeitamente aceitável.

As reduções da renda real entre 1980 e 1984 para os grupos considerados pobres, tanto na Região Rica como na Região Pobre, evidenciam o insofismável crescimento da pobreza no Brasil (HOFFMAN, 1985).[6/]

6/ Este documento apresenta evidências semelhantes para o período 1980-1983, utilizando a renda média.

5. VARIAÇÕES DA POPULAÇÃO E DA RENDA

5.1 - Variações da População

A variação da população, basicamente a PEA-ocupada, no período recente de 1980 a 1984, para o total do Brasil, foi de aproximadamente 14,1% para todo o período; de 10,1% entre 1980 e 1983 e apenas 3,6% entre 1983 e 1984, variações significativas em termos de crescimento da PEA-ocupada.

Na Região Rica, este crescimento foi mais moderado. Entre 1980 e 1984 o crescimento foi de apenas de 11,4%; entre 1980 e 1983, de apenas de 7,1% e entre 1983 e 1984, de 4%, um pouco mais elevado do que para o total do Brasil.

Como não poderia ser de outra maneira, a variação da PEA-ocupada na Região Pobre foi mais elevada no período de 1980 a 1984, com uma variação de 19,0% e de 16,1% para o período compreendido entre os anos 1980 e 1983. Entre 1983 e 1984 a variação foi inferior à do Brasil e à da Região Rica.

QUADRO 5.1

VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PEA-OCUPADA EM CADA QUINTIL

1980/1984

ANOS / REGIÕES	1980/84	1980/83	1983/84
BRASIL	14,1	10,1	3,6
RICA	11,4	7,1	4,0
POBRE	19,0	16,1	2,6

FONTES: FIBGE - Censo Demográfico de 1980
- PNAD de 1983 e 1984.

Essas diferenças de crescimento do pessoal ocupado se devem aos diferentes motivos que norteiam o crescimento do pessoal ocupado na Região Rica e na Região Pobre, principalmente neste período de 1980 a 1984, quando se verificou uma redução do nível da atividade econômica. Como a economia da Região Pobre reflete o que acontece na Região Rica, isto pode explicar porque as variações diferem nas duas regiões.

As magnitudes da PEA-ocupada em cada quintil, em números absolutos, podem ser observadas no Quadro 5.2. Para o Brasil, cada 20% da população variou de 7.913.220 a 9.032.015 pessoas; na Região Rica variou de 4.262.685 a 4.749.134 e na Região Pobre a variação foi de 2.962.657 a 3.526.809. Para todas elas houve um acréscimo, e o maior deles só poderia ter ocorrido a nível do total, que é o resultado da soma dos valores das diversas regiões.

QUADRO 5.2

PEA-OCUPADA EM CADA QUINTIL

1980/1984

REGIÕES \ ANOS	1980	1983	1984
BRASIL (1)	7.913.220	8.715.424	9.032.015
RICA	4.262.685	4.564.835	4.749.134
POBRE	2.962.657	3.438.259	3.526.809

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980
- PNAD de 1983 e 1984

(1) As discrepâncias da soma das Regiões Rica e Pobre com o total do Brasil existem porque nessas duas regiões não foi incluída a Região Norte.

Neste termos, no que se refere ao aumento da população, fica evidente o seu crescimento e, portanto, o crescimento do total de pobres, já que os 20% mais pobres em cada região significam sempre um maior contingente de pobres em cada ano analisado. Quando examinamos a variação do período recente, tanto em termos relativos quanto absolutos,o total de pobres cresceu mais na Região Pobre. Ela apresenta uma variação de 19% no total dos 20% mais pobres e um acréscimo, em termos absolutos, de 564.152 pessoas. A variação na Região Rica foi inferior, uma vez que os 20% mais pobres apresentaram um aumento de 486.449 pessoas. O crescimento de ambas as regiões implicou num acréscimo superior a um milhão de pobres entre 1980 e 1984, ou seja, em apenas 5 anos.

5.2 - Variações de Renda

As variações da renda aqui discutidas se referem ao valor dos quatro Quintis. O valor de cada Quintil representa um nível de renda que serve de limite para os cinco grupos de 20% de pessoas. O primeiro Quintil é a máxima renda recebida pelo grupo dos 20% mais pobres; o segundo Quintil é a máxima renda recebida pelo grupo dos 40% mais pobres, e assim por diante.

Em verdade, a redução do valor dos Quintis não significa uma indicação inequívoca de pobreza, porque são poucas as pessoas que recebem, como renda, o valor do Quintil. Ele, o Quintil, funciona como uma linha de pobreza abaixo da qual temos 20%, 40%, etc. dos mais pobres da população. Portanto, sua redução significa um rebaixamento efetivo da linha de pobreza. Serve para termos uma idéia da direção do deslocamento salarial ocorrido com todo o grupo.

A evidência que temos é de que houve um grande deslocamento da distribuição de renda no período de 1980 a 1984 em todas as três regiões: Brasil, Rica e Pobre. O deslocamento foi negativo. A redução foi maior para o valor da máxima renda dos 20% mais pobres da Região Rica que atingiu a casa dos 31,8%. O Brasil, para o mesmo Quintil, apresentou uma redução de 24,5% e na Região Pobre ele reduziu-se em 22,8%, conforme mostra o Quadro 5.3.

QUADRO 5.3
VARIAÇÕES[1] DO VALOR DOS QUINTIS
SEGUNDO AS REGIÕES
1980/1984

QUINTIS \ REGIÕES	BRASIL	RICA	POBRE
20% mais pobres	-24,5	-31,8	-22,8
40% mais pobres	-21,2	- 3,5	-20,7
60% mais pobres	-12,5	-13,9	-12,0
80% mais pobres	- 7,1	-15,5	- 8,4

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980
- PNAD de 1983 e 1984

(1) São as variações para o período em questão da renda máxima recebida em cada grupo de pessoas mais pobres.

No caso dos 40% mais pobres, a Região Rica apresentou a menor redução, ao passo que o Brasil e a Região Pobre foram mais ou menos equivalentes, mesmo em relação aos demais Quintis, conforme podemos vislumbrar pelo exame do Quadro 5.3.

No período 1980/84 observamos a redução em todos os Quintis, independente da Região. Isto significa uma redução, em termos reais, das rendas que servem de linhas de pobreza para os cinco grupos determinados pelos quatro Quintis.

No período 1980/83 as mesmas características se repetem, com diferenças na intensidade da redução. Apenas uma única exceção, que é um acréscimo da renda máxima dos 60% e dos 80% mais pobres a nível de Brasil. Mas esse aumento é irrisório. O Quadro 5.4 ilustra esta informação.

No período 1983/84, como no período mais longo, todos os Quintis apresentam variações negativas, o que significa que mesmo entre 1983 e 1984 houve uma redução substancial do valor real da máxima renda dos 20% mais pobres, dos 40% mais pobres, etc., sugerindo, assim, que a elevada redução dos salários foi influenciada pela parafernália de leis sa

QUADRO 5.4

VARIAÇÕES[1] DO VALOR DOS QUINTIS
SEGUNDO AS REGIÕES
1980/1983

QUINTIS \ REGIÕES	BRASIL	RICA	POBRE
20% mais pobres	-16,3	-19,6	-11,0
40% mais pobres	- 9,8	- 0,6	-10,1
60% mais pobres	1,0	- 1,7	- 6,5
80% mais pobres	1,1	- 2,3	- 1,6

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980
- PNAD de 1983

(1) São variações para o período em questão da renda máxima recebida em cada grupo de pessoas mais pobres.

QUADRO 5.5

VARIAÇÕES[1] DO VALOR DOS QUINTIS
SEGUNDO AS REGIÕES
1983/1984

QUINTIS \ REGIÕES	BRASIL	RICA	POBRE
20% mais pobres	- 9,8	-15,1	-13,2
40% mais pobres	-12,7	- 2,9	-11,7
60% mais pobres	-13,4	-12,4	- 5,9
80% mais pobres	- 8,1	-13,5	- 7,0

FONTE: FIBGE - PNAD de 1983 e 1984

(1) São as variações para o período em questão da renda máxima recebida em cada grupo de pessoas mais pobres.

lariais iniciada com o Decreto-Lei 2012 até o Decreto-Lei 2065, todos com o objetivo explícito de combater a inflação.

O estudo das variações da população e da renda evidencia que as variações de população foram inferiores às variações das linhas de pobreza, mormente no que se refere à renda máxima dos 20% mais pobres, permitindo assim concluir que a redução das linhas de pobreza não foi apenas

conseqüência de acomodação de novos contingentes de pessoas ocupadas com baixos salários. Houve, de fato, redução salarial para todos os níveis de renda, em função das políticas salariais adotadas no período de 1980 a 1984. Mas o relevante não é identificar a causa da redução real dos salários, e sim constatar que de fato houve redução e ela teve seus efeitos sobre o contingente de trabalhadores pobres.

6. POBREZA E DESIGUALDADE

6.1 - Considerações Gerais

O crescimento econômico das últimas décadas não foi suficiente para acabar nem diminuir com a pobreza. Conforme salientamos, este crescimento trouxe consigo um aumento da pobreza em função do aumento de necessidades não satisfeitas e em função de expectativas frustradas por parte dos trabalhadores. Estamos hoje, em 1986, numa situação de pobreza mais severa, mais injusta e talvez menos aceitável e justificável do que no passado. Isto porque temos um Brasil rico, moderno e desenvolvido, comparável aos países mais ricos do mundo, ao lado de um Brasil pobre, tradicional e subdesenvolvido, comparável aos países mais pobres da época pré-capitalista.

A convivência desses dois "Brasis", mesclados ao longo dos vários estados e regiões, torna a existência dos pobres mais dramática, mais angustiante em função do efeito demonstração. Ser pobre entre os pobres é menos desconfortante do que ser pobre entre os ricos. A conscientização da pobreza é desagradável e revoltante.

Outro aspecto que torna a pobreza indesejável e contraditória é o grau de desigualdade da renda e da riqueza existente no país. A existência de um elevado grau de desigualdade de renda é uma indicação de que a pobreza pode ser atenuada, desde que se tomem algumas medidas no sentido redistributivo, tentando elevar o padrão de vida dos menos favorecidos. Isto exige ação do governo, porque o mercado, por si só, não possui mecanismos que levem à uma situação mais equitativa da renda (COSTA, 1977). 7/

A eliminação da pobreza, através da redução das desigualdades sociais e econômicas com base na renda ou outros ativos, não constitui uma ação caritativa, nem de preocupação humanística. É uma ação com fundamentação econômica bem sólida. Existe um custo para se manter uma sociedade muito desigual, onde convivem dois grupos extremamente diferentes em termos de poder de compra e nível de bem-estar sócio-econômico.

7/ Este trabalho discute o crescimento da desigualdade entre 1960 e 1970, mostrando que vários autores, com metodologias diferentes, foram unânimes em constatar o crescimento da desigualdade na distribuição da renda, que se prolonga até nossos dias.

Essas diferenças são fonte de desassossego social, com efeitos negativos sobre toda a comunidade. A liberdade que tanto almejamos se torna aparente e ilusória, porque a distribuição que não é realizada de acordo com as necessidades termina se consumando através da violência e do desespero de um assalto, às vezes insignificante, mas que põe a vida de muitas pessoas em permanente ameaça e perigo.

Desde que a FIBGE tornou disponíveis as informações sobre a distribuição de renda no Brasil em 1960, observamos um crescimento permanente da desigualdade de renda como ilustra o Quadro 6.1. Mesmo recentemente os níveis da desigualdade de renda não foram abalados pelas políticas salariais implementados entre 1979 e 1985, uma vez que a Razão de Concentração de Gini, em 1984, não difere, significativamente, da observada em 1980, por ocasião das crises. A comparação de informação do Censo com as informações da PNAD-84 envolve diferenças metodológicas e que culminam na subestimação do grau de concentração indicado pela Razão de Concentração de Gini.

QUADRO 6.1

RAZÃO DE CONCENTRAÇÃO DE GINI

BRASIL

1960-1984

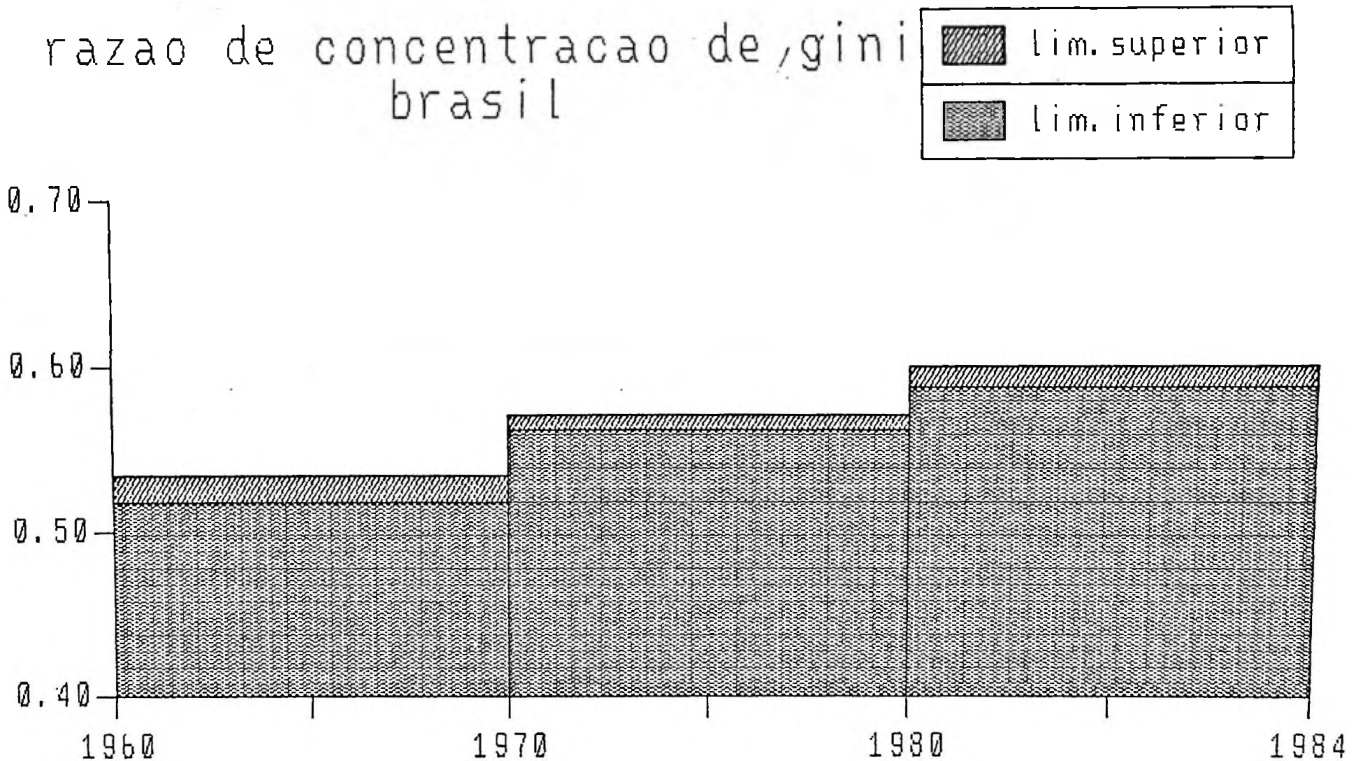
DESIGUALDADE / ANOS	G I N I	
	Limite Inferior	Limite Superior
1960	0.518	0.535
1970	0,562	0.571
1980	0.588	0.600
1984 (1)	0.575	0.597

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980
- PNAD de 1984.

(1) O ano de 1984 refere-se à PNAD do mesmo ano, que possui aspectos metodológicos diferentes em comparação com os censos.

A redução do número de classes e diferenças amostrais pode afetar os indicadores da distribuição da renda no sentido de reduzí-los, como acontece com os dados da PNAD. Mesmo assim, o Quadro 6.1 sugere que, em relação a 1960, tem havido um crescimento permanente da desigualdade. A partir de 1980, contudo, parece existir uma certa estabilidade nas condições da desigualdade. Sendo assim, fica claro que uma elevada desigualdade persiste, mesmo após a conscientização de sua existência nos anos 70. Portanto, existe uma elevada desigualdade de renda convivendo com um contingen-

GRÁFICO 6.1


razao de concentracao de gini
brasil
lim. superior
lim. inferior
0.70
0.60
0.50
0.40
1960
1970
1980
1984

te de pobres que cresce, definitivamente, a todo ano. Essa coexistência reflete o descaso e a despreocupação de nossas elites em relação ao problema da pobreza.

6.2 - Comportamento Recente da Desigualdade

A verificação da situação da desigualdade de renda entre 1980 e 1984 para o Brasil, para a Região Rica e para a Região Pobre mostrará que a desigualdade não tem apresentado uma redução desejável, de forma a compensar o crescimento da pobreza absoluta.

No caso do Brasil, a desigualdade entre 1980 e 1984 parece exibir uma certa estabilidade. O Índice de Gini em 1984 é levemente menor, considerando tanto o limite inferior quanto o superior deste índice. Mas não podemos imaginar uma redução efetiva da concentração, porque o dado da PNAD tem um número menor de classes de renda, o que, metodologicamente, impõe uma redução na desigualdade. Já o limite superior de 0,597 para 1984, quando comparado com o de 0,600 para 1980, não pode ser considerado como significativamente maior, porque se trabalharmos com apenas duas casas decimais, os valores do Gini serão iguais a 0,60. Portanto, para o Brasil como um todo, a desigualdade entre 1980 e 1984 deu sinais de estabilização no que se refere à Razão de concentração de Gini, conforme indicação no Quadro 6.2 (HOFFMAN, 1985) .[8]

QUADRO 6.2

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA DA PEA-OCUPADA

BRASIL TOTAL

1980 e 1984

CARACT.DIST. \ ANOS	1980	1984 (1)
Média Geral (Cr$) (2)	1.298.563,20	938.713,23
GINI LI	0.588	0.575
GINI LS	0.600	0.597
1 +	12,59%	13,83%
5 +	34,25%	31,88%
10 +	48,21%	45,69%
10 -	0,94%	0,83%

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980
- PNAD de 1984

(1) O ano de 1984 refere-se à PNAD do mesmo ano, que possui aspectos metodológicos diferentes em comparação com os censos.

(2) Renda média real de novembro de 1984.

8/ Ao referir-se ao mesmo problema, tendo por base a distribuição da renda familiar, o autor conclui "que o grau de desigualdade da distribuição é praticamente estável no período considerado".

Quando examinamos em detalhes a distribuição da renda para estes dois anos, observamos que o um por cento mais rico se apropriava de 12,59% do total da renda em 1980, e passaram a se apropriar de 13,83% em 1984. Já os dez por cento mais pobres, que detinham em 1980 menos de 1% da renda, passaram para 0,83% em 1984. Os cinco por cento e os dez por cento mais ricos apresentaram uma redução na apropriação da renda na passagem de 1980 para 1984.

Em termos de desigualdade, o Brasil, feitas as ressalvas metodológicas no que se refere à comparação dos dados do Censo de 1980 com os dados da PNAD de 1984, apresentou um certo grau de estabilidade no crescimento da desigualdade da renda.

A renda média real em novembro de 1980, a preços de novembro de 1984, era de Cr$1.298.563,20, ao passo que em 1984 essa mesma renda real diminuiu para Cr$938.713,23, numa evidência inequívoca de perda real de renda entre 1980 e 1984. Essa perda foi de aproximadamente 28%.

Ao examinarmos as condições de desigualdade da renda na Região Rica observamos as mesmas características que foram encontradas para o Brasil, ou seja, uma relativa estabilidade. As mesmas razões metodológicas nos impedem de acreditar numa queda da concentração, uma vez que, em 1984, o limite superior da Razão de Concentração de Gini difere muito pouco do seu limite superior em 1980, ficando, portanto, mais seguro admitir a estabilidade, em termos de desigualdade, na medida em que permanece no mesmo nível elevado de 1980.

Examinando a distribuição da Região Rica com mais detalhes, percebemos que o um por cento mais rico detinha 12,32% da renda em 1980 e 13,97% em 1984. Os cinco por cento e os dez por cento mais ricos apresentaram uma redução da renda apropriada entre 1980 e 1984. Os dez por cento mais pobres aumentaram a sua participação de 0,98% em 1980 para 1,33% em 1984.

A renda média real em 1980 era de Cr$1.693.297,00 e de Cr$1.170.787,00 em 1984, apresentando uma redução de 31% no período. Uma queda maior do que a verificada para o Brasil como um todo.

As características da Região Rica se assemelham às do Brasil no que se refere à desigualdade de renda. A queda da renda média real foi maior para a Região Rica, conforme mostra o Quadro 6.3.

A Região Pobre apresenta características mais definidas quanto à situação da desigualdade entre 1980 e 1984. Conforme o Quadro 6.4, houve um crescimento da desigualdade neste período, pois a Razão de Concentração de Gini, tanto no limite inferior como no superior, apresentou um crescimento inequívoco.

Um exame dos percentis da Região Pobre leva-nos a descobrir que o um por cento mais rico aumentou sua participação na renda, passando de

QUADRO 6.3

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA DA PEA-OCUPADA

REGIÃO RICA

1980 e 1984

CARACT.DIST. \ ANOS	1980	1984 (1)
Média Geral (Cr$) (2)	1.693.257,50	1.170.787,00
GINI LI	0.561	0.545
GINI LS	0.574	0.571
1 +	12,32%	13,97%
5 +	32,72%	29,94%
10 +	46,36%	43,80%
10 -	0,98%	1,33%

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980
- PNAD de 1984

(1) O ano de 1984 refere-se à PNAD do mesmo ano, que possui aspectos metodológicos diferentes em comparação com os censos.
(2) Renda média real de novembro de 1984.

14,09% em 1980 para 14,27% em 1984. Os cinco por cento e os dez por cento mais ricos apresentaram, como nas duas regiões anteriores, uma pequena redução nas suas participações. Já os dez por cento mais pobres aumentaram a sua participação de 0,78% em 1980 para 1,78% em 1984. No que se refere à renda media real, na Região Pobre, como nas outras duas regiões, houve uma drástica redução.

A coexistência de um nível crescente de pobreza com um elevado grau de desigualdade da renda, em todas as regiões, é um fato inconteste no Brasil no período de 1980 a 1984, a despeito de tudo o que se propõe em benefício dos mais desfavorecidos.

A redução da renda média real do Brasil, da Região Rica e da Região Pobre mostra como este período foi negativo para aqueles que recebem renda do trabalho.

Na medida em que, em período recente (1980 e 1984), observa-se uma estabilidade da desigualdade e um crescimento da pobreza absoluta para o Brasil, para a Região Rica e para a Região Pobre, tornam-se inaceitáveis estas duas distorções. Pobreza com desigualdade representa um desacerto estrutural perigoso e arriscado para uma democracia. A existência das duas distorções, ao mesmo tempo, é um mal social que deve ser combatido o mais rápido possível. Através de um esquema distributivo é possível

QUADRO 6.4

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA DA PEA-OCUPADA

REGIÃO POBRE

1980 e 1984

CARACT. DIST. \ ANOS	1980	1984 (1)
Média Geral (Cr$) (2)	1.054.068,02	630.736,16
GINI LI	0.579	0.583
GINI LS	0.593	0.605
1 +	14,09%	14,27%
5 +	35,99%	34,17%
10 +	48,87%	48,19%
10 -	0,85%	1,78%

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de 1980
- PNAD de 1984

(1) O ano de 1984 refere-se à PNAD do mesmo ano, que possui aspectos metodológicos diferentes em comparação com os censos.

(2) Renda média real de novembro de 1984.

diminuir ou mesmo eliminar a pobreza nas suas formas mais cruéis e inaceitáveis para uma sociedade livre e democrática como se requer do Brasil de hoje, quando, inclusive, estão sendo criadas condições ideais para tal.

7. RESUMO E CONCLUSÕES

Além de algumas posições teóricas sobre pobreza, embora bastante discutíveis, mas que compuseram o embasamento teórico do desenvolvimento deste trabalho, apresentamos uma breve discussão metodológica sobre os critérios para estabelecer as linhas de pobreza, necessárias para avaliar o número de pobres, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos.

No que se refere à parte metodológica, é preciso lembrar que a avaliação do total de pobres, com base em níveis de salário mínimo (1 SM, 2 SM e 3 SM), ficou mais convincente quando descobrimos que o salário mínimo congelado em março de 1986 representava somente 53,8% do salário mínimo real que prevalecia em 24.02.64. Portanto, o nível de dois

salários mínimos se transformaria num salário mínimo de fevereiro de 1984, e o nível de três salários mínimos se transformaria em um e meio salário mínimo. As linhas de pobreza ficam, portanto, justificadas e são pertinentes porque, em termos reais, elas representam hoje níveis de renda que não ultrapassam a um salário mínimo e meio (1,5) de fevereiro de 1964. O Gráfico 7.1 ilustra essa evidência.

Justificadas as linhas de pobreza, conclui-se que, considerando o nível de um salário mínimo, na Região Rica cerca de 1/4 da PEA-ocupada e na Região Pobre cerca de metade da PEA-ocupada eram pobres. Ressalta-se, também, a estabilidade da pobreza relativa entre 1976 e 1984. Em termos absolutos, houve um permanente aumento do número de pobres, passando de 12.507.691 em 1976 para 15.412.732 em 1984. Considerando o nível de dois salários mínimos, cerca da metade da PEA-ocupada na Região Rica e três quartos da PEA-ocupada na Região Pobre eram pobres, evidenciando, novamente, uma estabilidade em termos relativos no mesmo período. Mas em termos absolutos o total de pobres passa de 22.143.527 em 1976 para 25.619.004 em 1984, denunciando um definitivo aumento da pobreza absoluta. Considerando o nível de três salários mínimos, a estabilidade da pobreza relativa não é confirmada. Em termos absolutos, o total dos pobres atinge a 30.960.394 pessoas.

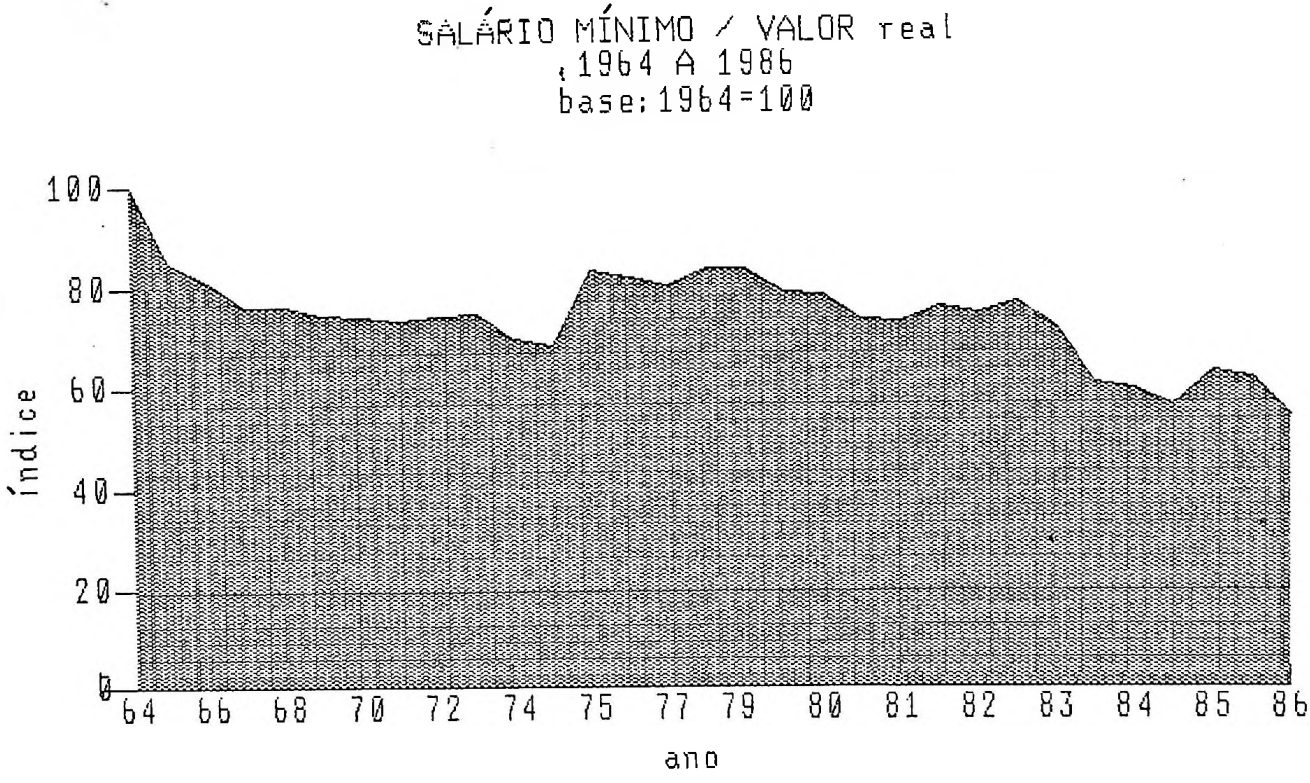
A quantificação desse volume de pobres a partir do critério da renda leva-nos a um outro total de pobres que sobrevivem em função dessa mesma renda. Se cada pessoa ocupada convive em média com três outras pessoas que dependem de sua renda, o total de pobres apresenta uma variação de 60 a 120 milhões de brasileiros. Existe, portanto, um grande país pobre dentro do Brasil. Esta é a grande verdade. A oitava potência mundial em termos industriais carrega no seu bojo um enorme país pobre, para o qual de concreto só existe a benevolência das autoridades e a preocupação dos cientistas sociais.

Quando vamos mais adiante e procuramos responder se recentemente as condições gerais de pobreza recrudesceram, observamos que entre 1980 e 1984 o limite superior de renda dos 20% e dos 40% mais pobres diminuiu significativamente em termos reais. A redução do valor dos limites superiores foi mais intensa entre 1983 e 1984.

Outro aspecto importante é que neste curto espaço de tempo (1980 e 1984) observamos um distanciamento da renda real dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos da PEA-ocupada em ambas as Regiões.

Examinando as variações populacionais, procuramos entender os motivos das reduções dos níveis máximos de renda dos 20% mais pobres e observamos que as alterações populacionais, por si só, não são suficientes para justificar a redução real desses níveis de renda. Houve de fato um empobrecimento efetivo entre 1980 e 1984.

GRÁFICO 7.1


SALÁRIO MÍNIMO / VALOR real
1964 A 1986
base: 1964=100
índice
100
80
60
40
20
0
64
66
68
70
72
74
75
77
79
80
81
82
83
84
85
86
ano

Além do reconhecimento do grande país pobre, cujo empobrecimento foi significativo entre 1980 e 1984, verificamos que coerentemente a desigualdade de renda permaneceu em níveis elevadíssimos, comparada com as décadas de 1960 e 1970. O comportamento recente não permitiu observar um crescimento da desigualdade para o Brasil como um todo, o mesmo acontecendo com a Região Rica, destacando-se uma relativa estabilidade em termos de desigualdade, mas que é acentuada. Já na Região Pobre a desigualdade cresceu entre 1980 e 1984, não restando nenhuma dúvida quanto à essa evidência.

O trabalho examinou o poblema amplamente, mesmo considerando a desagregação do Brasil em Regiões Rica e Pobre. Ainda assim, as evidências do crescimento da pobreza e da manutenção dos níveis de desigualdade na distribuição da renda são insofismáveis, tendo vista as informações disponíveis.

A existência de um Brasil pobre e de um Brasil desigual, onde os pobres e os ricos se afastam cada vez mais, parece evidente à luz destas informações. Esse Brasil miserável e esquecido pelas políticas econômicas dos últimos tempos precisa ser descoberto e transformado em um novo Brasil, para que a 8ª potência mundial em capacidade produtiva possa parecer aos olhos das outras nações como mais humana, mais rica, mais equitativa e menos selvagem.

BIBLIOGRAFIA CITADA E UTILIZADA

CALSING, Elizeu F. (1983) - "Extensão e características da Pobreza no Brasil", Brasília, IPEA-IPLAN-CNRH, mimeografado.

COSTA, Ramonaval A. (1977) - "Distribuição da Renda Pessoal no Brasil", Brasília, SEPLAN-FIBGE, mimeografado.

___. (1985a) - "População e Renda", Brasília, MTb, mimeografado.

___. (1985b) - "Política Salarial e Relações do Trabalho", Brasília, MTb, mimeografado.

___. (1985c) - "Pobreza e Desigualdade", Brasília, MTb, mimeografado.

___. (1986) - "Algumas Notas sobre o Pacote", Brasília, MTb, mimeografado.

FIELDS, Gary S. (1980) - Poverty, Inequality and Development, Cambridge University Press, London.

GORDON, David M. (1972) - Theories of Poverty and Underdevelopment, D.C. Health and Company Laxington Massachusstts.

HOFFMAN, Rodolfo (1985) - "Distribuição da Renda e Pobreza entre as famílias no Brasil de 1980 a 1983", Revista de Economia Política, Vol. 5, nº 3, julho a setembro.

KNIGHT, Peter e MORAN, Ricardo (1984) - "Brazil-Poverty and Basic Needs Series", World Bank.

NACIONES UNIDAS (1985) - "La pobreza en América Latina: Dimensiones y Politicas", Estudios e Informes de la CEPAL 54, Santiago de Chile.

RESCHER, Nicholas (1972) - Welfare, University of Pittsburg Press.

SOUZA, Paulo R. (1980) - Emprego, Salários e Pobreza, HUCITEC-FUNCAMP, São Paulo.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPEA
Instituto de Planejamento – IPLAN

FUNDOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO GLOBAL – DPG
Departamento de Planejamento Sócio-Econômico

SÉRIE INSTRUMENTOS PARA A AÇÃO

1. Situação Sócio-Econômico dos Municípios
2. Desigualdades Sociais no Nordeste
3. Ecologia da Desnutrição na Infância
4. Condições de Vida nos Municípios Paraibanos

SÉRIE INSTRUMENTOS PARA A AÇÃO

Uma série de diagnósticos e avaliações dirigidas a todos aqueles que desenvolvem esforços para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira